Gilberto Luiz Tomazelli

EDUCAÇÃO NATURAL E INFÂNCIA SEGUNDO JEAN JACQUES ROUSSEAU

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em Educação, tendo como orientador o Dr. Claudio Almir Dalbosco.

Passo Fundo

2008

CIP – Catalogação na Publicação

T655e Tomazelli, Gilberto Luiz
Educação natural e infância segundo Jean Jacques Rousseau / Gilberto Luiz Tomazelli. – 2008.
107 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2008.
Orientação: Prof. Dr. Cláudio Almir Dalbosco

1. Filosofia da educação. 2. Educação Infantil. 3. Educação Natural. 4. Iluminismo. I. Dalbosco, Cláudio Almir, orientador. II. Título.

CDU: 37.01

Catalogação: bibliotecária Ana Paula Benetti Machado – CRB10/1641

Á minha família, em especial a esposa Maria e a filha Valesca, pelo carinho, afeto e compreensão dedicado devido as minhas constantes ausências para a elaboração deste trabalho de investigação.

Ao Doutor Professor Cláudio Almir Dalbosco pela paciência e persistência em se dedicar na orientação e por acreditar em nossa capacidade para realizar esta pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa em educação NUPEFE, pela amizade e as discussões abordadas que serviram para enriquecer o assunto em questão.

Á todos os envolvidos no programa de pós-graduação, FAED - UPF pela amizade e confiança que foram se constituindo durante todo o período de graduação.

RESUMO

Trata-se de uma investigação bibliográfica sobre os dois primeiros livros do *Emílio ou da educação* de Jean Jacques Rousseau, com apoio em parte da literatura secundária que trata do tema. Tem por finalidade oferecer, no primeiro capítulo, algumas informações sobre o contexto histórico no qual se insere o pensamento de Rousseau, tomando como referência os conceitos de iluminismo, infância e educação. No segundo capítulo, apresenta uma visão panorâmica dos dois primeiros livros do *Emílio*, com o intuito de preparar a discussão sobre o problema de investigação a ser tratado no terceiro e último capítulo do trabalho, os quais consistem em analisar a tensão que se estabelece entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto. O projeto de educação natural e o conceito de infância dele decorrente estão profundamente vinculados à compreensão rousseauniana da necessidade infantil e do modo como o adulto deve exercer seus cuidados para auxiliar na satisfação de tais necessidades. A criança não deve ser escravizada pelo adulto e, ao mesmo tempo, não escravizá-la denota o fato de que Rousseau pensa a relação pedagógica entre criança e adulto não como duas posições extremas, o espontaneísmo e o autoritarismo. Toma, neste contexto, a educação pelas coisas como referência normativa básica da educação infantil e atribui ao adulto o papel de facilitar o contato da criança com a natureza, concebida no âmbito do projeto da educação natural como a grande professora.

Palavras-chave: Iluminismo, educação, infância, educação natural, necessidades infantis.

ABSTRACT

This is a bibliographical investigation about the two first books of "*Emílio ou da educação*" writing for Emilio Jean Jacques Rousseau with the support of the secondary literature that deals of the subject. It has for purpose to offer, in the first chapter, some information on the historical context in which if it inserts the thought of Rousseau, taking as reference the concepts of enlightenment, infancy and education. The second chapter presents a panoramic vision of two first books of *Emilio* to prepare the discussion on the inquiry problem. The third and last chapter of the work analyzes the tension that if establishes between the necessities of the child and the cares of the adult. The project of natural education and the concept of infancy are deeply tied with the rousseauniana comprehension of infantile necessity and the way as the adult must exert its cares to assist in the satisfaction of such necessities. The child does not have to be enslaved by the adult and at the same time not to enslave it. This denotes the fact of that Rousseau thinks the pedagogical relation between child and adult searching to escape two extreme positions, unstudied and the authoritarianism. In this context, it takes the education for the things as basic normative reference of the infantile education and attributes to the adult the paper to facilitate the contact of the child with the nature, conceived in the scope of the project of the natural education directed infancy, as the great teacher.

Key words: Enlightenment, education, infancy, natural education, infantile necessities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7
1. ROUSSEAU E O ILUMINISMO DO SEU TEMPO.....12
1.1. Iluminismo ou sobre o despertar da razão.....12
1.2. A influência iluminista no pensamento de Rousseau.....20
1.3. O conceito de educação.....24
1.4. O conceito de infância.....31
2. ESBOÇO DO PROJETO DE UMA EDUCAÇÃO NATURAL 39
2.1. Visão panorâmica do livro I e II do Emilio.....40
2.1.1. Livro I: idade da necessidade (de zero até 02 anos de idade).....41
2.1.2. Livro II: a idade da natureza (de dois até 12 anos de idade).....45
2.2. O projeto constitutivo da educação natural na obra Emílio.....50
3. O CONCEITO DE INFÂNCIA NO EMÍLIO.....65
3.1. Crítica ao autoritarismo adulto.....67
3.2. O mundo da infância: as necessidades da criança.....74
3.3. Os cuidados do adulto 83
CONCLUSÃO.....94
REFERÊNCIAS 104

INTRODUÇÃO

Analisando as constantes implicações que observamos no processo evolutivo de nossa sociedade, especialmente no meio cultural e social, especificamente as ações que interferem diretamente na formação educacional, percebemos que existem muitas pessoas com algumas características físicas, anseios e necessidades semelhantes, no entanto organizam suas ações de forma totalmente diversa a sua natureza, e por valores abstratos e alheios, que tendem a se tornar prejudiciais à manutenção e cultivo das características humanistas. Diante dessa inquietação, motivamo-nos a realizar uma reflexão sobre os fundamentos teóricos e práticos que movem as pessoas a agir de tal forma. Servindo-nos desses fundamentos, pretendemos mostrar ser possível organizar nossa prática no sentido de melhor planejar a formação educacional das crianças, contribuindo para que muitos educadores (pais, babás e professores) organizem suas ações no sentido de cultivar valores e princípios que dizem respeito ao estudo da condição humana.

No processo de investigação pretendemos mostrar que muitos problemas educacionais ainda persistem no meio social desde a época denunciada por Jean Jacques Rousseau (século XVIII), o qual já então destacava que a forma de organização e a busca pela modernidade por grande parte da sociedade contribuíam significativamente para que as pessoas dedicassem mais atenção aos mecanismos por elas criados do que à investigação e ao conhecimento do próprio homem. Essa tendência social, influenciada pela cultura, pela tradição e pela ideologia dominante, foi a principal responsável por criar dificuldades para um estudo investigativo-científico no sentido de sensibilizar as pessoas para o cultivo de valores e princípios humanistas, embora neste século a sociedade se voltasse para a reivindicação dos direitos humanos.

Com base nesses pressupostos, acreditamos ser importante realizar um estudo investigativo da teoria formativo-educacional de Jean Jacques Rousseau, pela possibilidade de refletir sobre os recursos teóricos que possam ser desenvolvidos em nosso meio, guiados por procedimentos metodológicos e pedagógicos que possam servir de estímulo para a reflexão em torno do tratamento dado às crianças. O estudo proposto, portanto, pode dar-nos sustentação como professores e levarmos a realizar profundas reflexões sobre a educação natural e os cuidados dedicados pelos adultos às crianças.

O presente trabalho investiga a relação direta adulto-criança, tomando como referência textual os livros I e II do *Emílio ou da educação*. Nesse sentido, o problema de investigação consiste em saber como, com base nesses capítulos da obra, é possível mostrar a originalidade do conceito rousseauniano de infância: O que significa primeira infância em Rousseau e em que sentido ele inova tal conceito em relação à tradição que o precedeu? Como o conceito de infância está baseado na tensão entre necessidades da criança e cuidados do adulto? O que significam, por um lado, as necessidades da criança e, por outro, os cuidados do adulto? Este questionamento inicial servirá como fio condutor da investigação a ser desenvolvida e seu aprofundamento ocorrerá de modo direto no terceiro e último capítulo, no qual o problema encontra-se desdobrado numa série de outras questões.

A pesquisa é de caráter bibliográfico e tem como metodologia de investigação a realização de um estudo analítico-reconstrutivo de algumas passagens das obras de Jean Jacques Rousseau, especialmente da obra *Emílio ou da Educação,* seguida da interpretação de parte da literatura secundária que trata do tema a ser investigado. Tal literatura auxilia-nos a reforçar a idéia de que as obras de Rousseau representam os fundamentos de uma teoria clássica que não se torna obsoleta com o avanço e o surgimento de novas teorias, visto que suas reflexões constituem um dos eixos temáticos mais importantes para a realização de uma investigação educacional voltada à abordagem da formação humana. Em Rousseau já podemos encontrar não só as origens como também alguns argumentos decisivos do moderno conceito de formação, que iria desembocar na *Bildung* alemã, intensamente discutida, entre outros autores, por Kant e Hegel.[1]

Diante disso, organizamos o trabalho de investigação no sentido de esclarecer a problemática levantada. Assim, no primeiro capítulo abordaremos alguns apontamentos que dizem respeito à forma como o autor viveu e a repercussão que causou a publicação de

[1] Sobre o conceito de formação no contexto da teoria moral kantiana ver Dalbosco e Eidam, a ser publicado em breve pela Editora da Unijuí.

suas obras, ainda que numa época em que a monarquia e o clero mantinham o poder pela opressão e fosse um período de ascensão do iluminismo, que manifestava a tentativa de explicar diversos enigmas da natureza pela manifestação livre e sublime da razão.

Por ser um autor convicto de seus pensamentos, expressando idéias inovadoras e revolucionárias para o momento, Rousseau sofreu todo tipo de discriminação das instituições dominantes, porém mesmo assim não se calou diante das injustiças e as desigualdades sociais e econômicas de que grande parte da sociedade era vítima. Para isso, tornou públicos os seus escritos, que, com certeza, foram fundamentais para servir de parâmetro e estabelecer inúmeras reflexões na vida familiar, política e social vigente. Em conseqüência, foi perseguido e condenado pelo poder aristocrata vigente, tendo de se sujeitar a viver vários momentos de sua vida às custas de pessoas que o apoiavam em suas idéias, enfrentando diversas dificuldades, com as quais teve de conviver praticamente durante toda a sua vida.

Rousseau foi um autor que se dedicou a investigar a condição humana. Na sua teoria formativa educacional, tendo como núcleo principal a crença na bondade humana, defendeu que esta pode ser conservada e aprimorada por aquelas pessoas que recebem uma educação que lhes seja adequada desde o seu nascimento. Assim, acredita que, com o acompanhamento pedagógico da criança desde o seu nascimento até a fase adulta, norteado pela educação natural, que consiste em atender as suas necessidades e organizar de forma adequada os cuidados dos adultos, é possível formar este homem bom com todas as capacidades e potencialidades desenvolvidas.

O crítico Rousseau destaca-se entre os iluministas por apresentar em suas teorias a possibilidade de o homem seguir os caminhos da educação natural e atingir a condição de bastar-se a si mesmo, a fim de poder viver em mais harmonia com todo o corpo social, amparando-se em suas próprias idéias com relação a tudo o que o cerca. Com essa linha de pensamento o autor eleva a potencialidade humana ao mais alto grau até então almejado pelos racionalistas, afirmando a possibilidade de o ser humano conhecer-se a si mesmo, desenvolver de forma adequada os seus sentidos, despertando os seus sentimentos para deliberar de forma correta por procedimentos racionais, os quais irão garantir-lhe melhores condições de vida, junto com a natureza e com o seu semelhante.

Para o autor, é característica do homem dar sentido ao mundo e, ao mesmo tempo, assumir a responsabilidade de encontrar um fundamento pelo qual possa explicar as diferentes formas de agir e se organizar na sociedade para poder dar um sentido para si mesmo. Com isso, Rousseau acredita que, sem um estudo reflexivo do próprio homem, que

conduza a assumir princípios pelos quais deve agir. Isso requereria conhecer o homem, suas necessidades e pensar o modo ideal de formá-lo baseado nos princípios estabelecidos pela natureza.

Diante disso, pela análise de algumas passagens das suas obras pretendemos mostrar que Rousseau foi um racionalista consciente dos limites da razão, ou seja, ele considera a forma como a razão se apresenta como um complemento que age em sintonia com os sentidos e os sentimentos para deliberar de forma adequada e com capacidade de garantir o bem-estar do homem consigo mesmo e com a sociedade. Ao mesmo tempo, critica a concepção educacional de pensamento expressa pelos iluministas, como foi o caso de Locke que pretendia educar as crianças iniciando pela razão para desenvolver os sentidos, sentimentos e o fortalecimento do corpo.

No segundo capítulo procuramos oferecer uma visão panorâmica dos livros I e II da obra *Emílio ou da educação* para compreender o seu projeto constitutivo, o qual serve como fio condutor para o desenvolvimento de sua teoria da educação natural. Enfatizamos o caráter educacional-pedagógico, que é determinado pelo autor através do avanço na idade da criança e possui como viés norteador a ação direta do adulto, exigindo o envolvimento e a dedicação constantes para que esse projeto tenha êxito e se concretize em sua plenitude.

Nos livros I e II explicita-se a tensão constitutiva do projeto da educação natural dirigida à primeira infância, que se manifesta entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto. Nesse contexto, Rousseau deixa claro que se deve evitar o surgimento de necessidades fantasiosas na criança, as quais tendem a ser prejudiciais e a interferir diretamente na sua formação, e contribuindo para que ela não venha a contrair vícios e hábitos desnecessários para a sua vida.

O projeto formativo educacional abordado pelo autor na obra *Emílio ou da educação* tem como base o desenvolvimento da educação natural de forma a ser adequada às capacidades físicas da criança, para que estas sirvam de base às deliberações racionais quando ela manifestar condições de exercitá-las. O conteúdo abrange procedimentos educacionais e pedagógicos que permitem o desenvolvimento espontâneo dos exercícios do corpo e o refinamento dos sentidos para o fortalecimento do corpo por meio da exposição direta às oscilações apresentadas pela natureza sensível. A natureza é a grande educadora da criança, à qual ela deve ser exposta em contato direto; ao mesmo tempo, serve como limitadora das vontades fantasiosas que podem surgir de ambos os envolvidos.

O conteúdo abordado nesta pesquisa refere-se ao desenvolvimento da educação natural, que tem por base a realização de certas ações pelos adultos de forma articulada em cada fase do desenvolvimento da criança. Tais fases são determinadas pelo autor através de cada estágio de idade, e exigem uma ação prática adequada para que a criança se fortaleça e, ao mesmo tempo, saiba decidir por si mesma.

No terceiro capítulo, servindo-nos da reflexão realizada nos dois capítulos anteriores, debruçamo-nos sobre o problema de investigação, refletindo sobre o que Rousseau entende por necessidades da criança e cuidados do adulto e, ao qualificar o modo como adulto deve exercer tais cuidados, que imagem de educação natural brota de tal exercício. Segundo a abordagem de Rousseau, os adultos, buscando cultivar os prazeres que a vida social lhes oferecia na época, omitiam-se de dispensar os cuidados necessários para com as crianças, bem como de disponibilizar-lhe a amamentação, afastando-as do convívio familiar e destinando sua criação às amas-de-leite, pessoas que realizavam este trabalho em troca de remuneração. Com isso, ficava evidente que havia pouco ou quase nenhum interesse dos adultos em organizar os cuidados às crianças. Com certeza, a série de cuidados inadequados denunciados pelo autor contribuía significativamente para formar crianças sem autonomia, manhosas e indecisas quando adultas, vítimas da moda e das imposições externas cultivadas pela sociedade.

A reflexão aqui levantada e o conteúdo deste trabalho, têm como pretensão tornar evidentes alguns dos principais apontamentos arrolados por Rousseau nos dois primeiros livros do *Emílio* sobre a educação da criança em sua infância. Também destacamos diversas informações que dizem respeito ao cultivo dos hábitos e costumes manifestados pela sociedade vigente, bem como provocamos o leitor a refletir sobre os cuidados dedicados ao processo educacional da criança no percurso de sua vida infantil. Propomo-nos, portanto, reconstruir reflexões selecionadas desses dois livros da obra *Emílio ou da Educação* que podem nos oferecer ainda bons argumentos para que possamos refletir sobre a relação entre adulto e criança, os problemas, as dificuldades e os desafios embutidos em tal relação.

1. ROUSSEAU E O ILUMINISMO DO SEU TEMPO

Este capítulo tem por objetivo abordar alguns conceitos introdutórios referentes ao momento histórico de produção intelectual do iluminismo vivenciado por Rousseau, que realizou seus estudos baseado em leituras de obras clássicas, bem como nas constatações observadas na observação diária com diversas famílias, do que resultaram seus conceitos mais expressivos. Nesse sentido, abordamos os conceitos de educação e infância para compreender a grandeza da tese formativa de Rousseau, que envolve o meio social e a natureza sensível como as bases principais para se realizar uma educação adequada ao desenvolvimento das capacidades humanas. Ao mesmo tempo, procuramos organizar esta investigação no sentido de expor a concepção que a sociedade da época possuía da educação e a forma como considerava a infância, o que configura uma abordagem histórica e o conteúdo constitutivo de sua teoria educacional.

1.1. Iluminismo ou sobre o despertar da razão

O iluminismo teve início na capital da França, Paris, que, na época, era a grande metrópole intelectual do século XVIII. Do ponto de vista histórico, filosófico e cultural, espalhou-se por toda a Europa e para outras capitais, tais como Londres, Berlim, Viena, Roma, Madri, Lisboa, chegando a atingir a América, especialmente os Estados Unidos. É possível afirmar que foi um movimento que tinha como proposta principal estabelecer um novo olhar sobre o pensamento até então cultivado pela sociedade, caracterizado como a

tentativa de pôr um fim ao "Antigo Regime", que cultivava valores ideológicos transcendentes para a reflexão e questionamento. Os teóricos que mais se destacaram, responsáveis por esta mudança estrutural do pensamento e da ação humana que marcou a filosofia ocidental, foram Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot, D'Alembert e outros[2].

Durante o século XVIII, a burguesia, a nobreza e o clero mantinham o poder e controlavam a grande massa da população através da força, pois possuíam grandes exércitos a seu serviço, os meios de produção agrários e industriais, bem como, por meio da religião, mantinham as pessoas afastadas de qualquer forma de conhecimento, exercendo uma forte repressão (de que muitos iluministas foram vítimas) sobre as idéias e as ações que pretendiam mudar a ordem existente.

Antes disso, o período medieval tem sido apresentado nos relatos de diversos historiadores como um momento em que a sociedade era comandada por uma forma de repressão tanto física como psicológica, que tornava a maioria dos seus integrantes meros objetos de uso nas mãos dos poderes dominantes. O fato é que o exercício do pensamento intelectual livre e espontâneo não era permitido. Este período tem como marco principal a repressão que a Igreja Católica exercia na forma de um doutrinamento radical sobre a população, o que se revela pela Inquisição, na medida em que as pessoas que não pensassem e agissem conforme os ditames e interesses da religião cristã eram sacrificadas ou sofriam graves punições[3].

Alguns pensadores modernos, entre eles Rousseau[4], direcionaram seus pensamentos no sentido de contrapor-se a esse sistema ideológico opressor que excluía das pessoas a possibilidade de terem melhores condições de planejar e vivenciar a sua prática, organizando melhor suas ações para viver de forma mais organizada na sociedade. A primeira constatação que fazemos é que o iluminismo foi um dos fatores centrais para que

---

[2] "A filosofia do iluminismo, procura considerar a história da filosofia sob uma luz que não tem por única finalidade estabelecer e descrever os resultados, mas ademais, revelar as forças criadoras por meio das quais esses resultados são intimamente elaborados. Tal método quer fornecer, com o desenvolvimento das doutrinas e dos sistemas filosóficos, uma fenomenologia do espírito filosófico que acompanha, passo a passo, a consciência cada vez mais lúcida e mais profunda que esse espírito, mesmo tratando de problemas objetivos, adquire de si mesmo, de sua natureza, de seu destino de seu caráter e de sua missão". (CASSIRER, 1992, Prefácio).

[3] Inumeráveis são os autores que defendem que a Idade Média é "a idade das trevas", uma época do dogmatismo religioso. Citamos, entre outros, CARVALHO (2003, p. 15-17) e FORTES (2004, p. 08-20).

[4] "Os homens doutos e judiciosos da sociedade deviam adquirir suas posições de prestígio não por especial prerrogativa nem por dependência de alguma suposta hierarquia: a carreira deles estava aberta ao talento e só dependia deste. Assim, há um forte elemento igualitário no pensamento ilumunista, embora Rousseau fosse extraordinário na apresentação de extensas exigências de igualdade nas esferas social e política. Embora muitas idéias do movimento fossem subversivas das ordens estabelecidas, foram poucas as outras figuras do iluminismo que defenderam propostas tão radiais" (DENT, 1996. p. 144).

fosse cultivado um pensamento moderno, pelo qual os homens passam a voltar seus pensamentos no sentido de planejar e organizar suas ações no meio social com a finalidade em buscar melhores condições de trabalho e reconhecimento para as classes menos favorecidas.

A tese principal do iluminismo está na capacidade explicativa da razão como a grande fonte que poderia esclarecer toda e qualquer forma de questionamento. Dessa forma, acreditava-se que todos os fatos existentes e os fenômenos da natureza seriam passíveis de serem explicados pela razão, e o que não pudesse ser objeto de investigação da razão, ou que esta não pudesse alcançar, seria mera ilusão ou não poderia ser alcançado pelo ser humano[5]. Como registra Cassirer; "é a força da razão que constitui, para nós, o único modo de acesso ao infinito, que nos garante sua existência e nos ensina a aplicar-lhe a medida e o limite com o objetivo de não restringir sua *amplitude*, mas de conhecer a lei que o envolve e o impregna profundamente". (1994, p. 66).

Cumpre aqui destacar que as primeiras idéias que vieram a fazer parte do pensamento iluminista surgiram no início no século XVII e tiveram como princípio a crise da consciência européia, conduzindo a sociedade para uma transformação de mentalidade a fim de enfrentar as forças cultivadas pelo passado que reprimiam as atividades lucrativas do momento. Os iluministas tinham como o objetivo principal buscar a emancipação política de uma classe, numa tentativa de poder garantir a capacidade criativa e a emancipação do próprio homem[6]. Apesar de essas idéias serem utópicas para o momento histórico, tinham como pano de fundo contribuir para a fundamentação de uma hegemonia econômica, política e social, possibilitando a inclusão de maior parte da população, que na época era vítima de maus-tratos e exploração. A respeito Fortes destaca:

---

[5] Cf.: KANT, *Crítica da razão pura* (Prefácio e Introdução à Segunda Edição). Rio de Janeiro: Tecnopront, 1956.

[6] "Não existe um século que tenha sido tão pro fundamente penetrado e empolgado pela idéia de progresso intelectual quanto o século das luzes. Equivocar-se-iam, porém, sobre o sentido essencial dessa idéia aqueles que tomassem 'progresso' no sentido quantitativo como uma simples extensão do saber, como um *progressus in indefinitum*. A par da ampliação quantitativa encontra-se sempre uma determinação qualitativa: à constante extensão do saber para além de sua periferia correspondente em regresso sempre mais consciente e mais pronunciado ao centro próprio e característico da expansão". (CASSIRER, 1992, p. 22).

> Um dos fatos que ficou marcado na história foi que muitos sábios e pensadores deste século irão se revelar inovadores no sentido da aplicação e aperfeiçoamento do racionalismo. O pensamento analítico e crítico, que teve início no século XVII, os iluministas irão depurar e generalizar o seu emprego, levando a um aprofundamento mais sistemático. O profissional filósofo já não é visto como um especialista que debate idéias, mas, sim, um ser social que enfrenta problemas e dificuldades e que discute com a sociedade a melhor forma de resolvê-las. [...] a razão é uma energia a ser apreciada não pelos seus resultados, mas em seu exercício, em sua ação. (FORTES, 2004, p. 18).

Nesse período, que ficou caracterizado como do surgimento do iluminismo, é possível constatar um conjunto de mudanças graduais no pensamento religioso, científico, social e político, as quais tinham como objetivo explicar de uma forma racional os fenômenos da natureza, os pensamentos e as ações humanas. Embora não tenha sido um movimento uniforme, em razão de sofrer todas as formas de repressão, tinha como princípio norteador a defesa do uso da razão humana[7] como a única possibilidade de conduzir os homens ao caminho do esclarecimento, atribuindo um maior sentido à sua vida; por isso, essa ideologia se movia no sentido oposto ao conservadorismo da autoridade religiosa e política calcada em preceitos vigentes da época.

Embora não fosse um movimento uniforme, o pensamento iluminista caracterizou-se como um exercício intelectual que procurava apresentar mudanças estruturais no poder ideológico vigente para levar a sociedade a direcionar suas ações na busca de uma visão que pudesse construir um novo tempo[8]. Essa nova ordem tinha como princípio norteador maior liberdade e igualdade para todo o corpo social e pleiteava a defesa de melhores condições sociais, de modo que todos os direitos humanos fossem legais, legítimos e garantidos por qualquer autoridade. Podemos destacar que os iluministas caracterizaram-se como defensores da liberdade de pensamento como um direito natural de cada indivíduo. "Assim podemos afirmar que, praticamente, todos os filósofos iluministas são, de uma forma ou de outra, herdeiros do pensamento jusnaturalista, defensores de um direito civil que não pode se opor ao direito natural". (PISSARA, 2002, p. 11).

Apesar das dificuldades vivenciadas para conscientizar a sociedade em virtude da opressão exercida pelo poder dominante, o iluminismo ficou caracterizado na história

---

[7] "A razão é um instrumento natural do homem na descoberta da verdade. É ela que nos permite construir um corpo de conhecimentos verdadeiros a respeito das coisas que desejamos conhecer" (NASCIMENTO, 2001, p. 22).

[8] "Para os pensadores iluministas, a razão deve penetrar em todos os domínios do saber e da atividade dos homens, a fim de destruir os preconceitos, o obscurantismo, a ignorância. Assim definido, o Iluminismo é um movimento de idéias essencialmente libertário, cujo objetivo principal consiste em libertar os homens de qualquer espécie de servidão, seja religiosa, moral ou política" (NASCIMENTO, 2001, p. 8).

como um momento em que se deu abertura para o surgimento de idéias com sentido humanista (voltadas para o bem-estar da sociedade da época) e inovadoras; que reivindicavam profundas mudanças nos quadros econômico, ideológico, político e social vigente, pois "estava comprometido com a investigação aberta, sem entraves, não reprimida por dogmas ou pela autoridade derivada de fontes que não pudessem elas próprias suportar essa investigação. Ninguém era privilegiado, ninguém era excluído" (DENT, 1996, p. 144).

Outra característica central da modernidade, portanto, do próprio iluminismo foi o *humanismo*, isto é, a valorização do homem como realidade biológica e responsável pelo seu livre desenvolvimento. O homem já não é mais visto como um objeto do fatalismo, ou da vontade de algum Deus espiritual que tudo quer e que pouco ou nada dá, nem de algum tirano absolutista; ele passa a ser sujeito de sua própria história e tem o direito de fazer de sua vida aquilo que melhor lhe convém, desde que sua escolha esteja ancorada em bases racionais[9]. O homem deve ser senhor de sua vida, senhor da natureza, não mais um mecanismo para ser usado e enganado. Foi essa linha de pensamento que Rousseau se interessou em investigar, pela qual o ser humano, seguindo o processo evolutivo da educação natural, poderia desenvolver de forma ordenada os sentidos e os sentimentos tornando-se apto a ser guiado por suas próprias idéias e pensamentos[10].

Diante desse pressuposto, passou a ser possível ampliar a ênfase na liberdade de pensamento e a crença na capacidade criativa do homem, ou seja, no direito que o ser humano deve ter de expressar aquilo que pensa e de professar aquilo em que crê. Assim destacamos; "o homem passou a ser objeto central do conhecimento deslocando a discussão científica da teologia para o antropocentrismo". (CARVALHO. 2003, p. 20). Num ambiente de intolerância religiosa e da dificuldade para lidar-se com as diferenças, o iluminismo vem colocar-se ao lado do desenvolvimento plural dos seres humanos, promovendo o incentivo ao exercício reflexivo dos fatos e fenômenos da natureza. Para os iluministas, a manifestação livre de pensamento, de expressão e de crença era a condição basilar para a efetivação daquilo que poderíamos chamar de "liberdade humana".

---

[9] Neste contexto, afirma Fortes: "revalorizar o homem significa, antes de tudo, encará-lo como devendo tornar-se sujeito e dono de seu próprio destino; é esperar que cada homem, em princípio, pense por conta própria" (2003, p. 09).

[10] Rousseau não só se distanciou da trivial confiança de que tudo podia ser explicado, de que a conduta humana era suscetível de orientação puramente racional, de que toda a mudança significava progresso para um futuro melhor e mais feliz, mas foi hostil a tal confiança. Passou a valorizar cada vez mais um sentimento de mistério, humanidade e submissão como fiel aos mais profundos movimentos do coração humano. (DENT, 1996. p. 145).

Com a defesa da liberdade ao cultivo de um pensamento autônomo, aparece uma forte crítica à religião católica e à hierarquização política, que primam pela restrição do poder, inibindo qualquer teoria que venha a se opor a esse sistema. (FORTES, 2004, p. 19-20). Como vimos afirmando, naquele tempo falar em liberdade de pensamento e de crença tinha como conseqüência enfrentar punições como prisão, tortura, condenação, dado que a Igreja Católica proibia expressamente qualquer forma de pensar que não se referisse ao seu credo, afirmando que as respostas aos enigmas que circundam o homem se encontram na palavra divina revelada, ou seja, nas *Sagradas Escrituras*. Aqui, a ciência e, de uma maneira mais geral, a própria razão estão subsumidas ao poder teológico, que se traduz por meio da manifestação religiosa.

Portanto, ao atribuir elevada consideração à liberdade de pensamento e de ação, os iluministas procuram defender a capacidade autônoma e deliberativa de cada indivíduo. Para o exercício dessa autonomia autêntica, os homens devem organizar suas ações de modo a se tornarem sujeitos de sua própria história, bem como ler de forma desmistificada a sua própria realidade, pois devem deixar de ser objeto de uso, seja da religião, seja do fatalismo, seja de algum tirano absolutista[11]. Portanto, a deliberação decorre da defesa das liberdades individuais de cada ser humano, visto que, se o poder político já não pode ser justificado pelo apelo à vontade de Deus, a única forma de justificação possível consiste na deliberação pública, da qual todos os cidadãos tomam parte. Assim destacamos;

> O que importa assinalar é a nova atitude do homem frente ao universo. Deixava de ser visto como manifestação de uma transcendência no limite absolutamente incompreensível e se convertia em um campo de exploração a ser submetido livremente à capacidade de julgar, de comparar, de pesar, de avaliar, de juntar ou de separar de que os indivíduos começavam a se tornar cada vez mais conscientes (FORTES, 1994, p. 18).

Nesse clima de intensa investigação, o mundo em que o homem vive apresenta-se de uma forma diferenciada daquele que ele imaginava até então. Surge, então, a necessidade de criar mecanismos que possam trazer melhores benefícios para conhecer a natureza sensível e analisar como ela se relaciona com a natureza humana. Dessa forma, o próprio ser humano passa a ser objeto de investigação, tornando possível ser conhecido de

[11] A pedagogia dos iluministas coloca a educação como instrumento a serviço do progresso rumo a igualdade, universalisando a razão, formando seres capazes de pensar e agir racionalmente. CARVALHO. 2003, p.20.

uma maneira diferente da até então cultivada. Na mesma medida em que avançam as investigações, a filosofia precisa rever seus conceitos, com a finalidade de dar a sua contribuição no sentido de apontar indícios para que, nesse clima de avanço do conhecimento, não se perca o viés norteador da natureza humana, para poder melhor orientá-la em sua ação. Nessa linha de pensamento, enfatiza Cassirer:

> Contrária a essa recaída na transcendência, a filosofia iluminista proclama, tanto para a natureza quanto para o conhecimento, o princípio da imanência. Cumpre conceber a natureza e o espírito por sua essência própria, a qual não é em si *algo* de obscuro e de misterioso, de impenetrável ao entendimento, mas que, pelo contrário, consiste em princípios que lhe são plenamente acessíveis, que ele é capaz de descobrir e de explicar racionalmente por si mesmo (1994, p. 75).

Diante disso, os homens passam a ter consciência de que não recebem prontos do mundo exterior códigos morais preconcebidos, nem sua vida já lhes está traçada de antemão por forças ocultas muito mais fortes e superiores a eles. Agora, a responsabilidade está neles mesmos, que devem ter como princípio uma ação autônoma e consciente para refletir sobre a ordem conservadora existente, bem como criar condições de vida mais adequadas e legitimar suas próprias regras sociais. O mesmo se dá com o conhecimento: o homem tem a responsabilidade de construí-lo, e os livros sagrados como é o caso da Bíblia, passam a ser julgados como livros historicamente contextualizados, não conseguindo mais se apresentar como uma verdade absoluta e inquestionável.

Para melhor compreender os fatores históricos que influenciaram o surgimento do iluminismo, destacamos que não pode ser compreendido inteiramente "a não ser quando o situamos nos horizontes da luta que opõe a nova classe em ascensão, a burguesia, à velha ordem" (FORTES, 2004, p. 21). Com efeito, a base paradigmático-econômica sobre a qual é fundada a modernidade está no modo de produção capitalista e, por conseguinte, na sociedade capitalista. O iluminismo, representa a organização para o desenvolvimento inicial da ordem burguesa em sua busca de reconhecimento social, ou até, de superação de uma velha ordem que mantém o poder absoluto.

Dessa forma, o momento histórico vivenciado pela sociedade foi o principal fator que contribuiu para que surgisse uma nova postura do conhecimento intelectual em razão da mudança do modo de produção agrário para o industrial e da escassez de mão-de-obra para atender à demanda do mercado de trabalho; logo, foi necessária a criação de

condições mais adequadas, o que envolvia as diversas áreas do conhecimento, as quais voltaram suas ações no sentido de quantificar e simplificar os meios de produção, bem com influenciou diretamente no sistema de organização social.

Nesse sentido, o iluminismo apresenta-se como um momento que marcou a abertura de uma nova fase para o conhecimento humano, na qual a pesquisa apresentou-se como uma nova fonte racional para explicar a realidade existente e passou a tomar caminhos diversos que ao mesmo tempo em que mantinha uma ordem conservadora, buscava refletir sobre os fatores que influenciavam a sociedade a agir de tal forma[12]. Assim, muitos que defenderam seus estudos de forma radical foram duramente penalizados, como foi o caso de Rousseau, perseguido, condenado, tendo suas obras queimadas por apresentar uma teoria educacional igualitária nas esferas social, econômica e política, criticando radicalmente a ordem até então existente.

Com o pensamento voltado para o progresso a sociedade passa a dedicar maior atenção à construção de escolas, para oportunizar a alfabetização e o aperfeiçoamento da mão-de-obra, criando a possibilidade de muitas pessoas conseguirem ingressar no mercado de trabalho e terem a esperança de melhores condições de vida. Também é possível perceber a mudança de mentalidade em relação à consideração da criança em sua infância, a qual passa a receber tratamento mais específico e adequado a sua idade, deixando de ser vista como um adulto em miniatura; e agora é dotada de capacidades que devem ser articuladas e desenvolvidas. Sobre os conceitos de educação e infância trataremos nos itens seguintes, visto que servem de base formativa da teoria educacional pedagógica de Rousseau.

O movimento iluminista caracterizou-se como um forte momento de expressão intelectual, que, apesar de sofrer inúmeras restrições, tinha como objetivo oportunizar à sociedade a possibilidade de busca e cultivo da razão, visando a criar melhores condições de vida para a maioria explorada pela classe dominante. Contribuindo para o surgimento de características humanistas, tendo a subjetividade como novo centro da justificação filosófica, dentre muitos intelectuais que alcançaram destaque na época, temos a contribuição de Rousseau, que, além de elevar a potencialidade do ser humano até o limite da razão, procura valorizar os sentidos e o sentimento como uma forma de melhor

---

[12] "O que caracteriza as luzes, além da valorização do homem já referida, é uma profunda crença na razão humana e nos seus poderes. Revalorizar o homem significa antes de tudo encará-lo como devendo tornar-se sujeito e dono do seu próprio destino, é esperar que cada homem, em princípio, pense por conta própria" (FORTES, 2004, p. 9).

direcionar as ações humanas de forma consciente e responsável, para viver bem em sociedade. Assim destacamos;

> Rousseau ousou defender a virtude contra a razão que era objeto de verdadeiro culto no início do século XVIII, seu intuito não era desvalorizar a razão. O que Rousseau prega é, que o homem é muito mais que razão, pois possui também paixões, instintos e sentimentos. A alma humana há de ser considerada em sua integralidade, pois o ser humano não é guiado somente pela razão. Influenciou sem dúvida o movimento romântico que marcou meados do século XIX, que hoje é um sentimento incorporado ao homem contemporâneo. (CARVALHO. 2003, p. 49).

Nesse sentido, organizamos esta investigação partindo do iluminismo para demonstrar as ações reflexivas organizadas pelos intelectuais, que na época se organizavam no sentido de conquistar seus direitos para atingir um reconhecimento social igualitário, capaz de garantir maior liberdade de pensamento e expressões. Com isso, percebemos as mudanças estruturais do pensamento que surgiram, como foi o caso do teórico Rousseau, que pretendia colocar em questão a tradição filosófica que cultivava valores alheios e impróprios a verdadeira condição humana.

1.2. A influência iluminista no pensamento de Rousseau

O iluminismo pode ser entendido como um marco na história, visto que o movimento racional passou a analisar de uma forma crítica e reflexiva a composição e organização da sociedade. As idéias de Rousseau serviram para questionar a concepção filosófica na maneira de pensar a organização da sociedade bem como fornecer indicativos para tornar possível a realização de uma educação mais adequada[13]. Com a reflexão sobre

[13] "A força incomparável com a qual Rousseau, enquanto pensador e escritor, atuou em sua própria época, está afinal fundamentada no fato de que ele expôs mais uma vez a um século, que tinha elevado a cultura de forma a um patamar jamais alcançado anteriormente conduzindo-a à perfeição e ao acabamento interno, toda a problemática interna do conceito da forma em si. O século XVIII repousa – em sua literatura, bem como em sua filosofia e ciência – num mundo da forma fixo e pronto. Nesse mundo, se encontra fundamentada a realidade das coisas e o valor delas determinado e assegurado. O século se alegra com a determinação inequívoca, com o contorno claro e nítido das coisas e com a sua delimitação segura; ele considera a capacidade para tal determinação e delimitação ao mesmo tempo como a mais elevada força subjetiva do homem, como a potência fundamental da própria 'razão" (CASSIRER, 1999, p. 38).

a teoria deste grande pensador, as pessoas passaram a perceber que poderiam ser sujeitos de sua própria história, que tinham capacidade para mudar o que consideravam errado, que poderiam elaborar leis e princípios para defender os seus direitos como seres humanos e cidadãos membros do corpo social.

Nesse clima de mudança e por fazer várias críticas à ordem e ao sistema racional vigente, Rousseau já não acreditava que a forma de crescimento e de organização da civilização vigente pudesse conduzir, por si só, ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, de modo que atingissem a felicidade humana. Refletindo sobre as questões humanas e a ordem social vigente, observou que essas dependiam mais do desenvolvimento das necessidades naturais da virtude e da lealdade do que do conhecimento e da aceitação dos princípios racionais de conduta, de disciplina e de respeito à hierarquia. Assim, destacamos a interpretação de Dent:

> Rousseau é tão comumente apontado como figura notável do iluminismo que o seu lugar nesse "clima de opinião" precisa ser levado em conta. As principais figuras do movimento consideram-se engajadas na tarefa de eliminar mistérios, obscurantismos, o amontoado de tolices acumulados por instituições obsoletas que estorvavam o progresso do homem. No lugar delas, seria implantado o que era transparente em seu objetivo e funcionamento racional, libertador e progressista. Em particular, seria superado o controle da igreja – especificamente da igreja católica – sobre o ensino, a lei, o governo e as questões dos homens. A razão secular universal, as técnicas e os métodos centrais da ciência natural adquiririam plena soberania, no lugar dela; tudo tinha que ser investigado, explicado, submetido ao tribunal da avaliação racional a fim de reivindicar suas credenciais (1996, p. 144).

Nesse sentido, ao manifestar suas idéias humanizadoras, Rousseau contrapõe-se às teorias dos filósofos que defendiam a separação entre a moral, a política e a religião, chamando-as de "charlatanismo", e propõe uma ciência do homem inseparável da natureza, do sentimento, da razão e da moral. Com essa linha de pensamento, ele se distingue nitidamente de muitos iluministas de sua época, sendo, por isso, caracterizado pelos seus opositores como um homem de paradoxos, pois critica as ciências, as artes, mas, ao mesmo tempo, declara-se escritor e pensador. Ao mesmo tempo, é autor de uma ópera – *O adivinho da aldeia* – e de um dicionário de música. Realiza uma crítica feroz à sociedade humana, acusando-a de corrupta, e é defensor incondicional da sociedade baseada na vontade geral; crítico da religião como forma de opressão, mas defensor de

uma religião natural na obra *Emílio*. Em defesa de suas afirmações, ele destaca preferir ser um homem de paradoxos a ser um homem de preconceitos[14].

Rousseau tinha como característica principal em seus escritos expressar duras críticas à sociedade vigente, à sua forma de organização, aos valores e aos princípios por ela cultivados. Também "provocou os contemporâneos ao afirmar que o progresso alcançado a partir do Renascimento não foi positivo para a humanidade, pois nem sempre os homens mais cultos ou as sociedades mais desenvolvidas correspondem a um aperfeiçoamento moral proporcional" (PISSARA, 2002, p. 40). Assim, ele se contrapõe às idéias dos seus contemporâneos, que atribuem um valor exagerado ao desenvolvimento da capacidade técnica e da razão humana, denegrindo os valores morais por considerá-los dissociados dos sentidos e dos sentimentos[15].

Segundo a interpretação de Cassirer, Rousseau é um racionalista consciente dos limites da razão. Ao mesmo tempo em que a examina criticamente, negando a sua pretensão de, por si só, ter a capacidade em explicar todos os fatos e todas as ações do mundo, não pode considerar separadamente os sentimentos e os valores éticos e morais dos homens. Desse modo, ele atribui a todos os homens a mesma formação física com sentidos, sentimentos, necessidades, paixões que almejam uma liberdade, mecanismos esses que agem de maneira interligada sobre as deliberações da razão. Assim, podemos dizer que somos formados por esse conjunto de capacidades que estão interligadas e influenciam as deliberações humanas.

Ao assumir uma posição crítica em relação aos iluministas contemporâneos, Rousseau prepara o terreno para muitas abordagens posteriores e, por isso, passa a ser uma referência para muitos autores, entre os quais Charles Taylor. Segundo Dalbosco ele "esboça uma interpretação relevante de seu pensamento ao conectar entre si os conceitos de natureza e a consciência, derivando dele o recurso à *voz interna* como busca incessante do eu para identificar-se consigo mesmo" (2007a, p.137). Assim, a importância de sua teoria está na nova compreensão do ser humano, composto de uma unidade que corresponde à totalidade no próprio eu, visto que concebe a valorização dos sentimentos e dos sentidos como uma forma de controlar as paixões. Pode-se dizer, assim, que as

---

[14] Para uma interpretação do pensamento de Rousseau como um pensamento constituído por paradoxos ver o estudo de. FORTES, Luiz R. Salinas. O iluminismo e os reis filósofos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

[15] "Ligar o iluminismo à figura de Rousseau, pode parecer contraditório, pois ele é visto como o menos iluminista dos contratualistas, devido a sua preferência pelo sentimento. Rousseau cultiva a racionalidade à exemplo de seus contemporâneos, e o seu direfencial era não cultuá-la. Para o genebrino a razão está condicionada aos instintos e sentimentos. Possuía uma visão larga do homem, abarcando-o em sua integralidade". (CARVALHO, 2003, p. 15).

respostas às nossas perguntas devem ser encontradas também em nós mesmos, evitando-se recorrer a algo exterior[16].

Uma das razões que contribuíram para que Rousseau se destacasse entre os principais pensadores de sua época foi ter atribuído uma nova visão ao domínio do intelectualismo[17]. Ele opõe às forças dos sentidos e do sentimento perante o poder da razão, que examina e disseca, tornando-se um descobridor da paixão humana, de sua energia primitiva; dá ênfase ao sentimento de bondade interior, com a capacidade de unir corpo, mente e espírito como um todo harmônico para orientar o homem e contribuir para que se torne forte e feliz. Esse aspecto abordaremos no capítulo dois ao analisar a teoria formativa da educação natural voltada ao desenvolvimento e fortalecimento do corpo da criança.

Nesse sentido, esta investigação busca realizar um estudo analítico reconstrutivo das obras de Rousseau a fim de destacar a contribuição significativa deste autor para melhor entendermos as ações e pensamentos que movem as pessoas que formam o corpo social. Segundo Rousseau, as pessoas nascem boas, mas é responsabilidade da educação fornecida pelos adultos e pela sociedade permitir que ela cresça sem se corromper pelos vícios e por maus costumes cultivados no seu meio.

No *Segundo discurso* Rousseau afirma que, entre todos os conhecimentos que a humanidade conseguiu atingir, o que traz maior utilidade e que está sendo pouco investigado é o relativo ao próprio homem. Como podemos conhecer a origem de nossas desigualdades, os problemas vivenciados pelo homem sem conhecê-lo? De que maneira proceder na investigação no sentido de buscar conhecer essa origem? Acreditamos que o caminho a ser seguido é procurar conhecer a natureza humana, da qual podemos derivar a idéia de que todos somos dotados das mesmas necessidades e capacidades. Tal conhecimento deve nos auxiliar também a encontrar um princípio fundamental capaz de nos dar sustentação e servir como ponto de partida para entender o sentido da existência

---

[16] Para uma interpretação do caráter aporético no contexto educacional, especificamente voltado à primeira infância, ler: (DALBOSCO. Passo Fundo, 2007b).

[17] "Embora Rousseau não seja, claramente, um representante desse 'clima de opinião' predominante apesar de ser visto freqüentemente como tal subsistem, é claro, muitos pontos importantes de semelhança. A sua ênfase na dignidade moral própria de todo o indivíduo, levando à sua idéia de que a autoridade civil se encontra nas mãos do "povo", é francamente compatível com a elevação do alcance e dos direitos do julgamento individual que está implícito nas investigações intelectuais críticas da Enciclopédia. Entretanto, pode ser argumentado que, ao sublinhar assim os direitos inalienáveis dos indivíduos, Rousseau abalou não só as estruturas estabelecidas de autoridade mas também aqueles vínculos de lealdade e fidelidade comuns que ele considerava essenciais para qualquer comunidade justa e criativa. Se virmos a "idade do iluminismo" como idade em que a concepção do "indivíduo moderno" atingiu maturidade, então as idéias de Rousseau devem ter certamente desempenhado algum papel nisso" (DENT, 1996. p. 145).

humana, partindo da sua educação e da valorização plena da criança em sua infância. Portanto, Rousseau, além de nos fornecer em suas obras uma base teórica capaz de esclarecer esses questionamentos, faz duras críticas ao sistema de organização do pensamento racional cultivado pelos iluministas.

1.3. O conceito de educação[18]

Refletir sobre o conceito de educação na infância[19] cultivado pela sociedade medieval que na época moveu suas ações no sentido de organizar a educação das crianças, é penetrar num campo extremamente obscuro e complexo, no qual predomina uma intensa negação da infância por parte da sociedade; em conseqüência disso, a educação passa a ser vítima de um sistema opressor manipulado pela burguesia, pela aristocracia e pelo clero, que dominam grande parte da população explorada. Nessa mesma época, é evidente a ausência da sensibilidade em relação às crianças, que não recebiam um tratamento adequado nem uma educação específica para a sua formação. Elas passavam a fase do nascimento até os oito anos de idade sendo consideradas como seres inferiores em relação aos adultos, pois poderiam não sobreviver em razão do elevado índice de mortalidade infantil registrado. Após esse período crítico, algumas crianças passavam a receber cuidados em termos de fornecer-lhes uma formação educacional, porém a maioria delas era imediatamente introduzida nas atividades realizadas pelos adultos.

Nesse quadro desolador, a criança que sobrevivia à primeira fase da infância era logo colocada para receber um tipo específico de formação: muitas passavam a freqüentar o internato, no qual recebiam instruções rígidas sob a responsabilidade das instituições pertencentes ao clero; alguns filhos de famílias mais abastadas recebiam cuidados particulares com o preceptor (professor particular) e muitas outras eram introduzidas no mercado de trabalho, vindo a contrair diversos vícios e a praticar as atividades realizadas pelos adultos.

---

[18] Nesse momento a reflexão se concentra em realizar uma abordagem histórica para analisar como a sociedade planejava e organizava educação bem como o sentido e significado para ela atribuído, avançando até a considerável contribuição da teoria formativa-educacional de Rousseau.

[19] No sentido em aprofundar a reflexão em relação a consideração social manifestada pela criança em sua infância, na sociedade medieval, ler. ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de janeiro: Zahar, 1981.

Desde meados do século XV até muitos séculos posteriores, a formação escolar não era considerada prioridade para o meio social; assim, nas escolas costumava-se reunir os alunos em grupos que possuíam a mesma capacidade de aprendizado, sem levar em consideração as diferenças entre as suas idades. Todos eram submetidos à direção de um mestre, num único local, no qual recebiam instruções apenas de alfabetização, as quais se limitavam ao ensino da linguagem e da escrita. Desse modo, além de os alunos apresentarem uma considerável diferença de idade, recebiam um tipo específico de conteúdo que não era adaptável à sua capacidade de aprendizado, pois fazia-se uso dos métodos medievais de simultaneidade e repetição; como era a manifestação de uma pedagogia anti-humanista, não distinguia a criança do homem e confundia de uma forma generalizante a instrução escolar. Essa era a principal causa do elevado índice de evasão escolar.

Durante esse período e em muitos séculos posteriores predominavam os hábitos das escolas medievais. Assim, o ensino era voltado para o culto religioso, norteado por uma prática pedagógica que ignorava a valorização das características humanistas, limitando-se a realizar estudos com uma abordagem superficial; como as idades e os conteúdos eram colocados numa única sala, cada aluno deveria desenvolver suas próprias habilidades de aprendizado.

Como a escola se desenvolvia no sentido de organizar ações práticas voltadas para as necessidades do mercado econômico, traçando um caminho totalmente oposto ao cultivo de valores para contribuir com a formação humana, sem leis que garantissem o direito à educação das crianças, muitas delas passavam a freqüentar a escola sem uma idade específica, algumas com até dez anos de idade. Fica evidente, portanto, que faltava consciência de sua realidade social, pelo fato de muitas crianças serem consideradas fracas, indefesas, imbecis ou até incapazes de seguir o seu caminho sozinhas.

Durante muito tempo a escola permaneceu indiferente quanto à separação e à distinção das idades das crianças, pois seu objetivo central não era desenvolver uma prática para a educação específica na infância. A educação medieval não possibilitava uma formação adequada para cada fase da vida das crianças, visto que suas práticas eram voltadas ao aprendizado de princípios puramente técnicos, destinados à instrução dos clérigos e segundo os quais se acolhiam e se preparavam de forma indiferente às crianças, os jovens e os adultos para as cátedras magistrais. Até o século XVIII muito dessa mentalidade sobreviveu no meio dos hábitos escolares, e foi com base nessa realidade que

Rousseau produziu sua teoria, a qual tomou um caminho totalmente oposto ao até então cultivado.

Podemos destacar que os verdadeiros inovadores do cultivo de um pensamento mais humanista foram os reformadores escolásticos, organizadores dos colégios e de práticas pedagógicas voltadas à valorização da infância, entre os quais se destacaram os jesuítas, os oratorianos e os jansenitas. Com eles se iniciou a valorização do sentido mais expressivo da particularidade infantil, promovendo-se ações voltadas ao conhecimento psicológico da infância e com a preocupação de criar um método que se adaptasse a essa realidade social.

Se a escolarização deste século ainda não demonstrava ser monopólio de uma classe social, deixava claro, no entanto, que era monopólio de um sexo, pois as meninas, ou as mulheres, eram totalmente excluídas da escola, sendo limitadas ao ambiente doméstico e à criação dos filhos. Nesse contexto, uma minoria delas, sem qualquer forma de incentivo, conseguia aprender a ler e escrever.

Cumpre aqui destacar que um movimento que ganhou maior expressão foi o dos moralistas educadores do século XVIII, herdeiros de uma tradição que cultivavam os reformadores da escola de Paris, os quais passaram a organizar suas ações e pensamentos de forma a desenvolver um conhecimento mais adequado sobre a educação na infância. Assim, surgiram os primeiros indícios de um sentimento moderno de infância que valoriza as capacidades da criança desde o seu nascimento, no qual viria a ser cultivado com maior expressão por muitos educadores que os sucederam. As escolas, então, passaram a se organizar no sentido de atender à necessidade de educação teórica, que substituía as antigas formas práticas de aprendizagem, e ao desejo dos pais de não se afastarem muito das crianças, de mantê-las por perto o maior tempo possível. Esse fenômeno acarretou uma transformação considerável nos hábitos familiares, visto que os pais passaram a dedicar maior atenção às crianças e sua vida confundiu-se com as relações cada vez mais sentimentais entre pais e filhos.

Com a atitude dos mestres de submeter os alunos a um controle mais estrito, sistemático e rigoroso, as famílias passaram a perceber as melhores condições de uma educação mais séria; então, a instituição ideal passou a ser de ensino integral, como o internato, um pequeno seminário, um colégio religioso ou uma escola normal. A disciplina adotada não se traduzia apenas por uma melhor vigilância interna, mas tendia a demonstrar para as famílias o respeito pelo ciclo escolar integral. A escolaridade passou, então, a assumir características específicas, que se transformaram numa questão central para a

formação de crianças e jovens; em contraponto, evitava-se dedicar interesse à alfabetização dos adultos.

No final do século XVIII, muitas escolas passaram a ampliar o seu turno, possibilitando que as crianças permanecessem mais tempo nelas aprofundando seus estudos, adquirindo exemplos, tanto teóricos como práticos. Enquanto freqüentava a escola, a criança era submetida a uma disciplina cada vez mais rigorosa e efetiva, a qual demonstrava claramente que ela estava submetida ao controle e à coordenação do adulto.

A organização de práticas voltadas à formação educacional evoluía praticamente conforme a necessidade e a demanda do mercado, visto que, de um lado, formava-se uma população escolarizada com vasto conhecimento, composta por filhos de burgueses, jesuítas, eclesiásticos, e, do outro, aquelas crianças que no primeiro momento em que demonstravam habilidade para conduzir seus passos e fazer uso da linguagem entravam diretamente na vida adulta, passando a adotar e desenvolver os mesmos hábitos e gostos dos adultos.

Durante esse século, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo e excludente, no qual cada ramo constituía não uma unidade, mas caracterizava explicitamente a condição social. Assim, o *liceu* era o colégio freqüentado pelos burgueses, que recebiam o ensino que atingia até a fase "secundária", e a *escola* destinava-se ao povo proletário, que freqüentava o ensino "primário". Esse foi o principal motivo q ue desencadeou várias manifestações sociais de protesto contra esse sistema discriminatório, para diminuir essa divergência social, mas, atingiu pouca expressão.

Nesse sistema educacional a prática era voltada a se adequar às normas da classe dominante, com a finalidade de formar lideranças políticas, empresários, que mantinham a alta sociedade. Uma outra escola se destinava à alfabetização e aperfeiçoamento dos operários, que viriam compor a grande massa de trabalhadores, os quais dariam o suporte necessário para atender às necessidades econômicas do mercado. Vista desta maneira, o que fica evidente é que o objetivo da escola era procurar se adaptar e atender às necessidades do mercado.

Outra mudança radical que abalou as estruturas dos métodos de ensino foi a ação de vários homens detentores da autoridade da razão e do saber, já encontrados nas origens das grandes transformações dos costumes entre a Idade Média e os tempos modernos. Foram eles (os iluministas) que passaram a refletir em relação às particularidades da infância e a importância que ela seja desenvolvida no modo físico, moral e social, e da

possibilidade de uma educação voltada para a formação amparada em uma metodologia de ensino adaptada a uma finalidade mais específica, com valores solidários e humanistas.

Também no século XVIII, esses homens caracterizados como "iluministas", graças às suas expressões, exerceram uma grande influência sobre a opinião pública, o que nenhum legislador, clérigo ou intelectual poderia ter sonhado no passado. Alguns deles permaneceram fiéis a um ensino social aberto a todos, mas o exercício intelectual se limitou a uma única classe social (filósofos) que cultivavam um ensino longo e clássico, oferecendo ao povo um ensino inferior, exclusivamente técnico e prático.

Entre os importantes pensadores que, de uma forma ou outra, elaboraram teorias para a melhoria da formação educacional, destacamos o genebrino Jean Jacques Rousseau, com suas instigantes idéias, que atingiram uma elevada expressão educacional-pedagógica, conseguindo abalar profundamente as estruturas do pensamento até então cultivadas. A teoria formativa educacional de Rousseau move-se no sentido oposto do até então vigente (adulto-criança) ao colocar a criança no centro de sua reflexão, atribuindo a responsabilidade ao adulto de atendimento das suas necessidades e de organização adequada dos seus cuidados, para organizar uma prática voltada ao desenvolvimento espontâneo e natural do corpo infantil.

Rousseau viveu numa época em que os ideais iluministas estavam voltados ao conhecimento técnico-científico e a sociedade passava a cultivar um pensamento que se afastava do cultivo dogmático à religião, passando a destinar maior interesse ao desenvolvimento da racionalidade humana. Ao mesmo tempo em que veio se opor ao sistema educacional vigente, ele entrou em conflito com a expressão da racionalidade influente, que atribuía à razão a possibilidade de explicar todos os fenômenos naturais e artificiais da natureza, desconsiderando o desenvolvimento dos sentidos e dos sentimentos. Nesse sentido é que procuramos mostrar que Rousseau não pode ser entendido simplesmente como um iluminista, pois direcionou suas idéias também contra uma defesa cega do poder da razão e da ciência.

Cabe considerar que o pensamento do autor era um tanto audacioso para a sua época, uma vez que ele confere elevada consideração à capacidade humana e se opõe a toda e qualquer forma de poder que tende a transformar as pessoas em objeto de manipulação por interesses particulares; também atribui ao cultivo dos males sociais a responsabilidade pela degeneração das características humanistas e pela substituição dos valores individuais pelos coletivos.

Em razão de manifestar idéias tão inovadoras para a sua época, Rousseau acabou sendo interpretado como uma ameaça à ideologia praticada pela monarquia e pelo clero, passando a ser odiado e perseguido por uns e, ao mesmo tempo, protegido e admirado por outros. Sua vida foi marcada pela miséria, perseguição e condenação. Um dos motivos que levaram a isso foi ter sido um pensador espontâneo e honesto, pois expunha em seus escritos exemplos de sua própria vida para justificar seus pensamentos. Dedicou-se a elaborar uma teoria que fosse capaz de formar um novo ser humano, com todas as capacidades desenvolvidas para poder viver bem em sociedade, sem se deixar corromper pelos vícios e pela maldade existente; suas idéias inovadoras abalaram as estruturas do pensamento da época e provocaram uma nova concepção de infância, homem e sociedade.

A teoria educacional de Rousseau é norteada por ações que visam proporcionar à criança a sua verdadeira autonomia desde o primeiro momento em que demonstrar interesse para isso. Vivendo numa época em que praticamente não se pensava em emancipação humana, sua teoria pretendeu formar pessoas com capacidade para pensar de forma racional e livre, defendendo que é preciso tornar as crianças capazes de fazê-lo. Para que isso seja possível, é necessário que a educação seja direcionada no sentido de organizar a infância de modo que a criança não contraia as más inclinações sociais, nem seja vítima de uma educação distorcida, alheia e muito diversa da educação da natureza, que prima pela formação completa da criança. Rousseau fez essa crítica a muitos pais e educadores que interferem no desenvolvimento natural da criança, chegando ao ponto de degenerá-la e impedir o seu desenvolvimento espontâneo. Portanto, ao educador consiste a tarefa de criar um ambiente educativo que dê condições para que a criança possa enfrentar os limites referentes à confrontação direta das próprias coisas e mantenha-se livre da corrupção social.

O princípio básico para que ocorra uma boa educação deve considerar a criança em sua condição física de movimentos e expressões, levar em consideração suas particularidades e opor-se a todas as desigualdades, tanto naturais como sociais, como uma forma de ela não vivenciar uma relação vertical e impositiva com finalidades específicas. Para isso é necessário que o educador tenha o cuidado de, antes de agir buscando a sua formação, procure no primeiro momento, conhecê-la.

A elevada consideração que Rousseau atribui à educação deve-se a que o homem não nasce pronto, mas nasce como potência; logo, ele se constrói desde que seja adequadamente estimulado para isso. O processo de formação do homem depende de fatores externos e internos, que devem ser estimulados para impulsionar esse avanço.

Assim, a educação assume a finalidade de manifestar a expressão de uma prática voltada para o exercício da igualdade e da liberdade. Como uma forma de se opor ao sistema educacional vigente, norteado por cuidados inadequados dedicados pelas crianças, Rousseau revela sua crítica na seguinte passagem: "que devemos pensar dessa educação bárbara que sacrifica o presente para o futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa a torná-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais?" (ROUSSEAU, 2004, p.72). Assim, demonstra que a educação tem a ver diretamente com o ato de organizar a manifestação de práticas que demonstrem a mais perfeita liberdade de exercícios e atitudes adequadas para as crianças.

Considerando que Rousseau viveu numa época de vigência do poder conservador em que a liberdade de pensamento e expressão erra censurada, convém refletirmos sobre a importância social de suas obras, que não somente valorizam a manifestação do pensamento livre e racional, mas também questionam os hábitos familiares considerados impróprios para as crianças, concebendo a sociedade como responsável pela corrupção e proliferação dos males sociais. Segundo o autor, a educação para a formação da criança será norteada para uma dupla finalidade: uma segundo a sua idade e outra segundo o seu caráter. O educador deve procurar conhecer tanto as características gerais da infância como as peculiaridades de cada criança, além de considerar que cada uma traz em si o seu caráter e sua personalidade, não se tratando de corrigir, mas, sim, de aperfeiçoar.

O educador deve ter a capacidade de ser mestre da criança; deve, aliás, primeiro, ser mestre de si mesmo, agindo como fala e comportando-se de maneira adequada na sociedade. É necessário que o adulto encontre em si mesmo o exemplo a ser proposto. Para ser senhor da criança é necessário saber ser senhor de si mesmo, e esta autoridade nunca será suficiente se não for fundada na estima e na virtude, ou seja, a bondade humana é uma virtude a ser desenvolvida.

O quadro histórico evolutivo da educação desenvolveu-se em dois momentos bem distintos: primeiro, esteve submisso ao clero, à monarquia e à alta burguesia, que controlavam os seus ensinamentos, atribuindo-lhes finalidades e objetivos específicos; no segundo caracteriza-se pelo surgimento do movimento iluminista, que um grupo de intelectuais atribuiu à capacidade humana a possibilidade em explicar os fenômenos da natureza e os enigmas que circundam a formação humana, revolucionando o sistema educacional vigente. Entre esses intelectuais na caminhada evolutiva do pensamento racional temos a contribuição significativa de Jean Jacques Rousseau que atribuiu elevada

estima à potencialidade da criança desde o seu nascimento e concebeu que compete à função da educação desenvolver de forma ordenada as capacidades físicas e aperfeiçoar os sentidos e os sentimentos para que o homem possa agir de forma ordenada e consciente no meio social.

Com base nesse pensamento, Rousseau não somente se destaca entre os iluministas pela suas idéias inovadoras, como acrescenta o desenvolvimento dos sentidos e dos sentimentos como característicos da formação humana. Nesse sentido, torna-se um autor eminentemente moderno, pelo fato de reinventar o processo educacional da criança com o fim do desenvolvimento pleno de sua infância.

1.4. O conceito de infância

Neste item realizamos um resgate histórico, segundo a interpretação de Ariés[20], para analisar a maneira como o adulto considerava a infância na sociedade medieval, procurando contextualizar a contribuição da teoria educacional-pedagógica de Rousseau. Com esse objetivo, não podemos deixar de considerar que somente após os séculos XVI e XVII se passou a reconhecer que a infância[21] realmente existia e que, no período anterior, na sociedade medieval, (século V até XIV) a consideração em relação à infância passara quase despercebida, pois a criança era caracterizada pelo que lhe faltava, como um ser em formação, imperfeito e dependente. A partir do momento em que ela apresentou condições de viver sem solicitar ajuda dos adultos, como de sua mãe ou de sua ama, passou a inserir-se na sociedade e não se distinguir mais do adulto, realizando atividades como pensar, agir e cultivar valores com os quais tinha contato em seu convívio.

Com a negação da infância por parte da família, da escola e da sociedade, evidenciava-se claramente a falta de consciência para observá-la em sua realidade histórico-cultural e a dificuldade de distingui-la dos adultos. Tanto era assim que as roupas usadas por elas eram praticamente iguais às dos adultos; o hábito de que os bebês não

---

[20] Para aprofundar o conhecimento segundo a concepção que a sociedade do século XIV até XVII possuía em relação a criança em sua infância ler a obra de: Philippe Ariés. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

[21] Para ampliar a reflexão em relação a valorização da criança em sua infância, ler POSTMAN. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

fossem amamentados pelas suas mães, mas pelas amas-de-leite; havia falta de higiene e não se dedicavam cuidados adequados às crianças, além de muitos outros fatores que nos levam a pensar que havia uma ausência de valorização e credibilidade em relação à infância.

Como podemos observar, nessa época a infância era praticamente negada, ou passava quase que no anonimato, o que é comprovado pela constatação do elevado índice de mortalidade infantil registrado, pois as crianças eram vítimas de cuidados inadequados e de falta de tratamento específico. A sociedade via a criança nessa fase como mais próxima do pecado, pois, por exemplo, brincar com os órgãos sexuais representava um gesto indecente. Nessa relação com as crianças, os adultos demonstravam um certo descaso e desatenção e expressavam sentimentos de desvalorização e desapego.

Fica, portanto, evidente que nesse período a concepção de infância retratava-se na falta de um tratamento adequado e específico. "A verdade é que a noção de infância foi uma idéia que transpôs todas as fronteiras nacionais sendo às vezes detida e desencorajada, mas sempre prosseguindo na sua jornada". (POSTMAM, 2002, p. 69).

Até o século XVII, a compreensão da infância, cultivada pela sociedade vigente esteve muito atrelada à concepção cristã, segundo a qual as crianças eram consideradas como criaturas puras e santas, estando diretamente relacionadas à imagem da Virgem Maria, idéia que a arte italiana encarregou-se de descrever e expandir. Assim, iniciou-se o aparecimento das imagens de crianças na pintura, na tapeçaria e na escultura, porém num processo educacional que se desenvolveu muito lentamente, visto que poucas pessoas a dispunham em questionar e discutir tais questões. Fica evidente, então, que as crianças começaram a percorrer um caminho que as levaria a conquistar o seu lugar junto de seus pais, o qual substituía o hábito insensato de confiá-los a estranhos (preceptor, ama-de-leite). Essa volta da criança para o lar deu à família a principal característica que a distinguia das famílias medievais, na medida em que a criança tornou-se um elemento integrante e indispensável na vida quotidiana, e os adultos passaram a demonstrar maior interesse com sua educação, carreira e futuro. A criança não era ainda o pivô central de todo o sistema, mas tornava-se um personagem digno de valorização e respeito no meio social.

No final do século XVII muitas famílias passaram a seguir e adotar os mesmos cuidados que as mães e as amas lhes prestavam, dedicando maior atenção às crianças. Assim, fica evidente que a relação tornou-se mais afetiva, pois elas recebiam mais carinho e tratamento mais adequado, além de vivenciarem algumas brincadeiras, como

"paparicos", que não se limitavam às pessoas nascidas na classe burguesa, mas atingiam até mesmo as classes rurais. Esse desenvolvimento tornou possível que praticamente todas as pessoas da família passassem a prestar maiores cuidados às crianças, demonstrando interesse em incentivá-las a falar e conhecer as coisas. No entanto, nesse contexto elas passaram a ser tratadas como pessoas racionais e os adultos procuravam conquistá-las pela doçura, como um segredo infalível para se fazer delas o que se pretendia e incentivar que aprendessem a viver com maior rapidez. Dessa forma, surgiram conceitos como o de que as crianças seriam como plantas jovens, que é preciso entender e incentivar com freqüência, com conselhos dados na hora certa, demonstrações de ternura e amizade feitas de uma forma regular, o que as comoveria e as conquistaria.

Percebemos que, em razão do elevado índice de mortalidade infantil, as pessoas começaram a ver a infância com outro olhar, passando a melhor organizar-se no sentido de dedicar à criança maiores cuidados e proteção, considerando-as seres frágeis e indefesos, jogados à dura sorte de sua própria existência. Esta importância passou a ser enfatizada em razão da influência acentuada da religião sobre os costumes. Assim, fica evidente que começaram a surgir algumas mudanças na forma de cuidá-las, dedicando-lhes melhores cuidados e condições de higiene e, sobretudo, controlando a aplicação de vacinas, contribuindo para a redução de sua mortalidade. A atenção dada às crianças é revelada nos retratos dos casais junto com seus filhos, agora considerados como parte integrante da família.

Como cada nação tentou entender a infância à sua maneira e integrá-la em seus costumes e sua cultura, a criança assumiu um papel singular conforme o cenário econômico, religioso e intelectual no qual convivia. Podemos dizer que em algumas culturas foi enriquecida; em outras, foi negligenciada, e, em muitas outras passou despercebida.

Entre outros fatores que serviram de entraves para o desenvolvimento de práticas voltadas para a infância, um foi a mudança no fator econômico surgido com a industrialização, com a conseqüente necessidade de contratar trabalhadores para as fábricas e minas. Assim, surgiu uma considerável demanda de mão-de-obra e passou a haver a necessidade de se utilizar o trabalho infantil. Nesse contexto, as escolas passaram a ser vistas como um sistema ideal para dobrar as vontades das crianças e condicioná-las ao trabalho rotineiro das indústrias.

Principalmente nos séculos XVII e XVIII, especialmente na Inglaterra e entre as classes sociais mais pobres, os adultos não estavam em condições psicológicas de alcançar

ou demonstrar o nível de afeto e compromisso para com as crianças que hoje poderíamos considerar normal. Muitos adultos, influenciados pelos costumes de sua época e pela necessidade de mão-de-obra para o mercado de trabalho, tratavam seus filhos não só como propriedade privada, demonstrando o poder de fazer deles o que bem quisessem, quanto como servos, de modo que se justificava sacrificar a infância para assegurar o interesse da manutenção e sobrevivência familiar.

Se analisarmos o panorama da infância na França no século XVIII, tanto no ambiente familiar como no escolar, chegaremos à conclusão de que não havia um espaço social para a criança simplesmente ser criança. Ela era criada fora do ambiente familiar, junto com a ama-de-leite, até completar oito anos de idade e, quando retornava para a família, era colocada no internato para ser alfabetizada e aprender a realizar as atividades dos adultos. Nesse contexto, ficam evidentes o rigor e o distanciamento que marcavam o relacionamento entre pais e filhos.

Portanto, a infância foi vítima dessa falta de consciência social, fruto de uma ideologia que priorizava o homem como sujeito de direito com possibilidade de realizar qualquer tipo de atividade; às mulheres e crianças restava serem submissas a eles, sofrendo todo tipo de preconceito e sendo vítimas da falta de consideração como seres sociais com valores igualitários. "Se considerarmos a infância em si mesma, existe no mundo ser mais fraco, mais miserável, mais à mercê de tudo o que o rodeia, que necessita tanto de piedade, de cuidados, de proteção, do que uma criança?" (ROUSSEAU, 2004, p. 88).

Para que a idéia de infância começasse a surgir com maior ênfase foi necessário que o adulto mudasse a sua compreensão. Tal mudança só foi possível a partir do aparecimento da prensa tipográfica, pois o material impresso facilitou o acesso à alfabetização, passando-se a fazer maior distinção entre o mundo da criança e o mundo do adulto.

De uma forma muito lenta, no final do século XVIII é possível perceber que a sociedade se sensibilizou no sentido de considerar a infância como direito inato de cada pessoa, capaz de transcender as barreiras estabelecidas pelo preconceito social, passando a ser definida como uma categoria biológica dotada de potencialidades que deveriam ser desenvolvidas. Assim, ainda que muito vagarosamente, iniciou-se um processo de desmistificação da concepção antiga que negava a primeira infância que atingia a fase de zero até oito anos de idade, passando-se para uma concepção moderna, que busca encontrar mecanismos que valorizam o desenvolvimento da criança em sua infância.

Diante disso, no final desse século o Estado passou a dar atenção especial ao tema, exigindo maiores cuidados e proteção das crianças. Assim, pouco a pouco a autoridade

absoluta dos pais passou a se modificar, adotando-se padrões mais humanitários e passando-se a agir em forma de parceria, com a criação de ambientes mais adequados (construção de escolas) para dividir a responsabilidade da educação das crianças. A ascensão do iluminismo ajudou a nutrir e divulgar a idéia da infância, na medida em que esse movimento de idéias defendia o respeito à especificidade da criança.

Entre os principais pensadores iluministas que lançaram duras críticas à falta de atenção manifestada pela sociedade para com as crianças destacamos Jean Jacques Rousseau, cuja teoria atribui a capacidade racional e deliberativa a toda e qualquer criança que é educada segundo os preceitos da educação natural. Assim, foi possível perceber uma verdadeira mudança de paradigma na maneira de planejar a formação educacional das crianças. Para Rousseau, deve-se buscar o homem no homem e a criança na criança para poder dar-lhe um tratamento mais específico, voltado a desenvolver as potencialidades de que o seu corpo dispõe. Como afirma Cerizara:

> Rousseau mostra que, além de boa índole da infância, é preciso considerar as particularidades de cada criança. Se, por um lado, todos nascem potencialmente iguais, simbolizando a natureza humana em sua generalidade, cada um possui características e traços de caráter que lhe são inerentes. Além da desigualdade de cunho social e político, há também a desigualdade natural e biológica. (1990, p. 11).

Rousseau denuncia a falta de cuidado para com as crianças e a idéia que as crianças são consideradas objeto de atenção dos adultos após terem passado o período crítico do nascimento até a fase dos oito anos de idade. Em razão do alto índice de mortalidade infantil, era hábito entre as famílias abastadas entregarem seus filhos recém-nascidos aos cuidados das amas-de-leite para que fossem criados por elas. As precárias condições de higiene, aliadas aos insignificantes conhecimentos sobre a medicina, contribuíam para esse elevado índice de mortalidade, julgado por grande parte da sociedade como um fato "normal". Uma das causas que influenciaram diretamente no agravamento dessa situação foi o fato de as mulheres terem abandonado a função que a natureza lhes impôs, a responsabilidade pela maternidade; outra diz respeito à educação inadequada que as crianças recebiam.

No entendimento de Rousseau, a criança é um ser em condição única, à espera de orientação, carinho e formação. O autor atribui a confiança na criança desde o seu nascimento ao reconhecimento de sua riqueza interior, acreditando na possibilidade da

construção de um mundo mais humano, justo e igualitário. Ele a concebe como um ser dotado de todas as potencialidades que podem ser desenvolvidas e articuladas com a finalidade de formar um adulto bom, com sentimentos que dizem respeito a sua natureza humana e à capacidade de realizar boas ações. Nesse sentido, pretendemos demonstrar nos capítulos seguintes que o autor reinventou o conceito de infância e educação.

Com base nesta afirmação, pretendemos mostrar nos capítulos seguintes que o crítico Rousseau é o representante do conceito moderno de infância, visto que, após realizar estudos teóricos e observar a convivência com diversas famílias, lançou duras críticas ao sistema educacional vigente, bem como à forma como os adultos realizavam o cuidado das crianças, denunciando a falta de uma consciência social que lhes dedicasse tratamento adequado e específico, o que gerava um quadro dramático e comovente.

Assim, é importante desdobrar este conceito numa série de hipóteses, que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes, buscando ressaltar mais enfaticamente por que Rousseau pode ser compreendido como o representante do conceito moderno de infância? Com isso, pretendemos refletir sobre a maneira como ele concebe sua teoria, segundo a qual a criança deixa de ser considerada pela sociedade como um adulto em miniatura, passando a ser vista como um ser social de direito dotado de potencialidades, que devem ser organizadas desde o seu nascimento. Ao mesmo tempo, passaremos a entender como a criança deixa de ser um produto negativo da cultura, passando a ser considerada como categoria biológica a ser desenvolvida, e a forma como Rousseau organiza as ações do adulto no sentido de oportunizar um desenvolvimento natural e espontâneo à criança em toda a sua infância.

Com base no pensamento do autor, consideramos de fundamental importância a reflexão sistemática e detalhada sobre suas obras na busca de articular tais conceitos, caracterizando a infância como uma fase mais adequada para o desenvolvimento de suas plenas capacidades. Nesse aspecto, não é somente a história que nos mostra que a infância foi considerada uma fase na qual a criança passava no anonimato, como um ser que podia não mais existir em razão do descaso, da desatenção e da grande taxa de mortalidade infantil da época. Destacamos a tese crítica do autor em relação à infância na seguinte passagem: "A idade da alegria passa por meio a prantos, a castigos, a ameaças, a escravidão. Atormenta-se a infeliz para o seu próprio bem e não se vê a morte que a chama e vai apanhá-la no meio desta triste condição. Quem sabe quantas crianças morrem vítimas da extravagante sabedoria de um pai ou de um professor". (ROUSSEAU, 2004, p. 72).

Diante dessa reflexão, vemos que a teoria educacional de Rousseau considerou a criança como um ser humano capaz, dotado de potencialidades que devem ser articuladas e desenvolvidas. Assim, nesta mesma época destacamos o surgimento das primeiras creches urbanas e o incentivo à criação das escolas públicas; as famílias passaram a refletir sobre a dedicação de cuidados e proteção mais adequados e, inclusive, as mulheres da nobreza passaram a amamentar seus filhos; o sentimento de afeto tornou-se mais intenso e, além de valorizar a distração e as brincadeiras, surgiu o interesse de desenvolver a formação física e também a capacidade psicológica e moral. Enfim, a família transformou-se na mesma proporção e medida em que se modificaram suas relações internas com a criança.

Assim, com essa significativa contribuição do autor fica evidente que as famílias organizavam ações conscientes e adequadas, voltadas ao respeito e à valorização da criança em sua infância, seguindo os indicativos destacados na seguinte passagem: "Respeitai a infância e não vos apresseis em julgá-la, quer para bem, quer para mal. Deixai as exceções se revelarem, se provarem, se confirmarem muito tempo antes de adotar para elas métodos particulares. Deixai a natureza agir bastante tempo antes de resolver agir em seu lugar, temendo contrariar suas operações". (ROUSSEAU, 2004, p. 119).

O autor atribui elevada consideração ao processo que expõe a criança a diversas formas de provação, para que ela mesma se torne o sujeito de sua educação, passando pela experiência como um elemento central no processo educativo. Para que isso seja possível, o papel do educador consiste em não proteger de forma extrema que venha a evitar a sua formação, mas, sim, habituá-la ao real e oferecer, de forma ordenada, as diversas provações que lhe são necessárias. Assim, é importante refletir sobre o método educacional de Rousseau, destacado na seguinte passagem; "entreguemos à infância o exercício da liberdade natural, que pelo menos por algum tempo a afasta dos vícios que se contraem na escravidão. Venham, pois, com suas frívolas abjeções esses professores severos, esses pais submissos a seus filhos e, antes de fazerem o elogio de seus métodos, aprendam uma vez o método da natureza". (ROUSSEAU, 2004, p. 88).

Como proposta de trabalho, neste primeiro capítulo, abordamos os conceitos de iluminismo, educação e infância, limitando-nos a realizar uma contextualização histórica e apenas introduzindo alguns conceitos dos quais trataremos mais enfaticamente nos capítulos seguintes, para demonstrar, segundo a teoria de Rousseau, que a infância[22]pode

[22] "Acreditamos que a vivência plena da infância pela criança não é apenas desejável como também possível e que a concepção moderna de infância, que olha para a criança com sensibilidade e reconhecimento continua viva, está apenas sendo sufocada pela incessante busca pelo novo, pela ânsia da mudança enquanto valor em

ser pensada e desenvolvida de uma maneira diferente da então cultivada. Isso exige a participação efetiva dos adultos em desenvolver práticas voltadas a oportunizar que a criança possa sentir a sua presença no mundo, percebendo o quanto é importante que ela cresça e se desenvolva de forma saudável e ordenada, conforme as suas capacidades físicas e mentais.

---

si, pois a pós-modernidade veicula esta mentalidade. Por essas condições, creio que a infância não está fadada ao desaparecimento. O fato de privarmos a criança de vivê-la não significa, necessariamente, o seu fim, mas alerta para a necessidade de seu resgate, de sua valorização" (ZADO ROSKI, 2005, p.396).

2. ESBOÇO DO PROJETO DE UMA EDUCAÇÃO NATURAL

O projeto político-pedagógico de Rousseau, voltado a desenvolver uma educação natural para a infância, pressupõe a reflexão em dois momentos bem distintos: o da negação do homem que está envolvido com a sociedade do seu tempo e o da construção de um homem novo, numa sociedade reorganizada seguindo os princípios básicos do iluminismo, que abrangem o desenvolvimento pleno da racionalidade, do individualismo e do universalismo. Primeiramente, Rousseau manifesta em sua escrita certa oposição à tendência de sua época de avaliar a criança como sendo um pequeno adulto e que as diferenças entre o raciocínio das crianças e dos adultos não são meramente quantitativas, mas também qualitativas e com características específicas. Enfatiza que em cada idade a criança manifesta uma forma de agir, sentir e pensar que precisa ser respeitada e, ao mesmo tempo, mobilizada pelo educador.

Por isso, neste segundo capítulo apresentamos uma visão panorâmica da obra *Emilio ou da educação*, especialmente nos livros I e II, para destacar a abordagem que o autor faz do projeto de educação natural na infância. A abordagem da educação natural tem por finalidade apresentar mecanismos educacionais e pedagógicos que possam ser capazes de formar um ser humano completo em suas formas física, moral e psíquica, para que possa estar preparado para viver socialmente.

O autor apresenta em suas idéias o pressuposto de que a natureza humana possui como característica principal a tendência a ser repleta de bondade e de capacidades que precisam ser desenvolvidas para despertar a pureza interior e impedir que a maldade social venha a sobrepor-se a essas. Assim, ele considera que os homens são iguais em suas capacidades de aprendizado, motivo pelo qual podem se tornar seres racionais e livres. E cumpre à formação educacional desenvolver as capacidades naturais (sentidos,

sentimentos, maturação, assimilação e cognição), por meio da confrontação direta com a experiência sensível, adquirida pela relação da criança com o mundo exterior. Esse é um fator decisivo na formação da sua inteligência e da consciência moral.

A elevada importância que assume a teoria da educação natural esboçada na obra *Emílio ou da educação* contempla o caráter formativo da criança em cada fase do desenvolvimento do seu corpo, mente e espírito, o que abrange a capacidade do educador de desenvolver cada etapa de forma adequada e, ao mesmo tempo, de permitir que ela se exercite para a sua autenticidade com o objetivo de formar uma pessoa com todas as capacidades desenvolvidas para agir e pensar individualmente em seu meio social. Ao mesmo tempo em que as capacidades naturais da criança vão sendo desenvolvidas, ela deve se opor aos valores disseminados ao meio social, que cultiva a artificialidade, os vícios, o luxo e a aparência, os quais contribuem para que as pessoas se corrompam e se transformem em consumidores compulsivos influenciados pelos adultos.

O projeto constitutivo da educação natural abordado pelo autor nos provoca a refletir sobre as necessidades humanas responsáveis pela nossa subsistência e preservação e, ao mesmo tempo, põe em xeque os maus costumes e os hábitos viciados dos adultos que acabam por inibir a natureza carregada de bondade, estimulando alucinações fantasiosas alheias a todos os seres. Consideramos que o conceito de natureza, para Rousseau, consiste em oportunizar um desenvolvimento natural biológico, psicológico e sentimental do homem, por um lado, e da concepção de natureza externa, sensível por outro, enquanto meio no qual a criança está inserida e onde deve desenvolver suas capacidades de resistência e habilidades para sobreviver.

Na primeira parte deste capítulo concentramo-nos em oferecer uma visão panorâmica dos dois primeiros capítulos da obra *Emílio*; na segunda, reportamo-nos a alguns aspectos específicos do projeto de educação natural nele esboçado.

2.1. Visão panorâmica do livro I e II do Emilio

Rousseau divide sua obra *Emílio*, como sabemos, em cinco extensos livros, apresentando problemas e idéias específicos em cada um deles, o que torna difícil compreender a integralidade de seu projeto. Propomo-nos, neste item, a oferecer uma visão

panorâmica dos livros I e II, detendo-nos apenas em aspectos que são relevantes ao tema desta pesquisa.

Observamos, de antemão, o elevado valor que atribuímos a esta obra, que consiste num rica fonte conceitual para refletirmos sobre realidades diversas. Pode ser considerado como um tratado pedagógico, em virtude das suas limitações, por se restringir a uma abordagem teórica, pois Rousseau nunca pretendeu escrever um livro científico. Seu valor e sua contribuição, contudo, são indiscutíveis para a ciência e o pensamento moderno, consistindo numa grande fonte de idéias, que vem enriquecer as práticas educativas vigentes.

2.1.1. Livro I: idade da necessidade (de zero até 02 anos de idade).

No primeiro livro, Rousseau parte do pressuposto de que a criança já nasce boa em razão de suas características naturais; assim, precisa nesta primeira fase de sua vida de atendimento em suas necessidades, cuidados e proteção do adulto, numa relação que envolve respeito, afeto, carinho e compreensão. Dessa forma, o adulto deve procurar não interferir na sua formação espontânea a ponto de prejudicá-la, ou permitir que ela cresça e passe a ser envolvida e influenciada a cultivar os vícios e os costumes da sociedade, a qual contribui para que ela se corrompa e se desvie do caminho de sua formação natural. Para que isso seja possível é necessário que o adulto submeta os seus conhecimentos ao desenvolvimento das capacidades naturais da criança, de forma a oportunizar o exercício do seu corpo para desenvolver os sentidos e os sentimentos de forma ordenada para, quando adulta, saber decidir racionalmente.

Neste livro o autor nos mostra que, nesta fase inicial da vida da criança, é de fundamental importância atendê-la em suas necessidades físicas[23] para assegurar a sua sobrevivência (alimentação, higiene) e desenvolver os sentidos do corpo, expondo-a diretamente às provações que a natureza impõe a todo o ser de acordo as suas capacidades. Dessa relação se forma o primeiro elo de comunicação entre os envolvidos, o qual passa a

[23] Após o nascimento, a criança necessita de alimentação, cuidados, proteção contra as variações da natureza, carinho, afeto e proteção.

ser o caminho natural de diálogo entre a criança, o adulto e a natureza sensível, que formam o eixo central desta reflexão.

Com a finalidade de contribuir para que essa relação seja mais adequada ao desenvolvimento natural da criança, o adulto não deve se omitir em dar o atendimento em tudo aquilo de que ela necessita para sobreviver e se desenvolver de uma forma saudável; porém, ao mesmo tempo, deve ser capaz de distinguir todos aqueles cuidados que podem vir a tornar-se desnecessários para a idade em que a criança se encontra, a fim de evitar uma superproteção, evitando, assim, que ela desenvolva e adquira manhas e vícios, muito prejudiciais ao seu desenvolvimento.

Na primeira fase da vida da criança percebemos claramente que o autor defende a importância do adulto em atender as suas necessidades físicas para agir de forma adequada na organização de seus cuidados, em razão de que ela é totalmente dependente e está exposta às variações do estado de espírito do adulto. Como destaca Pissarra: "Essa primeira fase deve favorecer o desenvolvimento físico e a liberdade de movimento, para melhor poder entrar em contato com o mundo por meio dos sentidos, descobrindo, assim, suas diferenças e as oposições". (2002, p.62). Portanto, o adulto deve criar condições para que ela se sinta protegida e, ao mesmo tempo, possa ser livre para exercitar seu corpo e permitir que faça os movimentos por si mesma desde o primeiro instante em que suas forças o permitirem.

Nesta fase ela está aprendendo a se relacionar com o mundo adulto e ainda não desenvolveu a expressão lingüística. Assim, as primeiras expressões que ela manifesta são suas caretas, demonstrando a insatisfação dos cuidados que lhe são oportunizados, e, quando não está se fazendo entender, ela chora. Por meio dessas expressões ela demonstra toda a insatisfação e o desagrado dos cuidados inadequados dedicados pelos adultos. Por isso, os adultos devem observar que, geralmente, quando uma criança chora, ela está sentindo alguma necessidade física ou dificuldade em exercitar-se; portanto, não devem se opor em atendê-la e, ao mesmo tempo, devem procurar dedicar-lhe atenção e cuidados mais apropriados para a sua idade, para que ela perceba que está bem protegida, não torturada. Assim, perceberá que existem ao seu redor pessoas responsáveis e interessadas na sua existência. Sobre as necessidades da criança e os cuidados dedicados pelos adultos iremos refletir no próximo capítulo a fim de esclarecer o problema de investigação ao qual nos propomos.

Segundo o autor, o primeiro sentimento da criança é de necessidade e fraqueza, o que justifica que os primeiros pedidos demonstrem toda a sua carência e fragilidade. Ela se

apresenta dotada de incapacidade para satisfazer aquilo de que necessita; por isso, chora e, se não for atendida, grita como uma forma de demonstrar a insatisfação no atendimento de seus pedidos. Por isso, é de fundamental importância para o educador tomar consciência desses aspectos, criando oportunidade para que a criança só encontre resistência em seu próprio corpo em razão da carência no desenvolvimento de suas forças e, ao mesmo tempo, não desperte mais vontades em sua mente do que as suas próprias necessidades, a fim de oportunizar-lhe um desenvolvimento saudável e natural.

Contudo, esse processo de formação possui por base a ação e mediação do adulto na organização e orientação de práticas que visem oportunizar que ela tenha contato somente com aquilo que lhe seja útil para a sua idade para oportunizar o seu desenvolvimento natural. Assim destacamos: "Nesse contexto, o projeto de uma educação natural, quando voltado à primeira infância, visa à formação de uma criança capaz de ser rainha de si mesma e, por meio do confronto permanente com diferentes tipos de provações, disciplinar progressivamente seus desejos". (DALBOSCO, 2007c, p. 314).

Ao prescrever a formação da criança dentro da teoria da educação natural, Rousseau propõe o resgate da concepção tradicional de família, tendo o pai como verdadeiro preceptor e a mãe como responsável pela amamentação, como uma forma natural e característica das famílias que viviam no campo, com cada membro desenvolvendo um certo tipo de atividade, buscando a sua subsistência e o atendimento de suas necessidades de trabalho. Desse modo, Rousseau contrapõe-se ao costume da época, cultivado por grande parte da burguesia que vivia na cidade, de as crianças serem criadas e amamentadas fora do ambiente familiar, nas aldeias, pelas amas-de-leite.

A perspectiva educacional abordada no primeiro livro enfatiza a valorização da criança para o *exercício de sua liberdade social*, significando que a liberdade humana consiste em não primar pelo excesso ou pela falta, o que pressupõe organizar o equilíbrio entre a necessidade e a vontade. No entanto, essa faculdade esbarra nas próprias limitações do corpo, motivo pelo qual essa liberdade se torna imperfeita e carente de apoio para organizar-se; a criança, na falta de condições de seu corpo para satisfazer as suas necessidades físicas, necessita dos cuidados dedicados pelos adultos, mas nessa relação deve-se ter o cuidado de não criar mais vontades em sua mente do que as necessidades que o corpo demanda.

No pressuposto do tema em questão, o procedimento mais adequado indicado por Rousseau é aquele que se destina a oportunizar o exercício de fortalecimento do corpo da criança para, aos poucos, livrá-la do controle direto dos adultos, que tendem a prejudicar e

interferir diretamente no seu desenvolvimento natural com vistas a buscar sua independência. Isso significa dizer que a ela deve ser proporcionado o exercício da liberdade restrita à capacidade de desenvolvimento de suas forças e realizar seus movimentos assim que manifestar condições para isso. Como a liberdade física é imperfeita, o adulto assume um papel primordial que pode vir a ajudá-la no sentido de criar oportunidades para que ela possa desenvolver a sua autonomia e realizar os movimentos possíveis e que estão de acordo com as suas necessidades, como destaca Rousseau na seguinte passagem: "O único hábito que devemos deixar que a criança adquira é o de não contrair nenhum [...] preparai à distância o reinado de sua liberdade e o uso de suas forças, deixando em seu corpo o hábito natural, colocando-a em condições de sempre ser senhora de si mesma e de fazer em todas as coisas a sua vontade, assim que a tiver". (ROUSSEAU, 2004, p. 49).

No exercício de preparação para o reinado da liberdade da criança, o adulto assume um papel primordial, que consiste em ser o organizador e orientador em todos os aspectos, seja na interpretação do choro, seja na satisfação das suas necessidades, na apresentação dos objetos e na confrontação direta com diversos tipos de provações necessárias para o seu fortalecimento. Diante disso, deve-se atribuir elevada importância ao contato direto com a natureza pelo enfrentamento direto com as mudanças das estações, pelo confronto com os objetos sensíveis, de modo que eles mesmos se transformem em elementos limitadores, que servirão como parâmetro para a sua educação. A experiência com as coisas passa a ser um elemento fundamental de mediação no processo educacional que promove a ação do sujeito sobre o objeto, encontrando suas próprias limitações e permitindo, ao mesmo tempo, que a criança se eduque, possa construir seu conhecimento e, também, encontrar o limite no qual o objeto impõe ao ser conhecido.

O aperfeiçoamento físico do corpo da criança, e que passa a ser característico desta fase, é o início do desenvolvimento da linguagem, e a maneira adequada de orientá-la consiste em não apressar a criança a falar, pois ela irá se exercitar assim que sentir necessidade. Conforme Rousseau o erro cometido pelos adultos é fazer as crianças falarem antes da idade adequada, com o que acabam inibindo o processo de repetição, de memorização e de recitação, que são práticas decisivas características do processo de pensar. Portanto, é um inconveniente que elas tenham mais palavras em seu vocabulário do que idéias em sua mente e saibam dizer muito mais expressões do que o sentido que atribuem a elas.

Na primeira fase da infância, segundo a abordagem de Rousseau, cumpre aos adultos dedicarem os cuidados que são mais apropriados no atendimento de suas necessidades físicas, os quais dizem respeito ao seu desenvolvimento saudável, oportunizando carinho, afeto e proteção e, ao mesmo tempo, criando oportunidades para que ela possa exercitar-se e agir para o reinado de sua liberdade física, psíquica e moral. Dessa forma, não se está criando nenhuma possibilidade de que ocorra uma relação impositiva, vertical e direta, mas que se estabeleça um vínculo afetivo que vise a um relacionamento de compreensão e organização, voltado exclusivamente a suprir as limitações apresentadas em razão das suas carências físicas. Ao mesmo tempo, permanece-se vigilante para que dessa relação não venham a surgir manhas e vícios que poderão interferir diretamente na formação do caráter e da personalidade infantil.

2.1.2. Livro II: a idade da natureza (de dois até 12 anos de idade)

Neste extenso capítulo, o autor discorre sobre a infância da criança com o objetivo central de fazer uma abordagem reflexiva sobre a concepção de natureza, a qual pode ser interpretada segundo dois aspectos distintos: primeiro, como natureza sensível, que abrange as oscilações das estações do ano, a busca pela subsistência e as provações a que ela submete todos os seres, dizendo respeito à própria realidade na qual cada um está inserido; segunda, como natureza humana, que consiste em desenvolver os sentidos, os sentimentos, as forças e as capacidades naturais de que o corpo dispõe e que se desenvolvem com o avanço da idade. O melhor procedimento educacional e pedagógico consiste em disponibilizar o contato direto com essas duas concepções de natureza, para que sirvam de parâmetro e, ao mesmo tempo, se completem numa relação espontânea e harmônica, submetida por leis ordenadas superiores que estão além da própria humanidade (ordem cósmica).

Esta fase, denominada pelo autor como "idade da natureza", abrange o desenvolvimento das forças da criança como uma perspectiva educacional voltada para o fortalecimento do seu corpo, razão por que o adulto deve proporcionar o contato direto com as próprias coisas. Assim, ela irá desenvolver o seu conhecimento e encontrar os devidos obstáculos nas limitações do seu corpo, passando a realizar por si só as suas ações

e tornando-se, assim, cada vez mais consciente de si mesma. Assim, a sua memória projeta o sentimento de identidade em todos os momentos de sua existência como uma forma de se exercitar para que possa decidir com autonomia assim que puder.

Rousseau prioriza os cuidados dos adultos dedicados à criança, enfatizando que a infância é o momento de corrigir as más inclinações do homem que tendem a corrompê-la. Por isso, acentua também que educar naturalmente deve ter como prioridade o contato direto com as próprias coisas como uma das formas de se opor às vontades fantasiosas, ao mundo da representação enganadora, que cultiva os vícios, a falsidade e aparência, os quais tendem a desviar a criança de seu desenvolvimento natural. Segundo Pissarra, "a educação do corpo deve ser despertada por meio de exercícios físicos, de alguns ensinamentos básicos de higiene e da prática da natação. A educação dos sentidos também será iniciada por meio do tato, da vista, da audição, do gosto e do cheiro". (2002, p.64).

Para Rousseau, o exercício da liberdade da criança tem como parâmetro principal a exposição direta às diversas provações, que podem atingir uma grande complexidade e servir de limite para o homem se confrontar com todas as vontades alheias. Para que isso seja possível o educador deve procurar manter como princípio educacional pedagógico que cada causa tem a sua devida conseqüência; para aprender a valorizar as coisas naturais e boas para si mesma, é necessário que a criança conheça as dificuldades que a natureza impõe a todo o ser, pois aquele que não souber suportá-las dificilmente sobreviverá.

Saber distinguir o que são necessidades reais da criança e como distingui-las das vontades fictícias passa a ser o tema central desta discussão, que aprofundaremos no decorrer deste capítulo e no próximo, como uma forma de manter o seu desenvolvimento natural. Portanto, uma das maneiras de tornar uma criança tirana, revoltada e infeliz é permitir que ela conquiste tudo o que deseja, visto que, sendo atendida em seus caprichos, muitos outros ela desenvolverá. A pedagogia da facilitação tende a tornar as crianças preguiçosas e, ao mesmo tempo, a impedir que elas enfrentem qualquer dificuldade, o que leva ao fracasso formativo-educacional.

O princípio norteador que tem como meta a prática voltada para a educação natural é o de ensinar a criança a ser criança, não de sacrificar o presente para um futuro incerto; consiste em proporcionar o aprendizado adequado àquilo que ela está em condições de aprender e compreender, visto que cada fase da sua vida apresenta características e procedimentos diferenciados, os quais exigem tratamento distinto. Rousseau enfatiza que a verdadeira sabedoria humana é diminuir o excesso dos desejos em relação à capacidade de realizá-los, colocando em perfeito equilíbrio as disposições que o corpo possui com o

poder e a vontade, como a melhor forma de promover uma verdadeira harmonia entre corpo e mente, a fim de que só despertem os desejos necessários à sua conservação e tornem a criança capaz de satisfazê-los.

O conceito de força aparece como fator importante no desenvolvimento desta fase da vida da criança onde Rousseau destaca que a criança torna-se forte somente quando suas forças ultrapassam suas necessidades e quando ela se satisfaz em ser o que é. Todavia, ela pode tornar-se fraca quando tenta sobrepor-se aos seus semelhantes, quando possui mais desejos em sua mente do que necessidades em seu corpo, ficando dependente da opinião e das coisas que são alheias ao seu ser. Assim, para que ela não percorra um caminho oposto à educação natural, é de fundamental importância mantê-la no reino das necessidades que a natureza lhe impõe, para depender somente de si própria e das coisas que garantem a sua subsistência. Esse é o caminho natural para o qual toda e qualquer criança deve ser orientada.

A infância tem o seu lugar na vida humana e a criança não tem a menor consciência dessa particularidade. Então, cabe aos adultos assumir a responsabilidade de mantê-la sempre em seu lugar, possibilitando que ela sinta a fraqueza do seu corpo durante a busca da satisfação de suas necessidades e, ao mesmo tempo, permitir que ela se fortaleça por meio do esforço de conseguir aquilo que demonstrar interesse. Portanto, a criança deve estar convicta de que depende das coisas somente para o seu sustento e proteção e que, quando necessita de algo, é importante que peça, não que mande. Nesse sentido, Rousseau acredita ser possível a evolução gradual de sua educação, que consiste no aperfeiçoamento dos sentidos e dos sentimentos. Assim, a criança demonstrará que, antes da idade da razão, é preciso respeitar a idade da natureza, que tem como parâmetro a satisfação das necessidades e o desenvolvimento dos sentidos.

Rousseau acredita que a função primordial da fase da infância de zero até doze anos de idade na qual consiste na formação corporal, na qual deve se exercitar bem os sentidos e buscar o fortalecimento do corpo para saber julgar por meio deles. Porém, ele afirma que as sensações não podem, por si só, construir a razão e que existe, então, um elemento ao qual denomina de "força ativa", que faz a comparação entre as sensações e a importância que atribuímos a essas. A capacidade de entendimento, que é particular de cada ser humano, leva a que a criança não seja passiva, mas ativa e inteligente, capaz de julgar e de estabelecer relações entre as sensações, suas causas e conseqüências.

Na percepção ou na idéia a capacidade de entendimento é ativa, aproxima, compara, determina e estabelece relações; por isso, devemos ter cuidado para saber

distinguir que a natureza nunca nos engana, somos nós, por meio dos nossos sentidos mal desenvolvidos, que nos enganamos. Os estudos psicológicos sobre o desenvolvimento cognitivo mostram que há diferentes tipos de raciocínio. A criança aprende na medida em que faz uso da inteligência pré-operatória, que está apoiada no sentido sensório-motor e possui como por características a autoconcentração, o imediatismo, a irreversibilidade. [24]

Para cultivar naturalmente a inteligência da criança nesta fase de sua vida, deve-se oportunizar que ela seja exposta a diversas provações e, assim, desenvolva resistências extremamente necessárias para a sua vida. O procedimento mais indicado para isso consiste em exercitar o seu corpo, submetendo a criança ao enfrentamento direto com as dificuldades da natureza, com a finalidade em torná-lo robusto e sadio para que possa vir a ser sábio e sensato, possibilitando que ela possa tornar-se um homem pelo seu vigor e pela rigidez de seu corpo, muito em breve ela o será também pela razão. Assim, cultivar as forças que a governam como uma forma de fortalecer as atividades sensório-motoras não significa forçá-la, exigindo que ela faça isto ou aquilo, mas expô-la às dificuldades da natureza, que, sem distinções, se impõem a todo o ser humano; a partir disso, ela desenvolve suas próprias resistências e limitações.

Rousseau manifesta-se totalmente contrário a que a criança se torne dependente do adulto, e a favor de que seja educada a desenvolver suas potencialidades e estabelecer seus próprios limites baseada na fragilidade do seu corpo. O tato, a audição, a visão, o gosto e o olfato devem ser bem exercitados, como um conjunto constitutivo da educação na infância e que irá permitir que a criança saiba discernir por meio destes para fazer o que lhe convém e o que é próprio de uma pessoa que possui caráter e personalidade. A educação pelos sentidos assume elevada consideração durante a fase da infância, visto que, efetivamente, só sabemos realmente aquilo que aprendemos por meio de nossas ações, com a capacidade de percepção e pelas categorias do nosso entendimento. O conhecimento do mundo não pode ser mediado pelos outros, mas precisa ser produzido pela criança, fazendo uso de todas suas faculdades, que são características naturais e, na infância, que estão centradas nas necessidades da criança e nos cuidados do adulto, conforme aprofundaremos adiante.

Para que Emílio não venha a fazer mal a ninguém e tenha conhecimento do direito à propriedade o autor orienta que, o estimulando a plantar algumas sementes de melão no jardim em frente à sua casa e, após alguns dias, este perceber que foram arrancados, pois o espaço já possuía o dono; o procedimento adequado é solicitar ao jardineiro que lhe

---

[24] Para uma melhor interpretação de Epistemologia genética ler Jean Piaget. *A epistemologia genética, sabedoria e ilusões da filosofia*; problemas da epistemologia genética. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

empreste uma parte do canteiro para que ele possa cultivar seus melões. Quanto ao estímulo à caridade, explica que consiste em não incentivá-lo a doar coisas insignificantes, que para ele têm pouco valor, mas se desfazer dos objetos de que ele mais gosta; assim, ao mesmo tempo em que se torna caridoso, menos ficará dependente destes.

O objetivo da educação natural voltada para a infância, enfatizado pelo autor neste segundo livro, consiste em proporcionar à criança um desenvolvimento saudável, considerando-a em sua especificidade e respeitando suas potencialidades e limitações, sem reprimi-la ou marginalizá-la nesse processo. Consiste em respeitar cada etapa de sua vida, que, ao mesmo tempo, exige uma maturidade que lhe seja própria de cada momento. "No reinado da liberdade da criança, o adulto desempenha o papel de orientador e organizador em todos os aspectos, e a escolha dos objetos com os quais a criança deve conviver é um deles, na medida em que esses objetos influenciarão seu desenvolvimento". (CERIZARA, 1990, p. 65).

O indicativo manifestado por Rousseau no livro II, sobre como o educador deve proceder para educar naturalmente uma criança, consiste em ter plena consciência do tratamento a ela dedicado, não deixando transparecer que o adulto exerce sobre ela nenhuma autoridade. Deve permitir que ela conheça, sinta e perceba desde cedo as imposições e as provações que a natureza impõe a todo o homem. O jogo da necessidade serve como limite ao qual deve dobrar-se todo o ser em existência e, ao mesmo tempo, cumpre a função de proporcionar que o freio regulador sejam as limitações apresentadas pelo seu corpo, nunca a autoridade dos adultos.

O objetivo do autor em destacar esta fase de desenvolvimento da criança como idade da natureza é priorizar que ela construa o seu aprendizado pelo enfrentamento direto com diversas formas de provação, o que permitirá que ela conheça os limites reguladores que se apresentam quando na busca da satisfação das necessidades que a natureza impõe a todo o ser. Assim, possibilita que ela fortaleça o seu corpo, aprimorando os seus sentidos para bem julgar por meio destes quando desenvolver a consciência e a razão para o exercício pleno de sua liberdade; ao mesmo tempo, permite que ela não seja transformada em vítima das vontades e dos vícios cultivados pelos adultos.

O fortalecimento do corpo por meio do contato com a natureza é o procedimento mais adequado para esta fase da infância, pois, para cultivar a inteligência de uma criança, é necessário cultivar as forças que a governam, com o que ela vai formando a sua personalidade, guiada exclusivamente pelos conceitos por ela produzidos, logo cada vez menos permitir que ocorra a interferência dos adultos e da sociedade na sua formação.

Outro procedimento adequado para a formação natural da criança nesta fase de sua vida consiste em evitar que essa relação fique submetida às vontades fantasiosas tanto do adulto como da criança, o que traria o risco de vir a tornar-se uma teoria falha. Portanto, a legitimação de regras, de acordos estabelecidos entre ambos os envolvidos, passa a ser a forma mais adequada para determinar os parâmetros que devem ser seguidos naturalmente para a realização de uma relação de respeito e consideração dos próprios limites, com os quais cada um deve concordar e deve respeitar.

Diante desses indicativos, Rousseau imagina um menino crescendo sadio e vigoroso, bem formado para a sua idade, que não cultiva uma idéia que não lhe seja agradável, tanto para o presente quanto para o futuro. Imagina-o exercitando seus sentidos, seu espírito, suas forças, que vão se aperfeiçoando a cada dia, motivando a seguir o hábito que está no conhecimento adquirido através das coisas que servem de base para aprimorar a razão. Assim, foi possível que ele chegasse à maturidade da infância[25], sem sacrificar a sua liberdade para desenvolver os seus sentidos e fortalecer o seu corpo; como ambos se completaram, cresceu livre e feliz, tanto quanto a sua capacidade o permitia e lhe era necessário.

O nosso objetivo ao destacar uma visão panorâmica destes capítulos foi enfatizar a opinião do autor em relação à educação natural dada às crianças durante a infância como fundamental para a sua relação com o meio social. Esta visão panorâmica servir-nos-á de base para tratarmos, no capítulo seguinte, da tensão constitutiva do conceito de infância de Rousseau entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto. Portanto, o que aqui oferecemos na forma de uma visão panorâmica geral será retomado de modo mais específico, precisando nossa investigação a partir do esclarecimento dos conceitos de necessidade e cuidado.

2.2. O projeto constitutivo da educação natural na obra Emílio

Neste item abordaremos alguns procedimentos educacionais e pedagógicos que dizem respeito ao relacionamento do adulto com a criança, servindo de referência ao

[25] A fim de obter uma melhor interpretação da análise dos dois primeiros capítulos do Emílio ler: CERIZARA. Rousseau a educação na infância. São Paulo: Scipione, 1990. p.37 - 155.

projeto de educação natural[26] segundo o pensamento de Jean Jacques Rousseau, uma vez que este tema assume um valor primordial nos ideais formativos do caráter e da personalidade de cada indivíduo.[27] Apesar de esta obra representar para a educação um mecanismo conceitual operatório[28], servindo de base para explicar realidades diversas, podemos tomar diversos conceitos desenvolvidos e articulados pelo autor como indicações para o desenvolvimento da infância, em termos físicos, cognitivos, emocionais e morais. Trata-se de abordar os procedimentos do adulto em relação aos cuidados dedicados às crianças e que transmitem uma abertura para a capacidade de articulação e assimilação de cada indivíduo.

Não se trata de uma tarefa simples, pois é necessário garimpar para poder refletir sobre as idéias e orientações de grande utilidade em toda a obra, que o autor mesmo admitiu ser bastante extensa. Concordamos com a seguinte passagem: "Obviamente não se trata de realizar o experimento *Emílio*, mas de imaginar como seria esse homem resultante de uma criança educada a partir da observação dos mecanismos da natureza humana" (PISSARRA, 2002, p.60). Todavia, segundo nossa capacidade de compreensão, procuramos realizar algumas reflexões baseadas na reflexão do autor, buscando melhor organizar o relacionamento dos adultos com crianças. Com isso, pretendemos também aprofundar nossa reflexão para uma visão mais ampliada de educação, permitindo que seja compreendida como um suporte teórico operatório do qual podemos extrair conceitos para serem utilizados na prática educativa.

Rousseau formula a sua teoria formativa educacional a um aluno imaginário, Emílio, numa temporalidade hipotética. O conjunto de sua obra revela as contradições do homem natural[29] com o homem social, o que irá repercutir diretamente nos conflitos que norteiam a nossa sociedade[30]. Trata-se de um artifício lógico-dedutivo pelo qual o autor mesmo é o mediador e construtor das orientações de seu aluno fictício. Como Rousseau

---

[26] "Trata-se de conhecer a natureza humana para então encontrar um princípio capaz de julgar os costumes humanos e os próprios homens: a busca pela origem leva ao encontro dessa pureza anterior" (PISSARRA, 2002, p 47).

[27] Aqui nos movemos ainda no âmbito da exposição geral, uma vez que o tema será retomado no capitulo seguinte a partir da tensão entre necessidades da criança e cuidados do adulto.

[28] Sobre o Emílio como uma categoria operatória ver: Carlota Boto. *Verdades e Mentiras.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 369-387.

[29] Destacamos que, segundo Rousseau, o homem natural vive conforme a ordem estabelecida pela natureza, na qual sobrevive através dos alimentos produzidos por ela e se fortalece no enfrentamento das dificuldades que se apresentam. No momento em que ele não mais podia satisfazer suas necessidades extraídas da natureza, passou a produzir os meios para a sua subsistência quando iniciou o processo de socialização.

[30] Para uma melhor interpretação em relação às desigualdades existentes entre o homem natural e o homem social ler ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. São Paulo. Martins Fontes, 2005, p. 159 – 243.

admite, não se refere ao relato do passado nem a um projeto para o futuro, mas é uma alegoria que provoca uma profunda reflexão sobre o ato de educar as crianças.

Rousseau procura esboçar nesta obra o seu compromisso em relação à história que ele mesmo criou para descrever a sua teoria formativo-educacional, porque está convicto de que é possível partir do homem natural para criticar os hábitos e os maus costumes cultivados pelo homem social. Sua teoria traz em si um projeto pedagógico que assume relevância no meio educacional, visto que permite confrontar o egoísmo, a maldade e a corrupção cultivados pela sociedade e pensar sobre problemas éticos, morais, políticos e educacionais vividos atualmente. Para a sua análise social, Rousseau furta-se de honrar com o compromisso de fornecer a verdade dos fatos de forma empírica e projeta seu aluno como um ser ideal, dotado de todas as capacidades que compõem as características do desenvolvimento humano. Segundo o autor, "o homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social" (ROUSSEAU, 2004, p.11).

O fio condutor da educação natural[31] defendida por Rousseau mostra-nos que, para ser um processo evolutivo, o adulto deve saber seguir a marcha da natureza, a fim de que possa distinguir os diversos momentos da formação do corpo e do espírito humano, como destacado na seguinte passagem: "Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela". (ROUSSEAU, 2004, p. 14). Nesse sentido, educar naturalmente consiste em respeitar a fragilidade própria da infância e oportunizar o desenvolvimento das capacidades físicas da criança, as quais devem ser organizadas para que possam dar sustentação às faculdades éticas, morais e intelectuais.

De acordo com a idéia central de Rousseau, os homens já nascem com uma predisposição para fazer o bem e seus sentimentos de bondade, afetividade e virtude encontram-se inatos em sua alma, devendo apenas ser despertados e protegidos. Ao mesmo tempo, deve-se permanecer vigilante para que durante o seu desenvolvimento não corram o risco de se corromperem ou de serem abafados pela prática inadequada dos adultos. Assim,

[31] A função da educação natural é mostrar que, mesmo que o homem seja criado distante do convívio social, ao entrar em contato com este, corre o risco de se corromper. No entanto, ele tem a possibilidade de fazer uso de suas características racionais que residem na tensão entre o amor-de-si mesmo e o amor próprio para poder discernir entre o que é melhor para ele e se opor ao mundo da artificialidade e da aparência.

a malícia, a agressividade, o rancor e a inveja são estranhas ao coração humano e instalam-se nas pessoas porque outras as pervertem, destruindo a inocência e a integridade natural de cada indivíduo.

Podemos destacar que o conteúdo da educação natural de Rousseau é pontuado em diversas etapas, determinadas por meio do processo evolutivo da idade da criança, no qual se desenvolvem as capacidades internas responsáveis pela assimilação e acomodação dos conceitos. Esses trazem em si uma prática que implica diretamente fornecer os cuidados pelo adulto, atendendo às necessidades da criança, a qual depende efetivamente dessa relação. Aqui reside a constante tensão que torna possível pensar no desenvolvimento da educação natural. Para obter sucesso, é de fundamental importância que o adulto tenha competência para saber distinguir o que realmente são necessidades reais de uma criança e se opor às vontades fictícias, consideradas como manhas, que tendem a se transformar em vícios e irão servir como verdadeiros entraves para que a educação seja realizada de forma adequada.

Assim, caracteriza-se como uma manifestação natural capaz de formar um verdadeiro elo de comunicação do adulto com a criança na primeira fase de sua vida tomar o seu choro como uma linguagem de que faz uso para se fazer entender e solicitar o que necessita. Pelo choro, a criança demonstra se está sentindo frio, calor, fome, sede, tristeza, solidão, e também manifesta a insatisfação com os cuidados a elas dedicados que tendem mais a aborrecer do que a beneficiar. E para comprovar esta afirmação basta observar que uma criança bem cuidada (satisfeita) chora pouco, mama, brinca, dorme, manifestando um certo ar de felicidade em razão da boa convivência que está desfrutando.

No sentido de aprofundar a reflexão, é importante refletir sobre as questões que propomos no desenvolvimento deste capítulo e no capítulo seguinte, que aborda diretamente as necessidades da criança e os cuidados do adulto: Qual é a melhor maneira de educar uma criança que ainda não sabe falar? Quais são os procedimentos educacionais e pedagógicos mais adequados a serem desenvolvidos nesta fase da vida da criança? Como, com base nos livros I e II da obra *Emílio ou da educação,* é possível mostrar a originalidade do conceito rousseauniano de infância? Qual é o significado que o autor atribui ao conceito de infância e em que sentido ele inova este conceito em relação à tradição que o precedeu?

Para melhor esclarecer esses questionamentos, observamos que o autor nos chama a atenção para os cuidados antinaturais dados pelos adultos à criança recém-nascida, os quais criavam diversos impedimentos para elas se exercitarem livremente. Assim, a criança

percebe que os primeiros cuidados dedicados lhe representam dor e sofrimento, o que cria diversos obstáculos para um agir de forma espontânea desde os primeiros contatos com os adultos. Dessa forma, percebemos claramente que esses cuidados são vistos por Rousseau como impróprios e desordenados, o que conduz a criança numa direção totalmente diversa do seu conceito de educação natural. Primeiramente, ele teve a preocupação de questionar o sistema de educação direcionado às crianças recém-nascidas de sua época, pois os adultos tinham por costume enfaixá-las, colocar-lhes panos e bandagens de todas as espécies; logo, esses primeiros cuidados já representavam o impedimento ao exercício natural do seu corpo.

Além disso, Rousseau critica o hábito das mulheres pertencentes às famílias da nobreza, que, para terem tempo suficiente para cuidar de seus caprichos, entregavam seus filhos para serem criados nas aldeias, longe do convívio familiar, por amas-de-leite. Nesse tipo de ambiente as crianças recebiam cuidados impróprios para a sua formação, visto que a única preocupação era que ela continuasse viva e se desenvolvesse fisicamente, não havendo nenhum conhecimento ou ação prática em relação à sua educação destacado pelo autor na seguinte passagem;

> Em vez de desdenhar os cuidados de mãe, uma mãe os exagera; quando faz de seu filho seu ídolo, aumenta e alimenta sua fraqueza para impedí-lo de sentí-la e, esperando furtá-lo às leis da natureza, afasta dele alguns golpes dolorosos, sem pensar quantos perigos e acidentes, em troca de alguns incômodos de que o preserva momentaneamente, acumula mais adiante, e quanto é bárbara a precaução de prolongar a fraqueza da infância sob as fadigas dos homens adultos (ROUSSEAU, 2004, p. 23).

A função principal do conceito de educação natural elaborada por Rousseau consiste, num primeiro momento, em mostrar para o adulto que, de uma forma ou outra, a criança estará se formando e, conseqüentemente, se educando; num segundo momento, procura deixar claro que deve estar centrada em ações práticas que oportunizem o livre exercício e o desenvolvimento natural e espontâneo da criança. Nesse sentido, o autor inova o conceito tradicional cultivado em relação à infância na forma de olhar a criança, fornecendo-lhe tratamento adequado e atenção específica.

Rousseau aponta a importância da família[32] como o princípio central na educação voltada para as necessidades da criança, exigindo a presença constante das mães na dedicação dos cuidados de alimentação e como responsável por estabelecer o vínculo de afeto e proteção característico desta relação. Ao pai por sua vez, cabe a responsabilidade em fornecer uma educação mais adequada, voltada a criar condições de realizar um desenvolvimento saudável, e, ao mesmo tempo, oportunizar que ela se exercite para a liberdade e autenticidade.

Portanto, o processo de educação natural diz respeito ao acompanhamento dos pais para desenvolver os sentidos da criança e estabelecer o vínculo de cooperação, pelo qual lhe transmitem segurança e proteção, indispensáveis na primeira fase da infância. Com base nesse raciocínio, destacamos: "O não envolvimento dos pais na educação natural, o qual se manifesta de duas maneiras bem definidas. Primeiro, na omissão de suas responsabilidades [...] segundo no caso extremo, quando os pais depositam excessivos cuidados à criança, isolando-a do mundo adulto". (DALBOSCO, 2007b, p. 07). Esses procedimentos podem acarretar sérias implicações, que afetam diretamente o processo formativo da criança, porque tendem a seguir o sentido contrário aos princípios que norteiam a educação natural, como de deixar seus filhos aos cuidados das babás ou de familiares, que não irão proceder da forma mais adequada com esses.

O plano projeto pedagógico contido na obra *Emílio ou da educação* caracteriza a obra de Rousseau como uma teoria educacional que tem por base a valorização de cada estágio de desenvolvimento natural do corpo e dos sentidos da criança. Isso se encontra determinado pelo autor através do processo evolutivo da sua idade, visto que cada fase exige cuidado e atenção específicas. Por isso, o procedimento mais adequado consiste em buscar realizar uma formação por meio de exercícios de movimentos que proporcionem um desenvolvimento natural e, ao mesmo tempo, o fortalecimento do corpo, a fim de acostumá-lo a suportar, desde cedo, as dificuldades da natureza[33] e as intempéries das estações. Destacamos, a respeito, a seguinte passagem: "Quereis, então, cultivar a inteligência de vosso aluno; cultivai as forças que ela deve governar. Exercitai de continuo o seu corpo, tornai-o robusto e sadio, para torná-lo sábio e razoável; que ele trabalhe, aja,

---

[32] Nesta passagem Rousseau defende um modelo clássico de família, no qual a mulher é uma projeção do marido e sua função se resume a cuidar dos afazeres domésticos, criar os filhos, contrapondo-se aos costumes da época, quando as mulheres tinham por hábito deixar os cuidados das crianças a terceiros (ama-de-leite) para se dedicar à vida social, freqüentar os salões de festas e manter a vida luxuosa da qual desfrutavam.

[33] No estado de natureza havia uma desigualdade natural ou física, ao passo que no de sociedade há uma desigualdade moral ou política. (PISSARRA, 2002, p. 47).

corra e grite, esteja sempre em movimento; que seja homem pelo vigor, e logo o será pela razão". (ROUSSEAU, 2004, p.137).

Dessa maneira, o objetivo principal da educação natural é tornar o mais evidente possível o significado pleno da infância; assim, propõe-se discutir procedimentos teóricos e práticos que procuram avaliar a criança desde o primeiro momento de sua existência. Por isso, o autor elabora os livros I e II da obra *Emílio ou da educação* procurando demonstrar toda a originalidade da bondade perfeita como ele concebe a criança, a qual pode ser preservada quando se seguem práticas adequadas a sua formação. Essas ações desenvolvidas de forma ordenada, permitem que Rousseau possa ser caracterizado como o inventor do conceito moderno de infância.

Outro procedimento natural demonstrado pelo autor, e que faz parte da discussão a ser abordada no capítulo seguinte, consiste na educação pelas coisas, bem como na contribuição significativa dos efeitos que tendem a causar no relacionamento direto com as pessoas, servindo como limitadores, ou seja, apresenta-se como obstáculos entre as necessidades do corpo e os desejos da fantasia e constituem o núcleo argumentativo que perpassa toda a teoria da educação natural. Esse procedimento serve de base para comparações com a realidade existente, constituindo-se em parâmetro para que esta relação adulto-criança não fique dependente das vontades humanas, que podem sofrer variações de acordo com o estado de espírito de cada ser e, conseqüentemente, colocando em risco a sua formação.

A perspectiva formativa da educação pelas coisas está relacionada diretamente à formação dos sentidos cognitivo-morais da criança, sendo de fundamental importância evitar a intervenção adulta, que tende a impor à criança as suas vontades. "Exercitar os sentidos não é apenas fazer uso deles, mas aprender a bem julgar através deles é aprender, por assim dizer, a sentir; pois nós não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos". (ROUSSEAU, 2004, p.160). Assim, educar naturalmente diz respeito a permitir o aperfeiçoamento das capacidades físicas, psíquicas e morais como um aprendizado realmente útil e necessário; ao mesmo tempo, impedir a criação e o cultivo dos vícios, da artificialidade e da aparência, ou seja, manter a criança mais centrada no mundo da necessidade e do contato direto com a natureza, ao mesmo tempo se opondo ao meio da ficção e a artificialidade, que tende a formar pessoas egoístas, ambiciosas, invejosas e exploradoras.

Assim, a educação natural pretende mostrar o quanto é necessário que as necessidades do corpo sejam atendidas para "que o sentimento acorrente a imaginação, e a

razão cale a opinião dos homens" (ROUSSEAU, 2004, p.298). É enfatizado por Rousseau que a miséria humana não consiste na privação da vontade para a obtenção das coisas que almejamos, mas na necessidade que sentimos de obtê-las, e que todo o homem tende a se tornar fraco quando suas necessidades excedem o poder de suas forças, tornando praticamente impossível conseguir aquilo que deseja.

Sobre o contato com a natureza no fornecimento de uma educação destinada a desenvolver as capacidades humanas, implica ensinar à criança, primeiramente, a conhecer a dimensão de suas forças e as relações de seu corpo com os objetos que estão ao seu redor (educação pelas coisas). Para que isso seja possível, é necessário proporcionar o uso dos instrumentos que sejam convenientes ao aperfeiçoamento dos seus órgãos, bem como o seu fortalecimento no enfrentamento direto com as dificuldades da natureza, que representam cuidados mais adequados a formação da criança, centrados basicamente nas suas necessidades e nos cuidados dos adultos.

A proposta de Rousseau é singela: educar naturalmente a criança consiste em organizar o despertar dos desejos para que nunca ultrapassem as suas necessidades e ordenar as paixões que poderão surgir durante o seu desenvolvimento natural com as necessidades físicas do seu corpo, buscando orientar seus sentidos para que possa saber encontrar o limite com suas próprias forças. Vejamos a seguinte passagem:

> Junto com a força, desenvolve-se o conhecimento, que as põe em condições de dirigi-la. É nesse segundo grau que propriamente começa a vida do indivíduo; é então que ele toma consciência de si mesmo. A memória amplia o sentimento da identidade para todos os momentos de sua existência; ele se torna verdadeiramente uno, o mesmo e, por conseguinte, já capaz de felicidade e da miséria (ROUSSEAU, 2004, p.71).

Segundo a teoria da educação natural, proporcionar o fortalecimento da criança, é oportunizar que ela exercite o seu corpo pela confrontação direta com a natureza, que aprenda as relações entre as coisas e as suas próprias forças como uma das formas de construir um conhecimento mais adequado para a sua idade e que lhe seja extremamente útil para a sua vida. Assim, é de fundamental importância encontrar o elo de ligação que existe entre a educação voltada ao desenvolvimento natural do corpo da criança, centrada nas necessidades e nos cuidados, e as implicações que podem surgir quando pensadas num projeto abrangente do desenvolvimento da educação natural.

O esforço intelectual do autor direciona-se a fornecer uma educação natural para a criança, a qual tem como objetivo principal prepará-la em sua plenitude, desenvolver suas capacidades de discernimento e de reflexão, para que ela possa sentir pelo coração e ser guiada pela razão. Desse modo, permite-se que a criança possa ser inserida no corpo social sem correr o risco de se corromper, preservando a moralidade como necessária para o desenvolvimento e preservação da boa natureza do ser humano que se encontra plantada no íntimo de sua alma. Sobre isso destacamos a seguinte passagem:

> Ó homem! Fecha a tua existência dentro de ti, e não mais serás miserável. Permanece no lugar que a natureza te atribui na cadeia dos seres, nada poderá fazer com que saias dali; não te revoltas contra a dura lei da necessidade e não esgotas querendo resistir a ela [...] tua liberdade, teu poder só vão até onde vão tuas forças naturais, e não além: todo o resto não passa de escravidão, de ilusão e de prestígio. (ROUSSEAU, 2004, p. 79).

Segundo Rousseau, os homens não precisam procurar a felicidade e a realização pessoal fora de si mesmos, pois os bens materiais tendem a se depreciar e se tornar obsoletos. Podemos nos perguntar sobre o que mais o homem necessita extrair da natureza além da alimentação e de abrigo para suportar as dificuldades das estações e o que precisamos buscar nas pessoas com quem nos relacionamos além de satisfação e felicidade. Podemos considerar que todo o resto representa ilusão, falsidade, poder e dominação, que vão contra a natureza humana. Com base nisso, destacamos as palavras do autor: "Quanto mais o homem tiver permanecido próximo à sua condição natural, mais a diferença entre suas faculdades e seus desejos será pequena e, conseqüentemente, menos distante estará de ser feliz [...] pois, a miséria não consiste na privação das coisas, mas na necessidade que sentimos delas". (ROUSSEAU, 2004, p. 75).

A educação natural de Rousseau, voltada para o desenvolvimento pleno da infância, deve preservar a criança em suas necessidades físicas, como uma forma de fornecer uma formação mais adequada para cada estágio de desenvolvimento do seu corpo, determinado pelo processo evolutivo de sua idade, estabelecendo o princípio regulador entre suas forças e seus desejos. Destaca Rousseau: "Foi assim que a natureza, que tudo faz do melhor modo, inicialmente o instituiu. Ela lhe dá de imediato apenas os desejos necessários à sua conservação e as faculdades suficientes para satisfazê-los. Ela colocou todas as outras

como que de reserva no fundo de sua alma, para que se desenvolvessem quando necessário". (ROUSSEAU, 2004, p.75).

A função do adulto deve estar voltada a desempenhar de forma adequada a educação da criança, contribuindo para a sua educação e ao mesmo tempo evitar interferir de modo vertical impositivo no exercício de sua liberdade. Para que isso seja possível, o fornecimento de regras legítimas a serem estabelecidas entre os envolvidos é o modo mais indicado para proporcionar às crianças a mais verdadeira liberdade e menos domínio, para deixá-las que façam mais por si mesmas e exijam menos dos outros. "Não se deve tentar educar uma criança quando não se sabe conduzi-la para onde se quer, unicamente através do possível e do impossível". (ROUSSEAU, 2004 p. 94). Portanto, para que a educação natural seja produtiva é necessário harmonizar a relação entre as necessidades físicas e o desenvolvimento das forças naturais com o objetivo de tornar a criança cada vez mais forte e capaz de se direcionar pela sua própria consciência.

Para que esse processo natural evolutivo seja promissor, é de fundamental importância observar que não existe liberdade sem regras. Assim, Rousseau estabeleceu quatro máximas para adequar a tensão que existe entre as necessidades fantasiosas da criança e os cuidados inadequados pelos adultos, assunto que faz parte do terceiro capítulo. Desconsiderando esse acordo pedagógico, está-se indo ao encontro de um espontaneísmo incontrolável, sem planejamento e fundamentação, ou seja, a educação natural tem como complemento a negociação, a relação, o envolvimento, o diálogo, que vão ao encontro do aprimoramento da idéia de construção de uma liberdade que tem por base a legitimação de acordos, os quais exigem a responsabilidade do adulto. Portanto, podemos dizer que não existe um modelo educacional legítimo sem o estabelecimento e o cumprimento de acordos concretos que coloquem os envolvidos num processo de igualdade, para promover uma discussão e aperfeiçoamento de idéias concretas.

Podemos afirmar que o conteúdo central que se apresenta de forma explícita e que caracteriza a construção da teoria educacional de Rousseau é que traz em si a idéia normativa de "homem natural" como "homem bom", e é com base nesse pressuposto que Rousseau produz seus conceitos de como proceder aos cuidados mais adequados para manter a criança no caminho do desenvolvimento natural. Essa idéia serve como oposição em relação à maldade existente na sociedade. "Rousseau atribui um caráter claramente político ao seu projeto de educação natural, cujo conteúdo sintetiza-se no seguinte pólo tencional: a indispensabilidade da socialização da criança para a formação de seu caráter moral *versus* o risco eminente de sua corrupção no confronto com os hábitos dos adultos"

(DALBOSCO, 2007b, p. 02). Assim, é extremamente necessário que a criança seja cuidada e protegida contra os males sociais que corrompem as pessoas e as transformam em perversas e más.

Para que esse processo seja promissor, a responsabilidade que o adulto deve assumir nessa relação deve ser evolutiva e ordenada por meio de ações práticas, que são de fundamental importância para que a criança se desenvolva naturalmente. Assim, ele deve ser o guia da criança e servir como mediador, a fim de não corrompê-la nem se permitir ser corrompido por ela. Nesse contexto, não se trata de uma relação direta e vertical, na qual o adulto manda e a criança obedece; nem de uma liberação geral, com a qual ela possa fazer e possuir tudo aquilo que tiver vontade. Para que isso seja possível, é necessário ouvir a voz da natureza como a linha mestra da educação pelas coisas, com a finalidade de não se desviar do curso natural do desenvolvimento humano, que percorre o caminho que vai sendo construído com o aprimoramento das capacidades de aprendizado e de assimilação de cada criança.

Podemos destacar que educar naturalmente uma criança é criar situações que proporcionem o desenvolvimento espontâneo de seu corpo e de suas capacidades de movimentação e de aprendizagem. Assim, Rousseau nos diz que "nossos primeiros deveres são para nós mesmos; nossos sentimentos primitivos concentram-se em nós mesmos; todos os nossos movimentos naturais relacionam-se primeiramente com nossa conservação e nosso bem estar". (2004 p. 103). É preciso permitir que a criança possa se sentir útil, oportunizar-lhe viver cada momento de sua existência, pois se trata de um processo evolutivo-construtivo em que a etapa que passou desconsiderada num determinado momento pode causar seqüelas na fase seguinte de sua vida. Deve-se procurar entendê-la em seu mundo, para lhe proporcionar um ensinamento que esteja em condições de aprender; não podá-la como ao cortar a ponta de uma árvore que está em pleno crescimento, muito menos transformá-la num troféu para que possa ser apreciado pelos adultos.

Frisamos nesta reflexão que o fio condutor que permeia praticamente toda a teoria da educação natural tem uma diretriz pedagógica que deve ser coordenada no sentido de ir "contra o autoritarismo pedagógico e a favor da socialização democrática e, por isso, a educação natural precisa mostrar o quanto é importante que a criança seja conhecida e respeitada em seu mundo" (DALBOSCO, 2007c, p. 317). Para que esse relacionamento seja produtivo para ambos os envolvidos, é de fundamental importância a intervenção do adulto no sentido de contribuir para educar a vontade da criança, estabelecendo-lhe limites,

realizando acordos legítimos, que vão direcionar a sua ação no mundo e que devem estar centrados em seguir certos preceitos.

A teoria educacional de Rousseau traz em si procedimentos que, em sua aplicação, tendem a repreender a criança ao invés de estimulá-la. Para que isso seja possível, a educação natural deve ser regida no sentido de evitar que a criança aprenda o que ela não está em condições de aprender. Nesse contexto, Rousseau defende que a fase da vida que vai do nascimento até os doze anos de idade resume-se ao atendimento das necessidades da criança e ao fortalecimento de seu corpo para enfrentar as dificuldades da natureza. Somente após esta idade, ela estará preparada para, com os sentidos já bem desenvolvidos, fazer uso da razão e, com o seu corpo fortalecido, saber discernir melhor sobre o que pode beneficiar ou prejudicar o seu modo de viver no mundo. Assim, no capítulo seguinte demonstraremos como Rousseau fundamenta a teoria da educação natural com base na articulação entre o atendimento das necessidades da criança e os cuidados dedicados pelos adultos.

Ao se referir à educação natural, Rousseau pretende delinear em que consiste seguir os preceitos da natureza, o que implica não querer adiantar-se a ela, nem, ao mesmo tempo, frear a sua evolução progressiva, visto que se deve respeitar o desenvolvimento natural do corpo, pois cada criança, em sua idade, tem uma maturidade que lhe é própria[34]. É de fundamental importância que a formação do corpo esteja de acordo com as pretensões do espírito; Assim, a criança alcançará condições de ser senhora da si mesma e, ao fazer uso da razão, saberá discernir adequadamente. Assim afirma Rousseau:

> Enquanto seus membros delicados e flexíveis podem ajustar-se aos corpos sobre os quais devem agir, enquanto seus sentidos ainda puros não têm ilusão [...] é tempo de aprender a conhecer as relações sensíveis que as coisas têm conosco. Contudo o que entra no sentimento humano vem pelos sentidos, a primeira razão do homem é uma razão sensitiva; nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos. (ROUSSEAU, 2004, p.148).

De acordo com a passagem transcrita, podemos destacar, primeiro, que a educação natural consiste na educação adequada do corpo da criança, o qual, em primeiro lugar,

[34] A racionalidade humana não é, portanto, o ponto de partida, mas o resultado da ação das necessidades sobre as paixões e destas sobre aquela. Isso equivale a dizer que o homem é, potencialmente, um ser racional: sua capacidade intelectual só será desenvolvida se for despertada por suas faculdades inferiores (PISSARRA, 2002, p 51).

deve ser exercitado e fortalecido para enfrentar as diferentes provações a que a natureza o sujeita; em segundo lugar, é a porta de entrada para o conhecimento, sendo de fundamental importância o aperfeiçoamento dos sentidos, que fornecem as sensações para a formação e a organização das idéias na sua mente. Educar uma criança através dos objetos exteriores (através das coisas) implica realizar o exercício dos sentidos, o que envolve um aprendizado por meio das coisas sensíveis. Exercitar bem os sentidos, fazer uso adequado deles, aprendendo a bem julgar por eles, tudo isso está ligado diretamente com o objetivo de que a criança possa ser senhora de si e menos dependente dos outros. Enfim, o terceiro aspecto da passagem sintetiza os procedimentos desenvolvidos quando a criança começa a desenvolver a razão perceptiva, podendo organizar as sensações que os objetos externos produzem em sua consciência; assim, o indivíduo volta-se para dentro de si mesmo para poder exercer a sua liberdade, que diz respeito à sua natureza.

O uso adequado de sua razão passa a ser uma característica natural da fase conclusiva da infância, manifestada, segundo o autor, após os doze anos de idade, e passa a ser o caminho que permite preservar a bondade e a justiça originalmente inscritas no coração do homem, repleto de uma virtude desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, ameaçada permanentemente pela hipocrisia da sociedade existente e pelas paixões desenfreadas que agitam a alma humana. A capacidade de pensar, de fazer uso da razão como instrumento de discernimento entre o vício e a virtude, entre a mentira e a verdade da sociedade, precisa ser mediada pelo educador e assimilada pelo educando para que se solidifique em sua plenitude.

Portanto, durante a infância a função da educação natural consiste em oportunizar que a criança possa construir o seu próprio conhecimento pelo enfrentamento e exposição direta ao contato com a natureza, para que ocorra o exercício do seu fortalecimento saudável. Isso é destacado pelo autor na seguinte passagem: "Para aprender a pensar, devemos, portanto, exercitar nossos membros, nosso sentidos, nossos órgãos, que são os instrumentos de nossa inteligência; é preciso que o corpo que os abastece seja robusto e são" (ROUSSEAU, 2004, p. 149). Com isso, é de fundamental importância para saber seguir essa indicação permitir que a criança possa sentir que existem condições adequadas para isso, despertando nela o sentimento de liberdade e, ao mesmo tempo, preparando-a para a vida.

Nesse contexto, o desenvolvimento pleno da infância resume-se, basicamente, na tensão entre as necessidades da criança e os cuidados dedicados pelos adultos. Educar naturalmente significa saber distinguir o que realmente são necessidades reais e o que são

vontades fictícias. Assim, o adulto deve saber entender a criança e procurar satisfazer somente as suas necessidades físicas; ao mesmo tempo, não se deixar comandar pelos seus caprichos de querer conhecer e possuir coisas que não está em condições de aprender. O modo como o adulto dispensa os cuidados para a criança assume uma questão decisiva, que percorre todo o projeto político-pedagógico da educação natural, de que trataremos especificamente no capítulo seguinte.

A fim de que o processo formativo da criança atinja os propósitos almejados pelo autor, cumpre ao adulto a capacidade de compreendê-la em seu mundo, de saber determinar os princípios educacionais e estabelecer a contraposição às fantasias e aos vícios dos adultos; também de contrapor à idéia histórico-cultural que vê a criança como um pequeno adulto defeituoso, para poder melhor entendê-la em cada fase da sua vida, a fim de que ela não venha a ser uma simples projeção do adulto, nem contraia os vícios da sociedade vigente, que tendem a desviar o desenvolvimento educativo e natural do corpo e afetam a capacidade de compreensão, que se constituem na maneira de educar as crianças naturalmente. Nessa perspectiva, o seu desenvolvimento natural não pode ser marcado pelo ato disciplinador moralista do adulto, mas pelo acompanhamento baseado na capacidade de saber dialogar e compreender o que ela quer expressar em cada fase de sua vida, que se resume na tensão que se estabelece entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto, como iremos ver no capítulo seguinte.

A educação natural traz em si um conceito normativo, que deve ser levado em consideração pelo adulto no que diz respeito ao desenvolvimento saudável de uma criança, pois cada estágio evolutivo exige uma ação consciente, que se traduz em desenvolver certas práticas que lhe sejam mais adequadas para a sua idade. Assim, permitir que a natureza seja seu guia no fornecimento da educação do corpo de uma criança também é uma maneira de educar os adultos, no sentido de refletir sobre sua ação para dedicar os cuidados e realizar os procedimentos que lhe são mais adequados, evitando criar alucinações fantasiosas que irão desviar a criança do seu curso natural, e também tratá-la como se ela fosse um adulto em miniatura.

Além disso, o adulto deve criar condições favoráveis para que ela possa obter somente aquilo que o seu organismo está em condições de aprender. "Para que as verdades úteis possam ser ensinadas aos homens, é preciso uma transformação coletiva, mas também individual: é preciso formar um novo tipo de indivíduo que seja capaz de formar uma nova sociedade" (PISSARRA, 2002, p. 55). A natureza chamou a criança para a vida desde o seu nascimento, e viver é o ofício que toda e qualquer pessoa que está envolvida

no processo de ensino-aprendizagem deve cultivar, para que tenhamos na sociedade pessoas com sentimentos humanitários, que se manifestem através de atitudes que dizem respeito à sua condição natural e que realmente sejam destinadas ao bem-estar e ao bom convívio com todos os membros que formam o imenso corpo social.

Ao concluir este capítulo, podemos sintetizar que o projeto constitutivo da educação natural de Rousseau fundamenta-se na compreensão da realidade social, no respeito às diferenças e no desenvolvimento das capacidades físicas e psicológicas da criança, as quais, segundo o autor, podem ser oportunizadas por meio do contato direto com a natureza, pelo enfrentamento das dificuldades apresentadas. Essas assumem uma característica pedagógica central para o aprendizado da criança, porque dizem respeito as suas necessidades e aos cuidados a ela dedicados. A educação natural, em seu pleno desenvolvimento, procura estabelecer uma relação harmoniosa entre a natureza sensível e a natureza humana como proposta de desenvolvimento de um projeto racional e inteligente, que contempla uma série de ações integradas, traduzindo-se numa teoria educacional pedagógica de extrema necessidade para o meio educacional. No capítulo seguinte vamos retomar e aprofundar a tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto, que emergiu de nossa exposição geral do primeiro e segundo livros do *Emíle,* delineando alguns dos princípios gerais tributados ao projeto de educação geral dirigido à infância.

3. O CONCEITO DE INFÂNCIA NO EMÍLIO

Neste capítulo, a reflexão concentra-se sobre o conceito de infância em Jean Jacques Rousseau, o qual compreende a fase da vida da criança do seu nascimento aos doze anos de idade. Abordamos os conceitos de necessidades das crianças e de cuidados adultos tomando-os como princípio constitutivo do projeto de educação natural voltado à infância. Consideramos que o autor atribui elevada consideração à bondade humana e aponta a responsabilidade do meio social em não cultivar hábitos e costumes necessários ao bem-estar da humanidade, acreditando que valores de etiqueta social, poder e luxúria não serão capazes de transmitir conceitos educacionais que sejam úteis às crianças. Assim, o autor defende que somente por meio do acompanhamento pedagógico, o que exige dedicação, cuidados mais adequados, atendimento às suas necessidades e o afastamento dos males sociais, será possível formar uma criança que se torne um adulto consciente de suas necessidades e que venha a organizar suas ações e cultivar sentimentos racionais extraídos de si mesma.

Por meio dessa teoria educacional-pedagógica, que tem como meta principal fornecer uma *educação natural* voltada para o desenvolvimento pleno da infância, o autor pretende criar condições para que a criança venha a ser senhora de si mesma, com suas capacidades desenvolvidas, para que possa ler criticamente sua realidade e buscar realizar uma prática autônoma para o exercício de sua liberdade. Assim, o mecanismo pedagógico[35] deve ter como meta principal disponibilizar o desenvolvimento natural da criança no exercício de suas capacidades físicas, cognitivas e perceptivas, o que ocorre

[35] Um projeto pedagógico não existe isoladamente, não se faz isolado da vida das crianças, mas, define-se na prática, junto a elas, e sempre está relacionado com o projeto social mais amplo, até mesmo quando deste não existe consciência. (CERIZARA, 1990, p. 157).

pelo atendimento de suas necessidades e pelo contato direto com a natureza material do mundo sensível, junto com as próprias coisas.

Cumpre aqui destacar que o objetivo central do autor ao elaborar uma teoria voltada para a formação educacional na infância foi, fundamentalmente, a crença na bondade humana como característica natural a ser mantida durante a formação de cada pessoa. Dessa forma, ele enfatiza que para formar bons cidadãos é preciso, primeiro, educá-los de forma adequada, no sentido de torná-los conscientes, responsáveis, corajosos, virtuosos, guiados pelos seus próprios pensamentos e atitudes. Podemos sintetizar, em parte, a preocupação de Rousseau sobre o modo como o adulto deve tratar a criança citando uma passagem do prefácio do *Emílio*: "Não se conhece a infância; no caminho das falsas idéias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender".(2004, p. 4).

Segundo o escritor, o respeito a cada fase da vida da criança, o que abrange a infância, deve ser organizado no sentido de o adulto criar oportunidades para que ela se desenvolva livremente, a fim de exercitar os seus sentidos e fortalecer o seu corpo, pelo contato direto com as dificuldades que a natureza[36] impõe a todos os homens; assim, aprenderá a agir adequadamente no meio social, guiada por constatações que são produzidas por ela mesma. Os princípios enfocados conclamam os adultos por meio do seguinte pedido de Rousseau: "Amai a infância; favorecei suas brincadeiras, seu prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época em que o riso está sempre nos lábios, e a alma sempre em paz?" (ROUSSEAU, 2004, p. 72-73).

Com base no conceito de infância expresso pelo autor, podemos levantar uma série de questionamentos que podem vir a contemplar a elaboração de uma teoria educacional-pedagógica que nos dê suporte e permita que reflitamos sobre os seguintes apontamentos: Qual é a concepção teórica geral de Rousseau sobre a infância? O que são as necessidades da criança? Em que sentido o adulto deve educar a criança? Como educá-la em cada fase de sua infância? Para que educá-la? Como é possível realizar uma formação sem ser

---

[36] Segundo Dalbosco, o conceito de natureza de Rousseau "é tributário, por isso, das tensões geradas pelo confronto entres estas diferentes concepções e, certamente, uma das fortes razões que explica a ambigüidade e a complexidade que cruza tal conceito do começo ao fim é o fato de Rousseau não ter tratado, com nitidez teórica, a procedência intelectual dos pontos em conflitos na definição de seu conceito de natureza e de tê-los empregado confusamente para justificar suas posições filosóficas e pedagógicas". (DALBOSCO, 2007d, p.8).

autoritária nem espontaneísta, isto é, sem que adestre a criança nem a deixe ao sabor de suas próprias inclinações?

Nos próximos sub-ítens aprofundaremos a problemática levantada, analisando mais enfaticamente a relação direta do adulto com a criança, que, segundo o autor, abrange uma crítica ao autoritarismo pedagógico pelo qual o adulto interfere diretamente na formação espontânea da criança, impedindo o atendimento de suas necessidades físicas. Tais necessidades abrangem alimentação, cuidados e proteção, além da necessidade de enfrentamento direto com as intempéries das estações e as dificuldades a que a própria natureza submete todo o ser. No item seguinte analisaremos as capacidades naturais, que incluem o desenvolvimento de suas forças, sentidos e sentimentos as quais devem ser objeto de atenção dos adultos, que, ao mesmo tempo em que cuidam e protegem a criança, devem oportunizar-lhe o exercício espontâneo de seu corpo, visando fortalecê-lo.

3.1. Crítica ao autoritarismo adulto

Ao lado da responsabilidade formativa do adulto para com as crianças está o cuidado com a forma como é desenvolvida e considerada a educação que lhes oferecemos. A tese forte de Rousseau, que deve pautar o modo como o adulto deve exercer seus cuidados, consiste em que as crianças sejam vistas em sua própria realidade, não como uma simples projeção dos adultos. Isso implica compreender a criança não como um pequeno adulto, mas, sim, como um ser que possui capacidades próprias de pensar e agir que vão se adaptando, se desenvolvendo e se organizando no decorrer de seu desenvolvimento cognitivo e moral. Nas palavras do autor: "A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e crianças velhas. A infância tem maneira de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias". (ROUSSEAU, 2004, p.91).

Assim, o ato de educar de forma natural não consiste em impor à criança um ideal de adulto, ou seja, realizar uma prática educativa vertical, na qual se mostraria a intenção prévia do adulto, mas, sim, exige ações práticas que façam despertar na criança os sentimentos que influenciam diretamente na sua própria formação e no seu

desenvolvimento natural. Para que isso seja possível, o pensador nos indica que a criança deve ser conduzida por meio de um processo gradativo, que lhe possibilite se exercitar desde o primeiro momento de sua vida, formulando seus próprios conceitos e aprendendo mais por si mesma, exigindo menos dos outros. Nesse cenário, o sucesso do processo educacional depende, fundamentalmente, da dedicação e perseverança de ambos os envolvidos, tanto do adulto (educador) como da própria criança (educando). Dalbosco destaca, nesse contexto, que a educação natural voltada à infância deve ser desenvolvida de forma consciente, para que atinja os propósitos aos quais se destina, e consiste, segundo o autor,

> Em considerar a criança em seu mundo, isto é, o que ela é "antes de ser homem", e não partir simplesmente do ideal adulto para impô-lo verticalmente à criança, sem considerar suas manifestações próprias, sua capacidade imaginativa e criativa. Além disso, o procedimento de partir do mundo da criança tem uma outra importância: ele deve constituir-se como contraponto crítico permanente ao ideal estabelecido do "ser homem", contribuindo para sua reformulação. Rousseau expressa isso quando afirma que a meta da educação natural, de tornar as crianças seres humanos, deve começar por ensiná-las a viver, ou seja, por deixá-las viver. (DALBOSCO, 2007c, p. 321.)

Como podemos observar, deixar as crianças viver não significa uma intervenção vertical no mundo delas. Rousseau chama atenção à tendência do adulto de querer moldá-las de acordo com sua intenção e vontade. Nosso pensador posiciona-se contrariamente a essa imposição do adulto, afirmando que em tal "prática educativa" a criança mais parece estar sendo adestrada e domesticada pela intenção adulta de querer transformá-la em "um cavalo no picadeiro ou uma árvore de seu jardim". (ROUSSEAU, 1992, p. 09.). Essa crítica é feita no sentido de se opor à idéia de muitos adultos que pretendiam formar as crianças segundo seus desejos e aspirações, tornando-as iguais a eles próprios, inclusive em relação à própria profissão que exerciam. Essa forma de pensamento, concretizada por meio de uma imposição direta, significa interferir no livre desenvolvimento da criança, com o que se corre o risco de anular o conhecimento de suas potencialidades e, ao mesmo tempo, o próprio exercício de sua liberdade. Segundo a interpretação de Espindola:

> Há uma formação ideal projetada por Rousseau, cuja base está numa boa constituição do indivíduo que se revela pelo seu vigor físico e mental, pela sua saúde, e pela mostra de que tem verdadeira coragem. Para Emílio alcançar essa condição já não se pode querer moldá-lo pela conduta pacífica que caracteriza a educação negativa, mas é preciso levá-lo, já na infância, a conviver com situações difíceis e passar por contratempos, a deparar-se com adversidades. (ESPINDOLA, 2006, p.233).

Assim, a educação formativa da criança deve ser organizada no sentido de colocá-la a exposição direta com as limitações que as coisas sensíveis promovem em seu contato. Essa ação permite que ela possa se desenvolver de forma livre das vontades dos adultos, formando sua própria identidade, conhecendo suas limitações. Nesta perspectiva, para que o adulto não cometa o erro de realizar uma prática pedagógica inconseqüente, é importante seguir determinados preceitos, destacados por Rousseau na seguinte passagem;

> A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana; é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Determinar para cada qual o seu lugar e ali fixá-lo, ordenar as paixões humanas conforme a constituição do homem, é tudo o que podemos fazer pelo seu bem-estar. O resto depende de causas alheias que não estão em nosso poder. (ROUSSEAU, 2004, p.74).

Com base nessa afirmação o autor nos transmite a idéia de que é característico da espécie humana dar sentido ao mundo e, ao mesmo tempo, encontrar um sentido para si mesmo[37]. Isso significa não querer se elevar ao mais alto nível imaginado pelo homem, mas, sim, procurar manter-se de acordo com sua condição física natural, como um ser

---

[37] Dalbosco destaca três aspectos desta passagem, considerando-os centrais ao projeto de educação natural de Rousseau: "Primeiro, que a idéia de humanidade só pode adquirir sentido quando inserida na "ordem das coisas"; isso significa dizer que não basta, quando se trata de discutir o processo formativo-educacional humano, tomar tão somente a idéia de espécie humana, mas que também é indispensável considerar sua inserção na ordem cósmica, considerando suas respectivas relações. Segundo, que é da idéia de humanidade inserida em uma ordem cósmica que se deve derivar o próprio conceito de infância. Embora a criança seja um pequeno ser indefeso, que necessita de cuidados e de proteção - os quais vão se alterando na mesma proporção em que se alteram as necessidades da criança -, o que a torna um ser grandioso e digno de ser respeitado é o fato de não ser só parte da espécie humana e, por isso, corporificaria, já em si mesma, a esperança de levar a humanidade adiante, mas também de uma ordem cósmica, cuja consciência humana desta pertença e de sua inserção ativa e responsável nela é resultado de um processo formativo que já deve iniciar na infância. Por último, o terceiro aspecto refere-se ao fato de que a consciência humana sobre sua inserção na espécie e na ordem cósmica oferece ao próprio homem, não só uma consciência de si mesmo, permitindo-lhe identificar o homem que está presente nele mesmo, mas também a consciência do que é específico à infância. Disso resulta então, segundo Rousseau, o fato de que há um homem no homem e uma criança na criança e é a consciência da especificidade deste *ser adulto* e deste *ser criança* que indica o lugar a cada um. (DALBOSCO, 2007d, p. 7).

autêntico real e concreto, e determinar o lugar que lhe cabe na ordem dos seres. Ao mesmo tempo, o educador deve saber distinguir a vida adulta, que é guiada por paixões, angústias, luxos e pecados, e evitar que a criança tenha contato com a prática desses maus hábitos, visto que ela não apresenta condições físicas e psíquicas para entender tais procedimentos, o que pode facilitar que ela venha a aprender noções alheias a sua idade e necessidades. Portanto, deve-se distinguir e afastar o máximo possível da criança esse caráter viciado cultivado pelo mundo adulto e organizar de forma ordenada os procedimentos adequados e específicos as características da infância. É o que compete ao educador que pretende seguir as orientações que constituem a teoria da educação natural.

Ao avançar nessa discussão, vamos analisar a crítica ao autoritarismo pedagógico do adulto em relação à criança. Sobre isso, Rousseau não defende seu oposto, ou seja, o espontaneísmo, pelo qual se deixa a criança fazer tudo o que pretende; pelo contrário, para o pensador genebrino, o adulto assume grande relevância na formação da criança; de modo que sua responsabilidade é contribuir na organização do meio que a cerca, e o modo como realiza este seu papel assume elevada importância para definir o tipo de ser humano que será formado. Assim destacamos:

> Quem não vê que a fraqueza da primeira infância aprisiona as crianças de tantas maneiras que seria bárbaro somar a tal sujeição a de nossos caprichos, retirando-lhes uma liberdade tão limitada, da qual podem abusar tão pouco e da qual é de pouca utilidade tanto para elas quanto para nós que a privemos? Se não há objeto tão digno de riso quanto uma criança altiva, não há objeto digno de piedade do que uma criança medrosa. (ROUSSEAU, 2004, p.88).

A educação natural pensada pelo autor movimenta-se na tentativa de oferecer um tratamento satisfatório à criança, que consiste em assimilar a tensão que perpassa o processo educacional-pedagógico entre deixá-la desenvolver-se livremente e a necessidade de conduzi-la. Conforme destaca Espíndola,

> Considerando a condição atual do educando, convém possibilitar-lhe conduzir-se pelo campo da experiência, levando-a a aprender com as coisas mesmas e não com os artifícios que representam discursos e livros. Ao governante compete falar sempre que possível, apontando para os objetos, eximindo-se, pois, da prática dos sermões ou de recorrer, desnecessariamente, ao uso de sinais convencionais (2006, p. 235).

Diante dessa reflexão, a melhor maneira de proceder é respeitar a infância em todos os momentos que se caracterizam como necessários a serem desenvolvidos e que assumem elevada importância dentro da teoria formativo-educacional, à qual Rousseau denominou de "educação natural". É natural, certamente, porque acompanha todas as fases da vida da criança, iniciando com o seu nascimento e seguindo os outros anos de sua infância, conduzidos por normas, preceitos e regras que melhor possam atender suas necessidades físicas, no desenvolvimento do seu corpo e no cuidado de evitar que a criança venha a contrair os vícios e os maus costumes da sociedade. Segundo Dalbosco, "Rousseau parte da idéia de que o desenvolvimento intelectual e moral da criança deve acompanhar sua própria progressão etária, mas baseado fundamentalmente no desenvolvimento físico saudável da criança: passando por provações, seu corpo adquire força e transforma-se em suporte para o desenvolvimento cognitivo-moral". (DALBOSCO, 2007c, p. 326).

Uma das inovações do conceito de infância de Rousseau consiste na tese de que a criança deve ser entendida em sua realidade. Disso deriva a idéia de que esse conceito, ao mesmo tempo em que se opõe aos costumes desordenados de sua época, tem a ver com a exigência pedagógica de atender às necessidades da criança e procurar compreendê-la nas particularidades que lhe são próprias. Com isso, ele se opõe a uma postura inadequada manifestada pelos adultos pela falta de atenção e de cuidados que sejam mais convenientes a cada fase do desenvolvimento da criança. Rousseau está preocupado, portanto, com o fato de que os maus procedimentos do adulto podem contribuir decisivamente na formação de um caráter viciado na criança, cultivando nela sentimentos egoístas, imorais e corruptos.

O princípio pedagógico defendido por Rousseau é de oportunizar que a criança possa exercitar-se para sentir a liberdade que lhe está sendo proporcionada na infância, considerando como uma das fases mais importantes para a sua formação humana, que o autor expressa na seguinte passagem;

> Se o homem nascesse grande e forte, a estatura e a força ser-lhe-iam inúteis até que tivesse aprendido a servir-se delas; ser-lhe-iam prejudiciais, pois impediriam que os outros pensassem em socorrê-lo e, entregue a si mesmo, morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Queixamo-nos da condição infantil e não vemos que a raça humana teria perecido se o homem não tivesse começado por ser criança. (ROUSSEAU, 2004, p. 8-9).

Diante desses apontamentos é de grande relevância destacar que, para Rousseau, a criança não nasce com um saber *a priori*, mas, sim, com a capacidade de aprender. Nesse sentido, o adulto é responsável por desencadear um processo educativo que estimule a capacidade de aprendizagem da criança num processo que tem como centro, em seu início, a educação pelas coisas.[38] Com isso, Rousseau procura enfatizar que a educação natural atinge seu fim último por meio da socialização; portanto, dependendo da qualidade da educação socializadora, teremos um tipo específico de homem e de sociedade. Ora, isso mostra, mais uma vez, a importância de termos, como educadores uma visão real e concreta da infância para avançarmos no sentido de desenvolver a capacidade de refletir e organizar a nossa própria prática pedagógica.

Cumpre destacar aqui que a infância tem suas particularidades, especificidades e necessidades que lhe são próprias, as quais devem ser disponibilizadas e desenvolvidas de forma adequada para que se contribua decisivamente na formação da criança. Pretender mudar essas características em nossas vontades é transformar-se no mais insensato dos educadores, pois, agindo desse modo, buscamos projetar nossos ideais sobre um ser que possui outros completamente diferentes.

Assim, oportunizar o desenvolvimento pleno das capacidades da criança na fase da infância consiste, num primeiro momento, em organizar uma prática voltada para a educação do corpo na satisfação de suas necessidades físicas de subsistência, além de realizar exercícios físicos pelo contato com a própria realidade, para aprimorar o seu conhecimento e tornar o seu corpo forte e robusto. Conseqüentemente, a etapa seguinte consiste em desenvolver a educação dos sentidos, que deverá exercitar o tato, a visão, a audição, o gosto e o cheiro, para que, posteriormente, a criança saiba julgar adequadamente e de forma racional.

A educação pensada por Rousseau em relação à infância tem como centro de argumentação a educação pelos sentidos, baseada na educação pelas coisas, que consiste em submeter a criança ao maior tempo possível ao contato direto com os objetos sensíveis

---

[38] Rousseau toma, portanto, como máxima fundamental de seu projeto de educação natural a busca permanente pelo equilíbrio entre as dimensões humanas do querer e do poder, e procede assim porque acredita que é deste equilíbrio que brota a consciência humana de sua inserção tanto na idéia de humanidade como na ordem cósmica e, por fim, que é nesta idéia que repousa, em última instância, tanto a liberdade como a felicidade. Tal busca, que deve representar o ideal normativo da vida humana e, por conseguinte, da relação entre adulto e criança em qualquer uma das fases do processo pedagógico, embora se encontre anunciada de diferentes maneiras em diferentes passagens do *Émile*, ganha contornos bem definidos nas passagens iniciais do segundo livro. (DALBOSCO, 2007d, p, 22).

para que conheça, perceba e sinta os efeitos que esses causam em seu corpo. Assim, poderá elaborar um conhecimento baseado na verdade e na realidade que se apresenta, servindo como mecanismo educacional pedagógico limitador extremamente útil e necessário para a sua formação e, também, como objeto mediador que se opõe ao procedimento interventor, vertical do adulto, que tende a ser prejudicial a sua educação.

A exposição da criança ao contato direto com as próprias coisas é uma característica central quando pensada como princípio formativo-educacional, evitando a proteção excessiva do adulto, que priva a criança do enfrentamento das dificuldades da natureza e das intempéries das estações para o fortalecimento do seu corpo e o aprimoramento dos sentidos; ao mesmo tempo, opõe-se a relação discursiva fantasiosa, baseada nos desejos e nas vontades dos envolvidos, que são muito diferentes entre si. O educador deve estar amparado pelos procedimentos destacados na seguinte passagem: "É contra os males da juventude que devemos armá-la antes que tenha chegado a ela, pois, se o valor da vida aumenta até a idade de torná-la útil, que loucura é não poupar alguns males na infância e multiplicá-los na idade da razão". (ROUSSEAU, 2004, p. 25). Esse modo de agir contribui para que, durante o processo formativo-educacional da criança, o adulto realize um atendimento saudável e adequado, baseado na exposição direta à natureza, como forma de fortalecer e tornar o corpo da criança resistente para suportar as oscilações da natureza.

Nesse sentido, uma das exigências centrais da educação natural, quando voltada à infância, é analisar como acontece de fato a relação direta entre adulto e a criança e tem como meta a organização de determinados procedimentos que se constituem num aprendizado constante, os quais dão condições para que a criança possa pensar e agir por si mesma, para viver bem consigo mesmo e com os demais e, ao mesmo tempo, saber se opor aos maus costumes cultivados pela sociedade.

A reflexão do autor que abrange a educação natural tem seu núcleo numa educação para a autenticidade e para que a criança, ao socializar-se, esteja com plenas capacidades de ser um sujeito consciente de suas necessidades e capacidades, que saiba viver para si e que, ao mesmo tempo, seja cooperativo, solidário e desenvolva ações que visem ao bem-estar de todos os seres humanos. Como destacado nas palavras do autor: "A única lição de moral que convém a infância, e a mais importante em todas as idades, é a de nunca fazer mal a ninguém. O próprio preceito de fazer o bem, se não estiver subordinado a este, é perigoso, falso e contraditório". (ROUSSEAU, 2004, p.115).

A seguir reconstruiremos o que são, segundo Rousseau, as necessidades naturais da criança e, ao mesmo tempo, analisaremos os cuidados e atenção despendidos pelos adultos ao seu atendimento. Toma-se como referência para a execução desta tarefa algumas passagens dos livros I e II do *Emílio ou da educação*, pois é neles que o autor se concentra ao tratar do desenvolvimento do ser humano em sua infância.

3.2. O mundo da infância: as necessidades da criança

A compreensão da realidade natural da criança está intimamente interligada com a forma de entendimento que o adulto possui a seu respeito e, ao mesmo tempo, ao modo como ele procura atendê-la e satisfazê-la em suas necessidades físicas, que dizem respeito a sua natureza humana, sempre tendo o cuidado de não se deixar dominar em razão da sua própria fragilidade e da demonstração de sua afetividade. Isso para não correr o risco de, ao mesmo tempo em que a cuida e a protege, evitar torná-la viciada, desse modo impedindo o desenvolvimento de suas capacidades naturais e não realizando uma boa formação. Assim, o conteúdo a ser abordado exige uma discussão de passagens dos livros I e II da obra *Emílio ou da educação* com o objetivo de distinguir entre o que são "necessidades reais" da criança e como distingui -las das "necessidades de fantasia", como tentativa de responder ao problema de investigação destacado na introdução deste trabalho e que envolve uma análise da realidade natural e social, observando sempre o comportamento da criança em relação ao adulto.

Por mais que a reflexão se concentre em distinguir o mundo da criança do mundo do adulto, percebemos que eles se constituem e se realizam de forma interligada, pois a criança não sobrevive sem os seus cuidados e, na primeira fase de sua vida, ela é totalmente dependente da atenção do adulto. Com base nessa relação, o adulto deve seguir os indicativos de uma educação natural, que consiste em identificar as necessidades reais da criança, vinculadas, primeiramente, à sobrevivência e conservação da sua vida. Assim, segundo Dalbosco, é esta a tese da educação natural dirigida à primeira infância: "O conceito de necessidade constitui o núcleo definidor de todas as atribuições concedidas por Rousseau à primeira infância". (2007c, p. 324).

Ao tomarmos essa tese como referência interpretativa, a primeira questão que se coloca é a de saber o que Rousseau entende por "necessidade". Na seqüência, outras perguntas são importantes: Como o adulto deve proceder para entender a criança em seu mundo? Do que realmente a criança necessita para viver e crescer saudável? Quais os cuidados exagerados e inadequados que representam muito mais sentimentos de tortura do que um ato de formação pedagógica? Por que e quando a criança chora? Qual a melhor maneira de interpretar o seu choro? Como evitar que dessa relação surjam manhas e vícios? Como distinguir as "necessidades reais" das "necessidades de fantasia"?

Diante desses questionamentos é importante refletir que segundo o autor o conceito de necessidade precisa estar em sintonia com o aspecto pedagógico do conceito de natureza, a fim de a criança enfrentar as provações a que a natureza submete todos os seres e extrair o aprendizado necessário para a vida. Nesse sentido, destacamos a seguinte reflexão:

> Rousseau radicaliza essa concepção de natureza: não é mais um conceito místico, tampouco mecânico, como na física contemporânea, mas uma unidade pré-empírica que age autonomamente, uma unidade perfeita anterior á sociedade, que, projetada sobre a criança, torna possível pensar a educação. (HERMANN, 2001, p. 47).

Com base nessa reflexão, cumpre a observação detalhada da natureza sensível como a grande professora da criança para mantê-la na sua natureza humana, o que abrange o atendimento de suas necessidades de sobrevivência como necessário para o fortalecimento do corpo, que ocorre pela exposição direta às coisas sensíveis. Portanto, a educação natural deve mostrar o quanto é útil e necessário que a criança seja educada no sentido de ouvir a voz que se encontra em uma escala superior às suas vontades e desejos, que são as determinações que a natureza impõe a todos os seres, uma vez que o conceito de necessidade depende da natureza sensível para existir. "Pertencem a natureza, sem prejuízo do seu conteúdo, todas as verdades que são suscetíveis de um fundamento puramente imanente, as que não exigem nenhuma revelação transcendente, a que são certas e evidentes *per se*". (HERMANN, 2001, p. 47).

Diante desse pressuposto, Rousseau cita uma série de cuidados dedicados pelos adultos às crianças, considerando alguns convenientes e muitos outros inconvenientes, os quais se encontram distribuídos sem uma ordem sistemática nos livros I e II do *Emilio*.

Esses cuidados apontam indicativos que interferem diretamente na formação da criança, de tal modo que o adulto pode representar tanto um benefício como uma ameaça para o desenvolvimento saudável da criança. Assim, podemos afirmar que os cuidados do adulto tornam-se em inconvenientes quando bloqueiam o desenvolvimento livre da criança. Rousseau deixa isso claro na seguinte passagem:

> Mal a criança saiu do ventre da mãe e mal gozou da liberdade de movimentar e esticar seus membros e já lhe dão novos laços. Põe-lhe fraldas, deitam-na com a cabeça presa e com as pernas esticadas, com braços pendentes ao lado do corpo; é envolta em panos e bandagens de toda espécie, que não lhe permitem mudar de posição. (ROUSSEAU, 2004. p.17).

Essa forma de cuidá-la representa um tratamento inconveniente, constituindo-se em exagero no atendimento das necessidades da criança, pois ela passa a ser compreendida pelo adulto, equivocadamente, como se fosse uma barra de gelo que ao entrar em contato com a natureza, pode se derreter, com o que, conseqüentemente, tudo estaria perdido. Os cuidados exagerados e inadequados do adulto não auxiliam no desenvolvimento saudável da criança, pois interferem diretamente em sua formação. Rousseau destaca, nesse contexto, que "o primeiro sentimento da criança é um sentimento de dor e de sofrimento; só encontram obstáculo em todos os movimentos de que precisam [...] os primeiros presentes que recebem de vós são correntes; os primeiros cuidados que recebem são torturas" (ROUSSEAU, 2004, p. 18). Com essa linha de raciocínio, deixa claro seu ponto de vista crítico contra a intervenção autoritária do adulto no mundo infantil.

Cumpre aqui destacar a contribuição significativa que o autor nos fornece em relação ao atendimento das necessidades da criança e à exigência de oportunizar o exercício para o desenvolvimento natural do seu corpo desde o seu nascimento, para que ela possa cada vez mais agir por conta própria, conhecer o seu espaço na ordem das coisas e vir a tornar-se autônoma desde os seus primeiros movimentos. Assim se expressa o genebrino:

> No momento em que a criança respira ao sair de seus invólucros, não deveis deixar que sejam metidas em outros que a apertem ainda mais. Nada de testeiras e nada de faixas; fraldas soltas e largas que deixem todos os seus membros em liberdade e não sejam muito pesados para atrapalhar seus movimentos, nem quentes demais para impedir que sinta as impressões do ar. Colocai-a num grande berço bem acolchoado, onde ela possa movimentar-se à vontade e sem perigo. Quando começar a ficar mais forte, deixai-a engatinhar pelo quarto; deixai que a criança se desenvolva e estique as perninhas e os braçinhos e vereis que ela se fortalecerá a cada dia. (ROUSSEAU, 2004, p.45).

O autor enfatiza que a necessidade natural da criança se resume em oportunizar que ela exercite o seu corpo desde o primeiro momento em que ela vem ao mundo: "A criança recém-nascida precisa esticar e mover os membros para tirá-los do entorpecimento em que, unidos como um novelo, permaneceram por longo tempo" (ROUSSEAU 2004, p. 17). Portanto, a primeira necessidade natural da criança ao nascer é exercitar livremente o seu corpo, sem estar presa a amarras que possam provocar um desenvolvimento defeituoso de seus membros.

Por meio do procedimento adulto compatível com esse livre desenvolvimento da criança, ela pode sentir sua própria presença no mundo, organizando seus movimentos para agir por conta própria e, quanto mais cedo puder se exercitar por si mesma, muito em breve será capaz de se autoconhecer e buscar satisfazer as suas necessidades, construindo a sua liberdade de movimentar-se e cada vez ser menos ser dependente dos adultos. Na verdade, o que está subjacente ao desenvolvimento corporal livre da criança é a idéia de que ela deve conquistar sua autonomia para se movimentar, agir e pensar por conta própria, nesse sentido, o adulto possui o papel fundamental de "facilitador" deste desenvolvimento, protegendo a criança sem, no entanto, transformar o seu corpo numa prisão.

Diante dos apontamentos aqui levantados, é importante refletir sobre como a criança reage em relação ao adulto quando do atendimento inadequado de suas necessidades. Além de manifestar expressões de desagrado por meio das caretas, ela faz uso de outro gesto natural, o choro, como uma forma de solicitar o que necessita e de reclamar de todos os cuidados inadequados, que, para ela, representam muito mais desagrado do que necessidade. "Quando a criança chora, não está se sentindo bem, tem alguma necessidade que não é capaz de satisfazer: examinamos, procuramos essa necessidade e procuramos satisfazê-la". (ROUSSEAU, 2004, p. 54).

Rousseau considera o choro da criança como uma linguagem articulada e significativa, pela qual a criança demonstra seus sentimentos e emoções. O choro é o principal mecanismo por meio do qual a criança manifesta suas necessidades; por isso,

entendê-lo de modo adequado constitui o principal desafio ao adulto na execução de seus cuidados. Nesse processo de comunicação pré-verbal é importante o adulto identificar os diversos tipos de choro que transmitem uma linguagem específica para cada sentimento[39] e, neste caso, as pessoas que estão envolvidas com sua criação, como as mães e as amas-de-leite, são especialistas nesta prática e conseguem muito bem entendê-la naquilo que necessita. Dessa relação forma-se a primeira fase de comunicação, muito significativa para o bom relacionamento entre os envolvidos.

Repleto de sentido e significado, o choro determina o modo como o bebê se relaciona com o mundo. Para isso é importante considerar que, "desses choros que imaginamos tão dignos de atenção, nasce a primeira relação do homem com o meio: forja-se o primeiro elo dessa grande cadeia formada pela ordem social." (ROUSSEAU, 2004, p.54). Assim, a criança que é satisfeita em suas necessidades naturais chora pouco e demonstra em sua própria fisionomia a alegria de poder se desenvolver naturalmente.

No início do Livro I Rousseau destaca a dependência da criança para a sua formação, o que enfatiza na seguinte passagem: "Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação". (ROUSSEAU, 2004, p. 9). Assim, ele reforça a idéia de que, além de as crianças crescerem e se desenvolverem saudáveis, devem, ao mesmo tempo, receber instruções que dizem respeito à sua formação moral, intelectual e social, com a finalidade de formar um ser humano em sua plenitude.

Acerca desse aspecto, Rousseau critica a omissão dos adultos na dedicação de cuidados mais adequados, em razão do cultivo de vícios e costumes da época, pois alguns pais deixavam a criação de seus filhos a pessoas que lhes prestavam serviço em troca de remuneração. Rousseau considerava esse procedimento como uma das principais causas das denúncias de maus-tratos às crianças:

> De onde vem esse costume insensato? De um costume desnaturado. Desde que as mães, desprezando seu primeiro dever, não mais quiseram alimentar seus filhos, foi preciso confiá-los a mulheres mercenárias, que vendo-se assim mães dos filhos alheios, por quem a natureza nada lhes dizia, só procuraram furtar-se ao incômodo. (ROUSSEAU, 2004, p.18).

[39] O choro de uma criança que está com fome é diferente daquele de que ela faz uso para manifestar que está com sono, dor, medo ou desagrado e cumpre às pessoas que estão mais próximas identificar cada tipo de choro para que ocorra um bom entendimento.

Nesse contexto, o autor defende uma idéia clássica de família, na qual a mãe cumpre a responsabilidade de amamentação, cuidados e proteção para os seus filhos, tendo o pai como o verdadeiro preceptor e responsável pela sua educação, fazendo valer a voz do sangue como a única capaz de transmitir aos filhos um amor verdadeiro, sincero e honesto. Como afirma Rousseau, "mas, se as mães se dignarem a amamentar seus filhos, e os costumes reformar-se-ão por si mesmos, e os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações [...] os atrativos da vida doméstica são o melhor contra veneno para os maus costumes" (ROUSSEAU, 2004, p.22).

O afastamento das crianças da vida familiar, bem como das responsabilidades das mães de amamentação, contribuiu para que ocorresse a separação entre homem e natureza, ou seja, natural é o desenvolvimento da criança junto à família e aos cuidados maternos. Por isso, Rousseau critica a mães, acusando-as de inconseqüentes quando, por razões simplesmente de estética ou de etiqueta social, provocam esse afastamento da criança do convívio familiar.

O desenvolvimento da educação natural voltado à primeira infância[40] tem como princípio norteador o fortalecimento do corpo no enfrentamento direto com a natureza. Rousseau é, por isso, defensor incondicional da teoria de que não se deve proteger excessivamente a criança, pois se estará estragando sua forma natural de ser educada. Ao invés disso, deve-se oportunizar seu contato maior com a natureza, para que sinta as intempéries das estações, como frio, calor, enfim, as dificuldades que a natureza sensível expõe a todo o ser vivo.

Rousseau também nos oferece outro indicativo para o cuidado adulto das crianças, o qual consiste em não realizar procedimentos exagerados que possam privá-las do enfrentamento direto com a natureza e, conseqüentemente, impedir o fortalecimento de seu corpo, pois essa prática desnecessária aumenta a fraqueza da criança na medida em que a impede de sentir a própria natureza. Justamente por levar isso em conta é que o genebrino vê na natureza a grande fonte pedagógica de educação das crianças: "Observai a natureza e segui a rota que ela vos traça. Ela exercita continuamente as crianças, enrijece seu temperamento com provas de toda espécie e cedo lhes ensina o que é sofrimento e dor". (ROUSSEAU, 2004, p. 24).[41]

---

[40] Para uma melhor compreensão do conceito de infância ver: Beatriz Cerizara, *Rousseau a educação na infância.* São Paulo: Scipione, 1990.

[41] Rousseau herda esta idéia do "caráter professoral" da natureza da tradição estóica, especialmente do pensamento de Sêneca. Sobre a influencia que Sêneca exerce no pensamento de Rousseau ver: (Dalbosco, 2007d; Espíndola, 2005).

Cumpre aqui destacar que as necessidades da criança vão além de suas carências de alimentação e atenção para que cresçam saudáveis, o que exige, na mesma proporção, o enfrentamento direto com as intempéries das estações, que são as normas da natureza, como forma educativa que prima pelo fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades corporais. Por meio desse procedimento, ela desenvolve seus sentidos, o que irá contribuir para sua ação no mundo que a cerca.

Para que a proposta formativa educacional enfatizada pelo autor não venha a tomar caminhos diversos e tornar-se frágil, ficando dependente somente da vontade do adulto e, em conseqüência, perdendo o seu sentido e significado, o autor orienta sobre o próprio caráter da educação tomada como hábito: "A educação não é certamente senão um hábito. Ora, não há pessoas que esquecem ou perdem a educação, e outras que a conservam?" (ROUSSEAU, 2004, p.10). Com base nessa colocação, a reflexão concentra-se na realização de práticas executadas com certa regularidade e freqüência, contrapondo-se à ação fragmentada da escola, que com algumas lições e preceitos acredita estar educando as crianças. O hábito deve ser pautado por uma prática pedagógica norteada por regularidades e princípios que vão se desenvolvendo de forma ordenada, com o que a criança adquire o gosto pelas próprias ações em que é envolvida e que passam a fazer parte de sua vida.

Com base nesse pressuposto, além de a educação natural seguir uma prática constante, deve permitir que a criança perceba o quanto é importante que ela possa sentir as oportunidades que lhe são facilitadas pelo seu agir no mundo. Assim o autor destaca em outra passagem: "Viver não é respirar, mas agir; é fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmos que nos dão o sentimento de nossa existência" (ROUSSEAU, 2004, p.16). Com base nessa reflexão, o adulto assume um papel fundamental nessa relação, pois, ao mesmo tempo em que atende às necessidades da criança, deve oportunizar que ela possa dar sentido ao seu corpo, exercitando-o adequadamente e, assim, percebendo a realidade na qual está inserida.

Tanto o modo de expressão como o de satisfação das necessidades da criança estão reunidos no princípio pedagógico de educação pelas coisas, que emerge da força e do caráter educativo exercido pela natureza na primeira fase de desenvolvimento da criança. "Enquanto as crianças só encontrarem resistência nas coisas e não nas vontades, não se tornarão nem irritadas, nem coléricas, e permanecerão mais facilmente saudáveis". (ROUSSEAU, 2004, p.55). Essa passagem deixa claro o papel normativo desempenhado pela natureza na educação da infância do ser humano: ao se defrontar com a força e o

poder da natureza, a criança estaria aprendendo a educar sua vontade e, desse modo, preparando-se para uma futura formação saudável do seu caráter.

Submeter a criança à exposição direta às coisas como caráter normativo da educação natural significa oportunizar que ela construa as suas próprias resistências diante dos limites impostos pelas dificuldades apresentadas pela natureza e, assim, vá construindo um ensinamento útil e necessário para a sua vida. Ao mesmo tempo, irá se opor diretamente ao mundo das vontades, pois as normas da natureza são inquestionáveis e praticamente inevitáveis, cabendo aceitá-las e, com base na capacidade de aprendizado de cada um, extrair o ensinamento necessário para contornar esta submissão e organizá-la da melhor maneira possível para viver melhor.

Assim como a educação deve ser um hábito, na mesma proporção deve oportunizar que a criança crie resistências e fortaleça o seu corpo por meio do exercício constante de uma prática que prime para que ela tenha melhor saúde e desenvolva as capacidades de que seu corpo necessita. Como afirma Rousseau,

> Exercitai-as, pois, para os golpes que um dia terão de suportar. Enrijecei seus corpos para as intempéries das estações, dos climas, dos elementos para a fome, para a sede, a fadiga; [...] antes que o hábito do corpo se adquira, dá-se a ele o que se quer, sem perigo; mas, uma vez que tiver adquirido consistência, qualquer alteração será perigosa para ela. (ROUSSEAU, 2004, p. 24).

O desenvolvimento da educação natural destinada à criança consiste em cultivar a possibilidade de torná-la capaz de sentimentos e atitudes mais humanas com todas as capacidades e potencialidades estimuladas. Esse pensamento é sustentado pela crença na bondade interior da própria criança e na idéia de que o corpo necessita de estímulos para que seja desenvolvido. Por isso, segundo Rousseau, deve-se ensinar a criança a viver, ou seja, oportunizar-lhe o exercício de sua própria liberdade desde o primeiro momento em que ela própria começa a perceber sua existência.

O autor nos chama a atenção para o respeito pelo desenvolvimento espontâneo da criança determinado pelo processo evolutivo de sua idade. Assim, de uma forma gradativa, ela irá realizar a sua maturação biológica, responsável pela organização de sua capacidade cognitiva de compreensão e assimilação como característica indispensável a ser desenvolvida visando à sua socialização.

A educação natural, quando voltada à formação da criança na primeira infância, deve confrontá-la a conhecer diversos tipos de provações com o intuito de educar as vontades da criança, as quais são, em princípio, diferentes da vontade dos adultos. Seguindo o pensamento do autor, a criança não precisa conhecer o que ainda não lhe seja útil, pois os seus sentimentos ainda não se encontram desenvolvidos; para isso, o afastamento da vida social e o convívio com a vida no campo, junto à natureza, são a melhor forma de evitar que ela contraia maus costumes. Segundo Dalbosco, "saber o que são necessidades reais e fictícias e o modo como o adulto dispensa seus cuidados em relação à criança são questões decisivas ao esboço do projeto de uma educação natural dirigida à primeira infância". (2007c, p.315).

O conteúdo abordado pela teoria da educação natural destacado por Rousseau mostra-nos que a relação entre adulto e criança, para ser produtiva e promissora e não correr o risco de ficar sempre sujeita às vontades de ambas as partes, deve seguir os procedimentos que permitem aos envolvidos o estabelecimento de regras, ou seja, acordos legítimos como uma forma de fortalecer e concretizar essa relação contínua e duradoura. Abordaremos esse aspecto no item seguinte, por assumir o caráter central desta reflexão como responsável pela relação formativo-moral da criança.

Assim, o conteúdo educativo que abrange a infância na vida da criança consiste em atender às suas necessidades físicas, em desenvolver as capacidades sensitivas pela disposição no contato com as próprias coisas, em protegê-la dos vícios e maus costumes cultivados pela sociedade e em oportunizar que ela se exercite para a liberdade como uma forma de tornar-se capaz de ser dona de si mesma. Demonstrando interesse nisso, a criança passa a formular suas próprias idéias, a extrair suas próprias conclusões, tornando-se, assim, cada vez menos dependente dos adultos.

Ao concluir este item, podemos sintetizar que as necessidades naturais básicas da primeira infância resumem-se à alimentação adequada num processo evolutivo de sua idade; à destinação de cuidados adequados, que abrangem desde o atendimento de suas necessidades de sobrevivência a procedimentos mais organizados, mas que não venham a representar incômodo ou impedimento ao exercício de seu corpo, o que ocorre por meio da liberdade de manifestação do seu movimento. Também se deve oportunizar o contato direto com a natureza como procedimento educacional e pedagógico extremamente útil para o fortalecimento do seu corpo, aperfeiçoamento dos sentidos e manifestação dos sentimentos. A exposição direta à natureza assume a questão central de sua teoria, visto que, ao mesmo tempo em que serve como exemplo, opõe-se a todo e qualquer desejo

fantasioso que a criança possa contrair durante a sua formação; consiste, pois, em oportunizar à criança desenvolver sua capacidades naturais tendo a natureza sensível como a grande professora.

3.3. Os cuidados do adulto

Neste item pretendemos discutir a maneira como os adultos dedicam os cuidados às crianças a fim de refletir sobre os procedimentos mais adequados em cada fase de sua vida como forma de atender às necessidades físicas que são características da natureza humana e, também, de se opor aos cuidados inadequados, que em nada contribuem, e muitas vezes acabam por interferir no desenvolvimento de um projeto formativo-educacional voltado para o exercício pleno de sua infância.

Assim, destacamos que a criança passa praticamente toda a infância sendo dependente dos cuidados e da atenção dos adultos.[42] Por meio dessa relação ela acaba sendo envolvida pela realidade em que está inserida e, como uma forma natural de subsistência, procura imitar as ações dos adultos, adquirindo características peculiares que venham a contribuir para que ela se transforme num pequeno adulto, ou seja, uma projeção do adulto. Por essa razão, é possível perceber que existe uma incompatibilidade entre o adulto cultivar muito mais vontades fantasiosas e obter mais desejos do que as crianças, as quais, assim, não recebem uma educação que lhes seja adequada e que realmente contribua para a sua formação. Segundo Dalbosco, "é no confronto entre as disposições naturais da criança e os hábitos dos adultos que se põe os principais problemas da educação natural" (2007c, p. 330).

O conteúdo a ser discutido envolve o desenvolvimento da capacidade do adulto de saber entender a criança em suas dimensões física, cognitiva e moral e o respeito ao seu desenvolvimento natural como uma forma de poder dedicar os cuidados e a atenção mais indicados, para que o relacionamento educacional-pedagógico seja produtivo e promissor. Diante disso colocamo-nos os seguintes questionamentos: Antes de educar a criança não seria necessário, primeiro, educar os adultos? A educação natural poderá orientar os

[42] Sobre o modo como o adulto deve exercer seus cuidados em relação à criança na perspectiva da educação natural dirigida à infância ver. (DALBOSCO. Passo Fundo: UPF, 2007b).

adultos no sentido de dedicarem mais atenção às crianças? Quais os cuidados mais adequados que o adulto deve dedicar à criança em sua infância? Por meio da educação natural será possível formar um novo ser humano que aja livremente e de forma mais autônoma na sociedade?

Rousseau contrapõe-se aos costumes cultivados pelas mães, que, de certa forma, com a melhor das intenções, muitas vezes superprotegem seus filhos, mantendo-os distantes das provações e das dificuldades da natureza. Mesmo acreditando que estariam corretas ao agir assim, essas mães acabariam por impedir que a criança se desenvolva naturalmente, respeitando a sua idade, sua maturação biológico-cognitiva, a manifestação de suas forças; que ela se exercite e fortaleça seu corpo; que aprenda por si mesma pelo exercício constante dos seus sentidos (tato, visão, olfato, audição, percepção); que se aperfeiçoe progressivamente, tendo suporte para agir no convívio social de seu dia-a-dia. Essa tese nos leva a denunciar que é no esforço de cultivar uma realidade fantasiosa que os adultos debilitam as crianças e impedem que elas sejam mais bem preparadas para a vida. Assim, destacamos a idéia do autor:

> É muito estranho que, desde que se começaram a educar as crianças, não se tenha imaginado outro instrumento para governá-las que não a rivalidade, o ciúme, a inveja, a vaidade, a avidez, o temor vil, todas as paixões mais perigosas, mais próprias para fermentar e corromper a alma ainda antes que o corpo esteja formado. A cada ensinamento precoce que queremos inculcar em suas cabeças, plantamos um vício no fundo de seus corações. (ROUSSEAU, 2004, p. 94).

Rousseau tem a intenção clara de orientar o adulto a exercer da forma mais adequada possível seus cuidados e o faz amparando-se na idéia de que se deve respeitar cada fase da vida da criança, ou seja, respeitar seu desenvolvimento natural, o que implica considerar o avanço de sua idade. Isso exige o desenvolvimento de práticas que estejam voltadas ao contato direto com as próprias coisas, como forma de educar os seus sentidos e de fortalecer progressivamente seu corpo para saber viver e agir livremente e, também, se opor aos vícios e aos maus costumes cultivados pelo meio social. Como afirma Rousseau: "É preciso que ela [a criança, G.T.] sinta a sua fraqueza e não que a sofra; é preciso que ela dependa, e não que obedeça; é preciso que ela peça, e não que mande".(2004, p. 81). Como podemos ver por meio dessa passagem, o exercício adequado dos cuidados não implica, de modo algum, que o adulto se torne escravo das necessidades da criança, mas, sim, que

contribua para que ela se conheça a si mesma, e adquira consciência dos seus limites o que só pode ocorrer na infância pelo contato permanente da criança com as coisas naturais.

O adulto, na sua prática formativa educacional, deve saber respeitar a criança em sua realidade física e cognitivo-moral, ou seja, respeitar as limitações manifestadas em razão da fragilidade do seu corpo e, ao mesmo tempo, organizar sua prática para que ela possa exercitar-se livremente. Assim, ele deve procurar considerá-la em seu mundo, em sua realidade atual, carente de forças e de sentimentos que ainda não foram desenvolvidos, passando a ter consciência de que as necessidades reais da criança não se limitam somente à sua dimensão física, mas também envolvem o desenvolvimento de suas potencialidades, das capacidades que lhe são naturais e do exercício dos sentidos. Portanto, não só necessidades físicas dizem respeito a sua constituição biológica, mas também as capacidades de assimilação e cognição constituem o objeto da educação natural dirigida à infância.

Ao mesmo tempo em que o adulto dedica proteção à criança, deve ter o cuidado para não realizar uma intervenção vertical e direta, interferindo diretamente no seu desenvolvimento natural e espontâneo. Esse princípio pedagógico contrário a uma intervenção excessiva assume importância no sentido de impedir uma ação repressiva à criança pelo adulto, o que bloquearia uma construção autônoma de seu aprendizado. Portanto, a prática educacional voltada para a infância consiste em harmonizar essa tensão manifestada pelo fato de que enquanto o adulto cuida da criança, protegendo-a, deve oportunizar-lhe, simultaneamente, desenvolver-se de modo espontâneo e natural. Assim, o adulto deve facilitar a criança seu contato direto com a natureza, o que é ilustrado por Rousseau por meio da simplicidade da vida no campo:

> Vivendo no campo, a criança terá tido alguma noção dos trabalhos campestres; para isso, só é preciso lazer e olhos, e ela terá essas coisas. Em todas as idades, e sobretudo na sua, a criança quer criar, imitar, produzir, dar mostras de potência e de atividade. Não terá visto duas vezes lavrarem um jardim, semearem, germinarem e crescerem os legumes, e quererá também cultivar um jardim. (ROUSSEAU, 2004, p.104).

Uma das formas que a criança utiliza para solicitar o que necessita e também para reclamar das atitudes dos adultos que não lhe agradam e de todos os cuidados inadequados, é a manifestação do choro. É este o primeiro elo de comunicação e característico da

demonstração de sua presença e a conquista do seu espaço entre o meio social, como destacado pelo autor na seguinte passagem: "os primeiros choros das crianças são pedidos; se não tomarmos cuidado, logo se tornarão ordens". (ROUSSEAU, 2004, p. 55). Assim, o adulto deve saber distinguir os diversos tipos de choro para atendê-la em suas necessidades e não ficar submisso ao sabor de suas vontades. Assim, destacamos:

> Uma criança cujo corpo e cujos braços estão livres infalivelmente chora menos do que uma criança enfaixada. Quem conhece apenas necessidades físicas, só chora quando sofre, e isso é uma grande vantagem, pois então sabemos exatamente quando precisa de ajuda e não devemos demorar um minuto para socorrê-la, se possível. Mas, se não podeis aliviá-la, tranqüilizai-vos, sem mimá-la para acalmá-la; vossas carícias não curarão sua dor de barriga. (ROUSSEAU, 2004, p. 58-59).

Rousseau enfatiza que, no início da vida, a criança possui desenvolvidas somente as sensações, que são os primeiros sentidos responsáveis para a formulação do seu aprendizado. Dessa forma, os cuidados mais adequados são os que permitem que ela seja exposta ao contato direto com os objetos sensíveis, a fim de que sinta por si mesma os efeitos causados pelas oscilações da natureza em seu corpo e conheça a distância, a dureza, a leveza e o peso dos corpos. Esses procedimentos tornam-se extremamente úteis para o fortalecimento do seu corpo e o refinamento dos sentidos, que irão agir de forma interligada, mais tarde, no uso adequado de sua razão.

Para que essa relação tenha êxito, devemos observar atentamente as indicações que se tornam extremamente úteis para orientar a prática dos adultos no atendimento das necessidades da criança e nos cuidados que devem ter no oferecimento dos objetos e na forma como procuram atender aos pedidos da criança, para que não se corra o risco de querer disponibilizar uma prática que oportuniza suprir carências físicas que ainda não se desenvolveram, isto é, para não agir de forma errada, dando origem a uma criança viciada e cheia de manhas. Como afirma Rousseau:

> Quando a criança estende a mão com esforço sem dizer nada, ela acredita alcançar o objeto porque não calcula a sua distância; está errada, mas, quando se queixa e grita estendendo a mão, então não está enganada quanto à distância, mas está ordenando ao objeto que se aproxime, ou a vós que o tragais. No primeiro caso, levai-a até o objeto lentamente e aos poucos; no segundo, fingi até não a ouvis; quanto mais gritar, menos deveis escutá-la. È importante acostumá-la cedo a não mandar nem nos homens, pois não é senhora deles, nem nas coisas, pois elas não a entendem. (ROUSSEAU, 2004, p.55).

Diante dessa reflexão, o pensador destaca que a melhor maneira de proceder no aprendizado da criança consiste em, ao invés de pegar o objeto e levá-lo até ela, conduzi-la até o objeto, pois, assim, ela irá aprender que para ter aquilo que deseja deve se esforçar e se acostumará desde muito cedo a não comandar de modo escravizante ninguém, para não se tornar, quando adulta, uma pessoa tirana, egoísta e exploradora.

Ao fazer menção ao papel dos pais na dedicação dos cuidados mais adequados para seus filhos, o autor chama atenção para aqueles que os abandonam aos cuidados de pessoas estranhas à família. Uma das características centrais da educação natural é atribuir a responsabilidade da amamentação às mães, junto à vida familiar, para transmitir valores como carinho, proteção, afeto, precavendo-se, com isso, de uma série de maus cuidados que podem ser dados às crianças em sua infância. Afirma Rousseau:

> Sem mãe não há filho. Entre eles os deveres são recíprocos e, se forem mal cumpridos por um lado, serão desdenhados por outro. O filho deve amar a mãe antes de saber que este é o seu dever. Se a voz do sangue não for fortalecida pelo hábito e pelos zelos, ela desaparece nos primeiros anos, e o coração morre, por assim dizer, antes de nascer. (ROUSSEU, 2004, p. 23).

A teoria da educação natural vem se opor, também, aos costumes exagerados de muitos adultos, que, na dedicação de cuidados excessivos, formam em torno de seus filhos um verdadeiro escudo, não lhes oportunizando a realização de práticas úteis e necessárias para o fortalecimento do corpo. Rousseau mostra-se preocupado com o fato de esses procedimentos acabarem afastando a criança do desenvolvimento espontâneo e natural, que é extremamente necessário para a formação de uma pessoa consciente de si mesma.

Em certas passagens Rousseau afirma que, ao invés de os adultos dedicarem cuidados que tendem a ser excessivos e outros que impedem a formação da criança, seria melhor *nada fazer* e deixar que o seu corpo se desenvolva naturalmente, na simplicidade

do campo, junto à natureza, como uma forma de evitar o contato com a artificialidade e as aparências das relações adultas que caracterizam o mundo urbano. Assim, ao invés de a criança adquirir um aprendizado prematuro e desnecessário, o qual não lhe serve muito, deve-se permitir que ela conheça somente aquilo que necessita e não tenha mais palavras em seu vocabulário do que idéias em sua mente.

O caminho a ser seguido para um bom exercício dos cuidados adultos é indicado por Rousseau na seguinte passagem: "Prepararai à distância o reinado de sua liberdade e o uso de suas forças, deixando em seu corpo o hábito natural, colocando-a em condições de sempre ser senhora de si mesma e de fazer em todas as coisas a sua vontade, assim que a tiver". (ROUSSEAU, 2004, p.49). "Preparar à distância" significa aqui, por um lado, a idéia de que o adulto não pode intervir verticalmente no mundo da criação; por outro, significa também que ele não pode se eximir de suas responsabilidades.

Os cuidados do adulto têm a ver diretamente com o respeito pelos desígnios que a natureza impõe a todo o ser, permitindo que a criança seja exposta aos diversos tipos de provações e, desse modo, construir seus próprios conceitos, pois é por meio deles que ela adquire forças suficientes para enfrentar a própria vida. Portanto, de uma forma gradativa, a criança deve ser oportunizada a possibilidade de ser autônoma, aprendendo a agir por conta própria. Assim, ela começa a aprender esse anseio de autonomia, como vimos, pelas experiências adquiridas pela exposição direta às provações naturais; desse modo aprende a exercitar e controlar livremente sua vontade e a conhecer os limites de seus próprios desejos.

O papel do adulto consiste em organizar a vida da criança no sentido de ajudá-la em todos os aspectos, seja na escolha dos objetos com os quais ela deverá conviver, para adquirir conhecimento e encontrar o melhor ambiente para se desenvolver, seja selecionando pessoas com quem ela irá se relacionar e, de uma forma coerente, oportunizar o contato com a realidade na qual ela está inserida[43]. Como as primeiras sensações são os materiais do seu conhecimento, submetê-la ao confronto direto com os objetos é oportunizar que ela prepare a sua capacidade cognitiva e imaginativa para contribuir na organização do seu entendimento, formular seus conceitos e, assim, extrair suas próprias

---

[43] "Quereis, pois, animar e alimentar no coração de um jovem os primeiros movimentos da sensibilidade nascente e dirigir seu caráter para a beneficência e a bondade? Não façais com que nele germinem o orgulho, a vaidade, a inveja, através da imagem enganosa da felicidade dos homens; não exponhais logo a seus olhos a pompa das cortes, o luxo dos palácios, o atrativo dos espetáculos; não o leveis a passear nos círculos, nas brilhantes assembléias. Não lhe mostreis o exterior da grande sociedade a não ser depois de o terdes colocado em condições de apreciá-la em si mesma. Mostrar-lhe o mundo antes que ele conheça os homens não é formá-lo, é corrompê-lo; não é instruí-lo, é enganá-lo". (ROUSSEAU, 2004, p. 302).

conclusões, que lhe serão úteis para a vida. "Todo sentimento de sofrimento é inseparável do desejo de se livrar dele; toda idéia de prazer é inseparável do desejo de desfrutá-lo; todo desejo supõe privação, e todas as privações que sentimos são penosas; portanto, é na desproporção entre nossos desejos e as nossas faculdades que consiste a nossa miséria". (ROUSSEAU, 2004, p. 74).

A prática educacional voltada para infância exige real atenção em observar a capacidade que a criança desenvolve de passar do meio da necessidade para o da fantasia, no qual necessita de uma ação que esteja voltada a não permitir que ela cultive mais idéias em sua mente do que aquelas de que o seu corpo necessita. "Cada qual avança mais ou menos segundo seu gênio, seu gosto, suas necessidades, seus talentos, seu zelo e as oportunidades que tem para se entregar a ele". (ROUSSEAU, 2004, p. 48). Assim, a reflexão está fundamentada em como limitar a capacidade fantasiosa da criança, que consiste em solicitar tudo o que deseja, e, ao mesmo tempo, permitir que ela desenvolva sua capacidade imaginativa, indispensável à sua formação moral, como destacado na seguinte passagem:

> Se a natureza dá ao cérebro de uma criança essa flexibilidade que o torna próprio para receber todo tipo de impressões, não é para que gravemos nele nomes de reis, datas, [...] todas essas palavras sem sentido nenhum para a sua idade e sem nenhuma utilidade para qualquer idade que seja, com que mascaramos sua triste e estéril infância, mas sim, para que todas as idéias que ela pode conceber e lhe são úteis, todas as que se relacionam com sua felicidade e um dia devem ajudá-la a compreender seus deveres. (ROUSSEAU, 2004, p. 127).

O autor não se cansa de lançar duras críticas aos maus hábitos dos adultos que gostam de vangloriar seus filhos e lhe atribuir valores que são alheios ao seu ser, não valorizando adequadamente a infância em suas peculiaridades. Assim afirma Rousseau:

> Uma criança passa assim seis ou sete anos entre as mãos das mulheres, vítima dos caprichos delas e dos seus, e, depois de lhe terem ensinado isto ou aquilo, vale dizer, depois de terem enchido sua memória ou de palavras que não pode entender, ou de coisas que não lhe servem para nada, depois de terem sufocado a natureza pelas paixões que fizeram nascer, colocam este ser factício nas mãos de um preceptor que acaba de desenvolver as sementes artificiais que já se encontram completamente formadas, e lhe ensina tudo, exceto a se conhecer, exceto a tirar partido de si mesmo, exceto a saber viver e se tornar feliz. (ROUSSEAU, 2004, p. 26).

Com base nesta afirmação, o autor procura destacar que o meio social urbano acaba sendo prejudicial para a formação da criança, pois, desenvolvendo-se em meio a pessoas que cultivam valores fantasiosos que dizem respeito a aparência, poder e luxúria, a criança não é conduzida a exercitar e a se desenvolver naturalmente e sufoca seu eu interior substituindo-o pela fantasia. Esse procedimento vai no caminho completamente oposto ao da educação natural como uma forma de impedimento ao exercício de aperfeiçoamento do seu autoconhecimento e das capacidades de que o corpo dispõe para poder agir conscientemente, buscando o seu bem-estar e, ao mesmo tempo, sem fazer mal a ninguém.

O procedimento educacional pedagógico[44] que tem como principio formativo o fortalecimento e o exercício do corpo para o aprimoramento dos sentidos possui como viés norteador a educação pelas coisas e, ao mesmo tempo, opor-se ao procedimento baseado na dramatização enganadora, viciada e corrupta. A educação pelas coisas perpassa, portanto, todo o processo de desenvolvimento da educação natural no que diz respeito ao exercício limitador da criança em sua infância na qual a criança deve ser submetida a diversas provações, que somente acontecem com o contato de exposição direta, seja no enfrentamento com as mudanças das estações, seja no conhecimento dos objetos e no contato com a natureza, em sentido mais amplo.

Agindo assim, a criança conhece uma série de limitações que são características de sua situação e deve construir suas próprias categorias, além de formular conceitos para saber agir adequadamente. Como afirma Rousseau, "conservai a criança unicamente na dependência das coisas e tereis seguido a ordem da natureza no progresso de sua educação. Nunca ofereçais às suas vontades indiscretas senão obstáculos físicos ou punições que nasçam das próprias ações [...] só a experiência e a impotência devem ser lei para a criança". (2004, p. 83). Assim, o papel da educação pelas coisas consiste em proporcionar o aprendizado pela experiência e, com ele, desenvolver na criança a consciência de sua própria impotência, ou seja, de seus próprios limites.

A educação pelas coisas assume uma característica central e necessária para o fortalecimento do corpo, o aprimoramento dos sentidos e, também, como princípio educacional limitador das vontades da crianças. Tudo deve estar de acordo com suas capacidades, de modo a impedir que ela queira fazer coisas que o seu corpo não está em

[44] O contrato pedagógico está fundado na diferença básica que existe entre as duas partes contratantes, ou uma, o mestre, sendo superior em forças, conhecimentos e experiências, e outra, o aluno (uma criança adolescente), sendo inferior naqueles mesmos aspectos. Está fundado também no fato de que este último, em diferentes graus segundo a faixa etária, precisa da condução pelo primeiro em seu processo de desenvolvimento, isto é, de aquisição de forças, conhecimentos e experiências. (FRANSCISCO, 1999, p.105).

condições em realizar. Isso nos permite afirmar que o princípio pedagógico da educação pelas coisas é que torna possível contornar a tensão entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto. Assim, o procedimento mais adequado, ao mesmo tempo em que torna a criança consciente de sua realidade, impede que ela venha a cultivar sentimentos de dominação e exploração, muito prejudiciais a qualquer ser humano.

Cumpre aqui destacar que a formação da personalidade da criança será o resultado da relação educacional e pedagógica que ela estabelece com o adulto, em que estará se formando física e moralmente. Para isso, a teoria consiste em oportunizar que ela faça despertar de si mesma valores e princípios humanos e que conheça somente aquilo que seja útil e necessário para o seu bem-estar. Segundo Rousseau: "Só há uma ciência a ensinar às crianças, que é a dos deveres de um homem [...] não deve dar preceitos, e sim fazer com que eles sejam encontrados".(2004, p.31).

Para que essa relação adulto-criança seja produtiva é importante a constituição e legitimação de regras, de acordos legítimos, para que o processo educativo não fique fragilizado e submetido somente às vontades individuais. Assim, cria-se o pacto entre educador e educando, considerado indispensável nesta relação de compromisso, para a concretização do projeto educacional, como destacado na seguinte passagem:

> As regras dessa relação devem ser vistas como objeto de um contrato, isto é, do mútuo e livre acordo entre as partes envolvidas. Somente assim essas partes poderão ter obrigações e vantagens, ou deveres e direitos, consciente e livremente acordados, sabendo de antemão o que podem ou não podem esperar do outro, o que podem ou não podem fazer com o outro. Somente assim se pode formular papéis claramente definidos para cada uma das duas partes, de modo que se possa ter em vista alcançar tanto a justa medida da autoridade do educador – sem abusos nem tampouco hesitações no exercício dessa autoridade – quanto a justa medida na liberdade da criança – igualmente sem abusos dessa liberdade. (FRANSCISCO, 1999, p. 104).

Para que essa relação formativo-educacional seja produtiva e promissora é importante que ambos os envolvidos se coloquem em posição de igualdade, mesmo que isso não signifique negar a diferença de idade e as capacidades cognitivas e morais. Contudo, neste caso, tal diferença torna-se imprescindível para a concretização do projeto

pedagógico[45] fundamentado no cultivo e no respeito mútuo. Assim, a educação cria a possibilidade de cultivar um princípio básico, que oportuniza a expressão de uma prática para o exercício da igualdade, liberdade e solidariedade e nos leva a deduzir que, sem esse acordo legítimo entre as partes, torna-se difícil o desenvolvimento de uma boa educação.

Como uma forma de fornecer indicativos para os adultos melhor procederem na destinação de cuidados mais adequados para com as crianças, Rousseau formula quatro regras básicas a serem estabelecidas entre os envolvidos, os quais constituem uma forma de valorizar gradativamente a educação, voltada ao atendimento das necessidades e cuidados baseados na dedicação, na paciência e na persistência, o que envolve entendimento, ação, diálogo e negociação. Tais regras se encontram formuladas na passagem abaixo:

> Longe de terem forças supérfluas, as crianças nem mesmo têm forças suficientes para tudo o que a natureza lhes exige. É preciso, portanto, facultar-lhes o emprego de todas as forças que ela lhes dá e de que não poderiam abusar. Primeira máxima
> É preciso ajudá-las a suprir o que lhes falta, quer em inteligência, quer em força, em tudo o que diz respeito à necessidade física. Segunda máxima
> No auxílio que lhes prestamos, devemos limitar-nos unicamente ao realmente útil, sem nada conceber à fantasia ou ao desejo irrazoável, pois a fantasia não as atormentará enquanto não se fizer nascer, dado que ela não pertence à natureza. Terceira máxima.
> É preciso estudar com atenção sua linguagem e seus sinais, para que, numa idade em que elas não sabem fingir, distingamos em seus desejos o que vem imediatamente da natureza e o que vem da opinião. Quarta máxima. (ROUSSEAU, 2004, p. 58).

Essas regras básicas, de caráter geral, têm como princípio norteador servir de base para a organização de uma educação natural voltada à infância, constituindo-se em princípio regulador da vontade e da opinião, que varia de acordo com o estado de espírito de cada um dos envolvidos. O objetivo dessa relação é se tornar o mais possível legítima e amparada por princípios de igualdade e respeito mútuo.

A legitimação de regras tem como meta principal propiciar o exercício e o desenvolvimento saudável do corpo da criança, bem como priorizar a organização de seus desejos; sua característica principal é realizar uma barreira de proteção tanto em relação ao seu corpo como em relação a sua alma, para evitar que a criança contraia os maus

[45] A relação pedagógica, ao contrário de ser compreendida como natural, deve ser compreendida, digamos assim, como "artificial", ou seja, como fruto de uma convenção, de um ato de vontade e de liberdade e mais propriamente, de um contrato entre as partes envolvidas. (FRANSCISCO, 1999, p. 104).

costumes, que se resumem a vícios e fantasias cultivados pelo meio social, a falsas idéias, que primam pela artificialidade e a aparência.

Concluindo este capítulo, constatamos que o exercício de uma educação natural voltada ao desenvolvimento da criança em sua infância exige o envolvimento direto do adulto no planejamento e organização das ações, o que implica a tomada de decisões constantes para que possa adotar procedimentos que julga necessários, e ao mesmo tempo evitar aqueles sentimentos que podem vir a torná-la viciada, egoísta e corrupta, com a finalidade de lhe fornecer uma educação mais adequada e contribuir para a sua formação. Assim, precisamos estar conscientes de que, dependendo da forma como ocorre a relação adulto-criança, estaremos incentivando para que ela venha agir da mesma maneira na sociedade e, assim, contribuindo decisivamente na formação das futuras gerações.

CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho de investigação, que teve como princípio norteador realizar uma reflexão analítica reconstrutiva da obra *Emílio ou da educação,* de Jean Jecques Rousseau, destacamos que este foi um autor de grande expressão intelectual do século XVIII, porém ainda nos dias atuais podemos extrair de suas obras diversas indicações educacionais e pedagógicas que contribuem significativamente na prática formativa da criança em sua infância. Sua tese apresenta-se como um mecanismo teórico operatório que nos permite compreender a formação das potencialidades humanas tendo como base educacional a natureza, como a grande professora do educando e que serve também como princípio norteador da ação do educador. Assim destacamos:

> A valorização rousseauniana do mundo dos sentimentos, em detrimento da razão intelectual e da natureza mais profunda do homem, em contraposição ao artificialismo da vida civilizada, encontra-se precisamente na base do amplo movimento romântico que caracterizou a primeira metade do século XIX e permanece vigorando até os dias de hoje, como uma das formas básicas de sentir e pensar o mundo. (CARVALHO, 2003, p. 49).

Rousseau vivenciou o período reflexivo do iluminismo, e deixou sua considerável contribuição ao atribuir elevado poder ao conhecimento humano para explicar as constantes inquietações da humanidade. Considerou os sentidos e os sentimentos como indispensáveis para organizar o pensamento e as ações dos homens de forma racional e livre. Isso o torna um pensador eminentemente moderno, por revelar grande crença na capacidade de assimilação e expressão voluntária da criança desde o seu nascimento e por

atribuir a responsabilidade dos cuidados e da educação aos adultos, a fim de despertar na criança as suas características humanistas, necessárias para a sua educação.

A proposta formativa educacional do autor resume-se à tentativa de elaborar uma teoria que possa contribuir para organizar ações voltadas à constituição de uma moral adequada à humanidade, denunciando que o homem moderno não é feliz porque vive numa sociedade em que cada um busca atingir seus objetivos às custas dos outros. Os animais livres na natureza vivem felizes quando conseguem satisfazer suas necessidades básicas ao passo que o homem tem consciência disso, mas se preocupa com os olhares lançados sobre si e a imagem que fazem dele. A comparação com o outro estimula a vaidade, o amor-próprio e leva-o a querer ser superior; permitindo que a inveja, o ódio e o orgulho acabem por dominar suas ações e pensamentos. Diante disso, o que fazer quando vivemos numa sociedade a qual nos impede de sermos nós mesmos para nos tornamos um outro? Será que o homem deve ser totalmente submetido aos ditames da sociedade ou guiar-se por suas necessidades e desejos?

A mensagem que Rousseau tenta nos transmitir é que o homem moderno não pode aceitar mais ser pensado como uma simples fração de uma entidade social, mas deve ser considerado como um todo em si mesmo. Por essa razão, a sociedade descrita por Rousseau é um instrumento de análise conceitual que permite que compreendamos e julguemos os fatos reais em si mesmos, não como um programa a ser colocado em prática, pois, como ele mesmo ressalta, a idade de ouro do homem está perdida na história e o retorno a ele é impraticável. A resposta não está em optar por uma solução em detrimento de outra, nem está na revolução de uma classe social menos favorecida, nem, ainda, na fuga de um local para outro, mas está na educação, tomada em seu mais amplo sentido. O caminho a ser seguido encontra-se na sua teoria exposta no *Emílio*, manifestando a possibilidade de compreender e organizar a formação do homem ideal (ou natural) no seio da sociedade. Como destacamos na reflexão de Cassirer:

> O que tentamos mostrar é que as idéias fundamentais de Rousseau, embora brotem diretamente de sua natureza e de sua peculiaridade, não permanecem fechadas, nem presas nessa peculiaridade individual – que elas em sua maturidade e perfeição apresentam-nos uma problemática objetiva válida não somente para ele próprio em sua época, mas que contém em toda sua acuidade e determinação uma necessidade interna rigorosa objetiva. Contudo, mesmo essa necessidade não surge diante de nós imediatamente numa generalidade abstrata e num isolamento sistemático. (1999, p. 42).

Por intermédio do seu aluno imaginário (Emílio), Rousseau pretendeu mostrar a existência de uma humanidade perfeita, que pode ser degenerada pela vaidade e desconfiança. O puro estado de sociedade e o puro estado natural são hipóteses coerentes em si mesmas, as quais têm a função de tornar o ser humano consciente, forte e feliz, mesmo que, na prática, para viver em qualquer um dos dois estados ele seja obrigado a sacrificar parte de seu ser[46]. A união desses extremos é descrita de forma sutil e articulada nas duas etapas de educação de Emílio: a primeira, a educação natural, permite que o homem adquira independência guiado pelos seus próprios sentidos e sentimentos; a segunda, a educação social, que começa por volta dos quinze anos e não termina senão com sua morte, permite que ele conviva com seus semelhantes sem se corromper pelos valores por eles cultivados. Por meio dessa formação educacional, ele se torna apto a viver em sociedade como um ser livre e moral[47].

A educação da natureza esboçada na obra *Emilio ou da educação* está fundada na tese da inclinação ou disposição primitiva. As disposições primitivas seguem princípios gerais que devem respeitar o desenvolvimento espontâneo do corpo e a maturação biológica de cada criança, nas quais tornam limitados o estabelecimento de regras e princípios, pois, nos textos de Rousseau, os conceitos sempre se apresentam em movimento constante e com um grande dinamismo. As idéias e conceitos permitem um exercício reflexivo a partir de seu contexto, formando uma trama que os envolve num todo, que exige uma análise profunda para aprender suas significações, não apenas nas frases do discurso proferido, mas diretamente na prática diária entre educador e educando, onde estas ações parecem, por vezes, escapar à nossa compreensão. Os gestos, o comportamento, as feições, o caráter, as intenções e o temperamento do autor fazem parte

---

[46] "Naturalmente os homens não são nem reis, nem nobres, nem cortesãos, nem ricos; todos nasceram nus e pobres, todos sujeitos às misérias da vida, às tristezas, aos males, às necessidades, às dores de toda espécie; enfim, todos são condenados à morte. Eis o que realmente pertence ao homem; eis aquilo de que nenhum mortal está isento" (ROUSSEAU. 2004, p. 302).

[47] "Quereis agora julgá-lo por comparação? Misturai-o com outras crianças e deixai-o agir. Logo vereis qual é a criança mais bem educada, qual aquela que mais se aproxima da perfeição de sua idade. Entre as crianças da cidade, ninguém é mais hábil do que ele, mas ele é mais forte do que qualquer outra. Entre os jovens camponeses, ele os iguala em força e os supera em destreza. Em tudo o que está ao alcance da infância, ele julga, raciocina e prevê melhor do que eles todos. Trata-se de agir, de correr, de saltar, de balançar o corpo, de levantar pesos, de avaliar as distâncias, de inventar as brincadeiras, de ganhar prêmios? Dir-se-ía que à natureza está as suas ordens, tal a maneira como ele consegue dobrar tudo a sua vontade. Foi feito para conduzir, para governar seus iguais; o talento e a experiência servem-lhe de direito e de autoridade. Daí-lhe o traje e o nome que quiserdes, pouco importa: ele será o primeiro em toda a parte, e em toda parte será chefe dos outros. Sempre perceberão a sua superioridade sobre eles; sem querer mandar, ele será o senhor; sem acreditar obedecer, eles obedecerão" (ROUSSEAU, 2004, p. 208).

dos sinais pelos quais lemos ou interpretamos as palavras e as atitudes com que nos relacionamos com o meio.

Rousseau procura nos mostrar que a principal causa da miséria do homem decorre da educação recebida e dos valores por ele cultivados. Com base nisso, denuncia que a organização do pensamento moderno, que busca resultado imediato num processo de acelerado *aperfeiçoamento*, contribuiu para que os homens não conseguissem medir e organizar o poder de suas faculdades, no sentido de estabelecer seus próprios limites. Desse ponto de vista, a conseqüência mais dramática do chamado "progresso da humanidade" é a extensão de seus desejos para além das características humanas, o que promove o surgimento de falsas necessidades, que movimentam o homem para além de suas capacidades.

No processo de investigação aqui apresentado, tentamos demonstrar que Rousseau foi o inventor do conceito de infância, atribuindo-lhe características peculiares e considerando a sua valorização desde o seu nascimento. Sua tese direciona-se à finalidade de compreender, desenvolver e ordenar as faculdades físicas, morais e psíquicas da criança para torná-la consciente de suas capacidades e, ao mesmo tempo, permitir que ela se torne forte e robusta, dotada de capacidades que contribuam para um agir de forma ordenada no meio social.

Destacamos que, desde o seu nascimento, a ação do adulto deve ser direcionada no sentido de desenvolver a educação do corpo da criança para torná-lo forte e refinado, o que denota uma série de situações que servem de base para um posicionamento consciente e rigoroso e que possa fazer frente a uma certa tradição do pensamento social e político. Marca-se, portanto, um confronto permanente entre a satisfação das necessidades do corpo da criança e o afastamento dos valores inconvenientes cultivados pela sociedade. A educação e o fortalecimento do corpo estão na base da concepção teórica de força e fraqueza de Rousseau e em íntima conexão com a sua concepção do autor em relação à expressão de sua liberdade. Assim, destacamos a reflexão de Cassirer: "O papel da educação natural é o de evitar a criação de um pequeno tirano ou de um pequeno escravo. Devemos permitir que a criança encontre por si mesma os limites de sua próprias capacidades; devemos argumentar com ela apenas quando for suficientemente adulta para raciocinar, esta é a única forma de se criar o homem natural". (1999, p. 25).

Com base num estudo investigativo e sistemático na obra de Rousseau percebemos a elevada importância de dedicar melhores cuidados e atenção específica às crianças como responsáveis pelos seus pensamentos e ações no meio social. Por isso, ainda nos dias atuais

se torna extremamente pertinente refletir sobre suas idéias para enfrentar as diversas situações que ocorrem na sociedade organizada em torno da ciência e da técnica industrial, que prima pela fragmentação dos saberes, deixando de cultivar os valores humanos e cuidados mais adequados para com a própria natureza (meio ambiente).

Podemos afirmar que as idéias de Rousseau contribuíram para ampliar a forma de pensamento e ação cultivada pelos iluministas e promoveram um novo modo de considerar, avaliar e orientar a prática dos adultos, dispensando cuidados mais adequados para às crianças. Com isso, Rousseau contribuiu significativamente para que as pessoas desenvolvessem características mais humanistas, valorizando ainda mais a subjetividade como o centro da justificação filosófica; assim, além de considerar a potencialidade do pensamento humano ao nível mais elevado que a razão possa atingir, procurou valorizar o sentimento e o desenvolvimento dos sentidos para bem julgar por meio destes, como possibilidade de cada ser humano criar melhores condições para viver em harmonia dentro de uma sociedade organizada na República, cujo princípio deliberativo é a vontade geral. Neste nível, sua teoria formativa educacional atinge o verdadeiro sentido e concretiza-se em sua plenitude.

Rousseau transmite-nos a idéia de que a sociedade pensa e organiza-se determinada de tal forma em virtude da educação que recebe e pratica, pela qual a pessoa se torna vítima de um conhecimento limitado e encontra-se envolvida pelo meio social, que cultiva valores artificiais, diversos e alheios a condição humana. Diante disso, permite-nos entender que o sistema educacional vigente encontra-se carente de uma teoria voltada ao desenvolvimento das capacidades físicas que dizem respeito às condições naturais da criança, no sentido de que possa organizar suas ações para que, antes de formarmos bons profissionais, formemos seres humanos motivados a cultivar valores afetivos, éticos e morais que se encontram atualmente depreciados pela própria sociedade.

A relação educador (adulto) educando (Emílio), em sua totalidade, é envolvente e assume características que se firmam num pacto social, num acordo legítimo, que se faz em bases diferenciadas à medida que Jean-Jacques e Emílio vão progredindo. Não se trata, porém, de um pacto semelhante àquele estabelecido entre os cidadãos, entre adultos que possuem a intenção prévia de se beneficiar de algo. A relação entre adulto e criança é a relação entre o adulto, já cidadão, e o menino, ainda não cidadão. Assim como não se pode forçar Emílio a ser visto como adulto em miniatura, não se pode querer, segundo o autor, que se perca de vista o fato de a criança agir (e deve agir assim) mais de acordo com a (primeira) natureza, ou seja, de agir somente por necessidade. É precisamente para evitar

que se perca essa "bondade natural" como perspectiva que a primeira fase da educação se resume na educação do corpo, que é característico de sua natureza: o educador deve agir para que não se mude a natureza humana da criança, para que ela faça, o quanto possível, tudo o que lhe seja necessário. É dessa maneira que se prepara o reino para o exercício da liberdade de Emílio[48] na qual destacamos a seguinte passagem do autor;

> Ele chegou à maturidade de infância, viveu a vida de uma criança, não comprou a perfeição à custa de sua felicidade; pelo contrário, concorreram uma para a outra. Adquirindo toda a razão de sua idade, ele foi tão feliz e livre quanto lhe permitia a sua constituição. Se a foice fatal vier colher nele a flor de nossas esperanças, não teremos a chorar ao mesmo tempo a sua vida e a sua morte, não tornaremos mais amargas as nossas dores com a lembrança das que lhe tivermos causado. Diremos a nós mesmos: pelo menos ele desfrutou sua infância; não o fizemos perder nada do que a natureza lhe havia dado. (ROUSSEAU. 2004, p. 208 – 209).

Assim, é vivendo cada momento como se fosse único que surge a possibilidade da criança sentir a própria liberdade. Eis aí o sentido da liberdade para Rousseau: um perigo constante de que ela falte e a permanente possibilidade de não sucumbir definitivamente diante do perigo. É nesse desafio de viver o perigo que reside a única chance de sentido que o homem pode-se dar em sociedade. Nesse sentido, o autor confessa que os homens costumam se lamentar sobre os efeitos causados pela natureza, no entanto não compreendem que os maiores problemas, que lhe trazem profundas frustrações, vêm deles próprios. Considera uma expressão fútil a lamentação sobre a miséria da existência humana, que cumpre a função de encontrar os mecanismos existentes na natureza e utilizá-los para construir o seu próprio destino, no sentido de vir a ser o autor de si mesmo, apesar de toda e qualquer dificuldade que se apresentar.

Assim, a teoria formativa de Rousseau fundamenta-se no fato de Emílio ser educado para viver entre o bem o e mal, e isso significa que ser sociável é viver na opressão e, ao mesmo, tempo na liberdade; ser livre não é ser sem lei, nem seguir a lei dos

---

[48] "Emílio tem poucos conhecimentos, mas os que tem são seus de verdade; nada sabe pela metade. Dentre as poucas coisas que sabe, e sabe bem, a mais importante é que existem muitas coisas que ele ignora, mas pode um dia saber, muito mais que os outros homens sabem e ele nunca saberá em sua vida, e uma infinidade de outras que nenhum homem jamais saberá. Ele tem um espírito universal, não pelas luzes, mas pela faculdade de adquiri-las; um espírito aberto, inteligente, pronto para tudo e, como diz Montaigne, se não instruído, pelo menos instruível" (ROUSSEAU, 2004., p.281).

outros, mas é ser a própria lei, uma lei feita por indivíduos mediante acordos legítimos entre si, de modo que todos obedeçam e, ao mesmo tempo, contemplem a todos e a si mesmos. Emílio é educado não apenas para ser "queridinho" e obedecer às imposições dos outros, mas também para ser educador de si e dos outros; nesse sentido, é educado não para ser súdito, e, sim, para ser governante de suas próprias decisões[49]. A mensagem que extraímos dessa reflexão indica que, à medida que todos formos capazes de saber agir por conta própria, norteados por valores humanistas, poderemos constituir uma sociedade melhor, composta por sujeitos ativos, conscientes, responsáveis e verdadeiros, guiados por leis, regras e princípios que eles mesmos deliberaram.

Para que se tenha uma educação mais adequada numa sociedade já corrompida (esse é o tema do Emílio), urge que nossas crianças não sejam habituadas a obterem tudo o que desejam, mas só aquilo de que necessitam; assim, será possível acreditarem que somente as suas necessidades representam para elas qualquer autoridade. Fazer isso é seguir o seu desenvolvimento natural e contribuir diretamente para a sua formação. Portanto, não se trata de "idolatrar a criança", não intervindo nas suas vontades. Ela precisa tornar-se consciente e racional, e devemos estar seguros de que ela não nasce dotada de razão, mas com todas as capacidades para tornar-se racional; por isso, ela precisa do encaminhamento e organização do adulto, na exposição ao contato direto com as características humanas para ser humana. Assim, esclarecemos novamente que a educação não é fim em si mesma, mas mediação entre natureza e sociedade, entre liberdade natural e civil, entre a sociedade que existe e a sociedade que se deseja, entre o adulto (educador) e a criança (educando).

Cumpre, neste ponto, refletir que é no estudo e na compreensão da realidade presente que se pode questionar a atualidade, não no ódio e no desprezo à própria realidade. Quando alguém almeja deslocar-se para o futuro sem alimentar a chance de suportar o presente, quando alguém precisa apoiar-se sobre suas idéias ou sobre aquilo que ainda não é, ou vive movido somente de esperança; quando uma criança está envolvida

---

[49] "Emílio tem só conhecimentos naturais e meramente físicos. Nem mesmo sabe o nome da história, nem o que é metafísica e moral. Conhece as relações essenciais do homem com as coisas, mas nada sobre as relações morais do homem com o homem. Pouco sabe generalizar sobre as idéias, pouco sabe fazer abstrações. Vê qualidades comuns a certos corpos, sem raciocinar sobre essas qualidades em si mesmas. Conhece a extensão abstrata com auxílio das figuras da geometria, conhece a quantidade abstrata com a ajuda dos signos de álgebra. Essas figuras e esses signos são o suporte das abstrações sobre as quais seus sentidos repousam. Não procura conhecer as coisas pela sua natureza, mas pelas relações que o interessam. Só avalia o que lhe é estranho com relação a si mesmo, mas tal avaliação é exata e segura. A fantasia, a convenção não interferem em nada. Dá mais atenção ao que lhe é mais útil e, nunca se afastando dessa maneira de apreciar, nada concede à opinião" (ROUSSEAU, 2004, p. 282).

numa sociedade em que só resta a possibilidade de lutar pela sobrevivência, fica praticamente impossível pensar em educação humanizadora. O nosso menino Emílio, por aquilo que foi possível constatar, nunca sentiu fome e miséria na própria pele, situação a que muitas crianças são expostas diariamente e que interfere diretamente na sua formação e, conseqüentemente, em sua educação. As questões pedagógicas são organizadas de forma ordenada e tranqüila e, por serem questões teóricas, torna-se possível e as direciona para contribuir no seu fortalecimento.

A educação não pode mais ficar somente embasada em alguns preceitos ou apenas em algumas regras de etiqueta, deve, sim, provocar as pessoas a refletirem para organizar o seu mundo prático no sentido de ordenar suas ações voltadas para as suas necessidades e, ao mesmo tempo, para se opor às vontades guiadas pela ganância e pelo poder, que tendem a ser prejudiciais para a sociedade. Com isso, destacamos que somos os únicos seres que têm as faculdades necessárias para aperfeiçoar-se, mas demonstramos ser suscetíveis a nos tornarmos imbecis. Cumpre à educação repensar e reorganizar sua prática no sentido de contornar esta opressão que força as pessoas a buscarem efeito imediato, tornando-as consumidoras compulsivas e completamente vazias de valores humanos.

Outra marca que assume grande relevância na pedagogia rousseauniana é a valorização da infância por si mesma, situada no contexto de relação entre natureza e sociedade. Não há que dar primazia ao passado nem ao futuro, mas ao presente. A criança deve ser criança e não pode mais ser vista como um adulto em miniatura. Educar não é preparar para..., o que, em geral, consiste em preparar as crianças para repetir o passado no futuro; não é preparação para a vida, mas viver a cada dia; não é preparação para o trabalho, mas trabalho em si; não é conhecimento teórico, mas prático. É, pois, contribuir como educador no sentido de valorizar o cotidiano como o ambiente adequado e o momento certo para aprender. Ademais, essa perspectiva na educação levará a que possa ocorrer com os Emílios aquilo que Jean-Jacques diz de si: amar as atividades físicas e, ao mesmo tempo, detestar todo e qualquer tipo de coerção. O trabalho não representa esforço para ele, mas deve ser desenvolvido como forma de aprendizado, desde que possa fazê-lo no seu próprio tempo e voltado para as suas necessidades naturais, para que possa construir um conhecimento útil e verdadeiro. Assim, destacamos:

> Pouco me importa que destinem meu aluno à espada, à Igreja ou à barra. Antes da vocação dos pais, a natureza o chama para a vida humana. Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar; tudo o que um homem deve ser, ele será capaz de ser, se preciso, tão bem quanto qualquer outro; e, ainda que a fortuna o faça mudar de lugar ele estará sempre no seu. (ROUSSEAU, 2004, p. 15).

Chegando à conclusão de que a educação natural deve ser a condutora da criança em sua infância, nossa primeira consideração em matéria de educação diz respeito à vocação de ser homem, e saber seguir essa vocação é saber viver, o que não implica que isso seja um projeto de busca pela vida como algo que estaria aquém ou além do homem, mas, sim, como uma realidade concreta e sensível. Portanto, não há um princípio transcendente a ser seguido entre o homem e a natureza que lhe sirva de mediação, mas a própria realidade em si. Ao investigar as causas do sofrimento e das contradições do homem moderno, Rousseau percebe que um dos preceitos fundamentais para a educação consiste em ensinar a viver o momento presente e usar esta realidade como princípio constitutivo de um aprendizado, ele denuncia que a má educação observada nas sociedades modernas, que inicia desde a infância, é responsável pela fratura interior do homem, na medida em que as necessidades naturais fundadas em suas disposições primitivas não são levadas em consideração.

As obras de Rousseau assumem grande relevância para a modernidade por valorizarem as capacidades humanas da criança desde o seu nascimento, as quais devem ser articuladas e desenvolvidas. Assim é necessário promover uma profunda reflexão junto aos educadores das escolas voltadas aos cuidados infantis; também as creches, os pais e as babás de refletir sobre a organização de sua prática e, ao mesmo tempo, analisar se é desenvolvida de forma mais adequada aos cuidados e atenção prestados às crianças. Acreditamos que a ação educacional, em qualquer fase da vida da criança, deve organizar o seu projeto-político pedagógico no sentido de seguir os preceitos apresentados por Rousseau de estabelecer um relacionamento organizado, e cultivar valores humanistas, solidários e naturais, para que tenhamos pessoas mais conscientes e responsáveis pelas suas atitudes e expressões.

O tratamento da teoria formativa educacional de Rousseau exige uma reflexão que engloba os conceitos de sociedade, natureza, adulto, criança e educação. Assim, todo homem é educado para a sua ação social: os homens constituem a sociedade, que, por sua vez, é constituída pelos homens. Há uma circularidade que, contudo, não se fecha ou se

explica racionalmente, pois não só o homem é razão e sentimento, mas também o seu conhecimento, ou melhor, seu saber é feito de sentimento, razão e desejo.

A valorização da infância deve estar conectada com um projeto social mais amplo, com a finalidade de tornar as crianças seres ativos pensantes, envolvidos numa prática voltada para o exercício da igualdade e da liberdade. Aos educadores e pesquisadores em educação urge lançar olhares para uma investigação mais profunda, no sentido de reorganizar uma prática pedagógica que esteja voltada para o desenvolvimento de um projeto com características humanistas, que valorize a criança em cada fase de desenvolvimento de sua vida, desde o seu nascimento.

Ao concluir esta investigação sobre Rousseau, destacamos que ele sempre soube separar o fazer próprio do homem prático, o político, o administrador do homem teórico, o filósofo do pedagogo, embora recusasse o título de filósofo, colocava-se como teórico, e isso pode ser comprovado através de inúmeras passagens, em vários momentos e exemplos. O que ele gostava e sabia fazer estava relacionado a literatura, a música, a ciência, a filosofia, etc... Assim desenvolveu um grande saber teórico e uma grande erudição. Daí adveio o seu legado.

REFERÊNCIAS

ABBAGNO, Nicola. *História da filosofia***.** 4 ed. Lisboa: Presença, 1994. V. VII.

ARENDT, H. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOTO, Carlota. O Emílio como categoria operatória do pensamento rousseauniano. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p.369 – 387.

CARVALHO, Carla B. V. A. De. *O iluminismo e o contrato Social em Rousseau*: reflexões sobre a democracia. Campinas: Pontes, 2003.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*.Trad. Alvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Trad. Erlon José Paschoal, Jésio Gutierre. revisão da tradução Isabel Maria Luoreiro. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CERISARA, Beatriz. *Rousseau a educação na infância*. São Paulo: editora scipione, 1990.

COSTA, Edgar. Rogério da**.** A questão da sociabilidade em Rousseau. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P. 297-310.

DALBOSCO, Claudio Almir. G. H. Mead e o problema do modelo reflexivo da autoconsciência: considerações introdutórias. In: MÜLLER, M. C./ CENCI, E. M. (Orgs.). *Ética, Política e Linguagem: Confluências*. Londrina: Edições CEFIL, 2004, P. 155-181.

_____. Da pressão disciplinada à obrigação moral: Esboço sobre o significado e o papel da pedagogia no pensamento de Kant, In: *Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 89, 2004, P. 1333-1356.

_____. Teoria social, antropologia filosófica e educação natural em Rousseau, In: DALBOSCO, C. A /FLICKINGER, H. G. *Educação e maioridade: dimensões de racionalidade pedagógica*. São Paulo: Cortez, Editora; Passo Fundo: UPF Editora, 2005, P. 70-103.

_____. *Determinação racional da vontade humana e educação natural em Rousseau.* In: *Educação e Pesquisa*, Revista da Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 2007a, P. 135-150.

_____. *Primeira infância e educação natural em Rousseau: as necessidades da criança*. Educação / Faculdade de Educação. Programa de pós-Graduação da PUCRS. – Vol. 29, n. 1 – Porto Alegre: EDIPUCRS. 2007b, p. 313-336.

_____. *Primeira infância e educação natural em Rousseau: os cuidados do adulto*. Passo Fundo, 2007c. (Mimeo)

_____. *Origens grego-romanas do conceito de natureza em Rousseau.* Passo Fundo: UPF, 2007d. (Mimeo).

DALBOSCO, C. A./ EIDAM, H. *Moralidade e educação em Kant.* Ijuí: Editora Unijuí, 2008. (No prelo).

DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DIONIZIO NETO, Manoel. Liberdade e educação em Rousseau: da infância à adolescência. IN: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P. 407 - 432.

ESPINDOLA, Arlei de. Rousseau e Sêneca: natureza humana e crítica da sociedade. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P. 275-296.

_____. Rousseau, Sêneca e a construção da liberdade Individual. In: *Revista faz ciência*. Paraná: Unioeste, 2006.

FILHO, Osvaldo Fontes. A questão da origem em Rousseau: entre o ser e o devir. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P. 207-236.

FORTES, Luiz R. Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FRANSCISCO, Maria de Fátima. Autoridade e contrato pedagógico em Rousseau. In: *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas* / (org.) AQUINO, Julio Groppa. São Paulo: Summus, 1999.

FREITAG, Bárbara. *O indivíduo em formação*. São Paulo: Cortez, 1994.

HERMANN, Nadja. *Pluralidade e ética em educação*. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. Jean-Jacques Rousseau, fundador de las ciencias del hombre. In: _____. *Presencia de Rousseau.* Buenos Aires: Ediciones Viseón, 1972. P. 7-19.

NASCIMENTO, M. M. De. NASCIMENTO M. Das Graças. *Iluminismo a Revolução das luzes*. São Paulo: Ática, 2001.

NOVELLI, Pedro Geraldo Aparecido. Hegel: leitor e crítico de Rousseau. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P. 339-365.

MARQUES, José O. De Almeida (Org.). *Verdades e mentiras*: 30 ensaios em torno de J. J. Rousseau. Ijuí: Unijuí, 2005.

PEREIRA, Vilmar Alves. A defesa de uma pedagogia da natureza na obra Emílio ou da Educação, de Rousseau. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P.433 – 451.

PIAGET, Jean. *A epistemologia genética, sabedoria e ilusões da filosofia*; problemas da psicologia genética. 2 ed. São Paulo: Abri Cultural, 1983. (Os pensadores).

PISSARRA, Maria C. Peres. *Rousseau, a política como exercício pedagógico*. São Paulo: Moderna, 2002.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho: José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

ROLLAND, Romain. *O pensamento vivo de Rousseau*. Trad. J. Cruz Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social e outros escritos*. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. *Os Pensadores*. Trad. Lurdes Santos Machado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. *Emílio ou da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Maria Hermanita Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador*: a idéia de progresso. São Paulo: Unesp, 2000.

SILVA, Antônio Cesar Ferreira da. Rousseau: liberdade e individualidade. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P.311-324.

SILVA NETO, Otacílio Gomes da. Rousseau e a relação entre liberdade e individualidade. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P. 325-338.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história*: o pensamento sobre a história no iluminismo Francês. São Paulo: Fapesp, 2001.

STAROBINSKI, J. *Jean-Jacques Rousseau*: *a* transparência e o obstáculo. Seguido de sete ensaios sobre Rousseau. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZADOROSNY, Keity Jeruska Alves dos Santos. Rousseau e o moderno sentimento de infância: um legado a ser recuperado. In: MARQUES, J. O. A. *Verdades e mentiras:* 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P. 389 – 406.